

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERUNIDADES EM MUSEOLOGIA

MAURÍCIO RAFAEL

Políticas públicas para o campo museal: um estudo sobre o “Programa de Capacitação Museológica” do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina

São Paulo
2017

MAURÍCIO RAFAEL

Políticas públicas para o campo museal: um estudo sobre o “Programa de Capacitação Museológica” do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Museologia.

Área de Concentração: Museologia

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno

Linha de Pesquisa: Teoria e método da gestão patrimonial e dos processos museológicos

Versão revisada.

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial desse trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação do
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo

R136 Rafael, Maurício.

Políticas públicas para o campo museal: um estudo sobre o “Programa de Capacitação Museológica” do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina / Maurício Rafael ; orientadora Maria Cristina de Oliveira Bruno -- São Paulo, 2017. 149 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa Interunidades em Museologia, 2017.

1. Política cultural. 2. Museus. 3. Qualificação profissional. 4. SEM/SC. 5. Avaliação. I. Bruno, Maria Cristina de Oliveira. II. Universidade de São Paulo. Museu de Arqueologia e Etnologia. Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia. III. Título.

Nome: RAFAEL, Maurício.

Título: Políticas públicas para o campo museal: um estudo sobre o “Programa de Capacitação Museológica” do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Museologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a Maria Cristina Oliveira Bruno Instituição: PPGMus/USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof^a Dr^a Carla Gibertoni Carneiro Instituição: MAE/USP

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. Fernando Antônio da S. Romero Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo, agradecer: reconhecer a presença e contribuição de muitos, comigo e com este trabalho. Minha gratidão a todos e todas por isso.

À professora Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno, minha orientadora, por sua maneira generosa e elegante de escutar, dialogar, sugerir e ensinar. O convívio com você foi intenso, desafiador e feliz. Mestres verdadeiros são assim: desafiam e inspiram para iluminar nosso caminho.

Aos professores Camilo de Mello Vasconcellos e Fernando Antônio Romero, examinadores da Banca de Qualificação, que com suas observações, propiciaram o aperfeiçoamento deste trabalho.

Ao Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina UNIEDU/FUMDES, da Secretaria de Estado da Educação (SED/SC), pelo apoio financeiro.

À Beatriz de Arruda Cavalcanti, que, com seu jeito sincero de ser e sua acolhida no Museu da Cidade de São Paulo, foram essenciais para a continuidade de minha caminhada na paulicéia desvairada. Elegante e generosa nas suas atitudes, dando exemplo que competência e bom-humor podem caminhar lado a lado.

Aos queridos amigos Denise Argenta, Iara Coninck, Luiz Fernando Mizukami, Ricardo Alberton Fernandes, Renata Cittadin e Viviane Wermelinger. Vocês são a prova cabal daquilo que Saint-Exupéry tão sabiamente escreveu: “cada um que passa em nossa vida passa sozinho, pois cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra. Cada um que passa em nossa vida passa sozinho, mas não vai só nem nos deixa só. Leva um pouco de nós mesmos, deixa um pouco de si mesmo. [...] Essa é a maior responsabilidade de nossa vida, e a prova de que duas almas não se encontram por acaso”.

Ao “Bonde da Cristina”, forma carinhosa de referenciar os colegas de curso e que também possuem a satisfação de terem sido orientados pela mesma professora: Bianca Corazza, Fiorela Bugatti Isolan, Ivan Vaz, Léa Blezer e Ricardo Alberton Fernandes - pelo que vivemos, compartilhamos e projetamos. Dividimos planos,

ansiedades, textos, conselhos, vidas, escutas, alegrias e boas risadas. Em especial, agradeço à adorável Fiorela, pelos motivos que ela já sabe. A vida oferece muitos desafios, e você esteve comigo em alguns deles, permitindo que eu atravessasse de forma mais leve.

À equipe da Supervisão de Museologia e Acervos do Museu da Cidade de São Paulo: Bianca Saijo, Brenda Alves Marques, Bruna Mattiello, Elizabeth Aparecida Ekizian, Ilda Elizabeth Barros, João de Pontes Junior, Leila Cristina Antero, Mariza Melo Moraes, Sarita Pinheiro Pina, Silvia Shimada e Vera Lúcia Cardim. Colegas com quem tenho o privilégio de trabalhar e aprender muito. Estar com vocês fez (e faz) muita diferença, queridos! Faço aqui um adendo para citar e agradecer Marfísia Pereira Lancelotti, também pertencente ao quadro de técnicos do museu.

Meu agradecimento à Elizabete Neves Pires, Fernando Antônio Romero e Marli Fávero que ofereceram seu tempo, sua memória e material que possibilitaram aprender mais sobre o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC), sua história e seus descompassos ao longo de sua atuação.

Reconhecimento à contribuição de Karla Inez Uzeda, responsável pela Coordenadoria de Produção e Análise da Informação (CPAI/IBRAM), setor de gerenciamento do Cadastro Nacional de Museus, que disponibilizou as informações do referido cadastro – contribuindo substancialmente para esta pesquisa.

Às ex-colegas de trabalho da Fundação Catarinense de Cultura e agora amigas, Andréa Marques Dal Grande, Angélica Gorges e Maria Elizabeth Horn Pepulim, que em situações distintas (e necessárias) foram solidárias e generosas para comigo.

E, por fim, mas não menos importante, agradeço a minha família que cada vez mais tem sido o meu alicerce na vida. Minha mãe Terezinha, meu irmão Alan Felipe e meus tios Izabel, Lúcia, Antoninha e Donato por compreenderem que há momentos de recolhimento e silêncio para em seguida termos a possibilidade de crescer nesse árduo e fascinante caminho que é a pós-graduação.

Como diria o poeta Manoel de Barros, “há histórias tão verdadeiras que às vezes parecem que são inventadas”.

O bonito nas pessoas
é que elas ainda não foram terminadas.

Guimarães Rosa

RESUMO

RAFAEL, Maurício. **Políticas públicas para o campo museal: um estudo sobre o “Programa de Capacitação Museológica” do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina.** 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

O presente estudo tem como objetivo analisar a influência e impacto das políticas culturais no campo organizacional dos museus catarinenses, especialmente aquelas pautadas para a formação e capacitação dos agentes atuantes nesses equipamentos. Para tanto, pretende-se identificar e caracterizar as políticas culturais direcionadas aos museus e praticadas pelo governo do Estado de Santa Catarina, no período compreendido entre os anos 2011 a 2014, ocasião de implantação e execução do Programa de Capacitação Museológica (PCM). O PCM é um projeto de formação continuada em médio prazo e divide-se em sete módulos (oficinas) temáticos. Este programa, no período de sua gestação, teve o intuito de instrumentalizar os profissionais que desenvolvem trabalhos em instituições museológicas, porém ainda carecem de uma formação específica no campo da Museologia. Até o ano de 2014 foram executados seis módulos, sendo que cada um deles ofertados, paralelamente, em diferentes regiões museológicas catarinenses, e atendendo 155 museus em diferentes períodos. Fato de que a maioria dos museus catarinenses são instituições públicas vinculadas à composição administrativa do Estado ou das prefeituras municipais, cabe analisar a influência das políticas públicas no campo organizacional dos museus, assim como verificar os efeitos das capacitações do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC), na estrutura, configuração do campo e capilaridade na execução deste tipo de projeto que são direcionados para o setor.

Palavras-chave: Política cultural. Museus. Qualificação profissional. SEM/SC. Avaliação.

ABSTRACT

RAFAEL, Maurício. **Public policies for the museum area: a study on the "Programa de Capacitação Museológica" of the State System of Museums of Santa Catarina.** 2017. 156 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

The present study aims to analyze the influence and impact of cultural policies on the organizational field of the museums of Santa Catarina, especially those guided to the training and qualification of the agents acting on these equipments. In order to do so, we intend to identify and characterize the cultural policies directed to museums and practiced by the government of the State of Santa Catarina, in the period from 2011 to 2014, occasion of the implementation and execution of the Programa de Capacitação Museológica (PCM). The PCM is a long-term continuing education project and is divided into seven thematic modules (workshops). This program, in the period of its gestation, had the intention of instrumentalizing the professionals who develop works in museums, but who still need a specific training in the field of museology. Until 2014, six modules were executed, each of which was offered in parallel in different regions of the state of Santa Catarina - and serving 155 museums in different periods. For the fact that most of Santa Catarina's museums are public institutions linked to the administrative composition of the state or municipalities, it is worth analyzing the influence of public policies on the organizational field of museums, as well as verifying the effects of the capacities of the State System of Museums of Santa Catarina (SSM/SC), in the structure, field configuration and capillarity on the execution of this type of project that are directed to the sector.

Keywords: Cultural policy. Museums. Professional capacitation. SEM/SC. Evaluation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de dispersão dos museus catarinenses	47
Figura 2 - Transformação de indicadores da memória em referências patrimoniais	50
Figura 3 - Mapa de Santa Catarina com a identificação das regiões museológicas.....	71
Figura 4 - Cartazes de divulgação de algumas oficinas do PCM	78
Figura 5 - Mosaico de imagens com oficinas do PCM ao longo de sua existência	80
Figura 6 - Mapa de dispersão dos módulos do PCM em território catarinense	84

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Qualificação técnica dos profissionais atuantes nos museus catarinenses	48
Gráfico 2 - Participação dos museus no PCM divididos por região museológica	89
Gráfico 3 - Participação dos museus nos módulos do PCM.....	90
Gráfico 4 - Participação dos museus em todos os módulos do PCM.....	91
Gráfico 5 - Sequência das avaliações sobre a aplicabilidade das oficinas.....	94
Gráfico 6 - Situação funcional da instituição.....	104
Gráfico 7 - Documentação jurídica de existência da instituição	105
Gráfico 8 - Existência de regimento interno da instituição.....	106
Gráfico 9 - Existência de plano museológico da instituição.....	108
Gráfico 10 - Atividades integradas com a comunidade externa	109
Gráfico 11 - Registro do acervo museológico na instituição.....	110
Gráfico 12 - Museus que possuem Política de Acervo estabelecida.....	111
Gráfico 13 - Museus que receberam apoio financeiro externo	112
Gráfico 14 - Parcerias para sustentabilidade das ações museológicas	113
Gráfico 15 - Licenciamento para funcionamento do museu	114
Gráfico 16 - Mecanismos de segurança utilizados pelo museu.....	115
Gráfico 17 - Tipos de exposições promovidas pelo museu	117
Gráfico 18 - Média anual de visitantes	118
Gráfico 19 - Existência de setor específico para mediação e ações educativas	121
Gráfico 20 - Ferramentas utilizadas para propiciar acessibilidade nos museus	122
Gráfico 21 - Quantitativo de funcionários presentes nos museus	123
Gráfico 22 - Vínculo empregatício dos profissionais de museus	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Museus aderidos ao SEM/SC e mapeados em Santa Catarina.....	74
Quadro 2 – Relação dos módulos pertencentes ao PCM	77
Quadro 3 - Locais de realização dos três primeiros módulos do PCM.....	81
Quadro 4 - Novo cronograma de execução dos módulos pertencentes ao PCM.....	82
Quadro 5 - Locais de realização dos módulos 1, 4, 5 e 6 do PCM.....	83
Quadro 6 - Recorte do formulário de avaliação do PCM.....	86
Quadro 7 - Relação das instituições participantes de todos os módulos do PCM.....	89
Quadro 8 - Relação das instituições participantes de todos os módulos do PCM e respondentes do CNM e CCM.....	103
Quadro 9 - Relação das instituições participantes de todos os módulos do PCM porém não respondentes do CNM e/ou CCM.....	103

LISTA DE SIGLAS

CCM	Cadastro Catarinense de Museus
CF	Constituição Federal
COREM	Conselho Regional de Museologia
CNM	Cadastro Nacional de Museus
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
CNRC	Centro Nacional de Referência Cultural
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FCC	Fundação Catarinense de Cultura
FCFC	Fundação Cultural Franklin Cascaes
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUMDES	Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior
FUNARTE	Fundação Nacional de Artes
GEOMU	Gerência de Organização e Funcionamento de Museus
GEPAC	Gerência de Patrimônio Cultural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICOM	Conselho Internacional de Museus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MALO	Museu Ao Ar Livre de Orleans
MEC	Ministério da Educação
MCSP	Museu da Cidade de São Paulo
MHN	Museu Histórico Nacional
MinC	Ministério da Cultura
MNBA	Museu Nacional de Belas Artes
NEMU	Núcleo de Estudos Museológicos
PESM	Plano Estadual Setorial de Museus
PCM	Programa de Capacitação Museológica
PEM	Política Estadual de Museus
PNM	Política Nacional de Museus
PPGMus	Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
SEM/SC	Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina
SNM	Sistema Nacional de Museus
SISEM/SP	Sistema Estadual de Museus de São Paulo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UGF	Universidade Gama Filho
UNESC	Universidade do Extremo Sul Catarinense
UNESCO	Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIPLAC	Universidade do Planalto Catarinense
UNISUL	Universidade do Sul de Santa Catarina
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: O ESTADO, A CULTURA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	28
1.1 O Estado e sua função reguladora do campo cultural.....	28
1.2 Museu como objeto de política pública	33
1.3 Breve panorama do campo museal catarinense	44
CAPÍTULO 2: O SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DE SANTA CATARINA E O SEU CAMPO DE ATUAÇÃO	52
2.1 A rede articuladora do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina: contextos e descontextos.....	52
2.2 A reformulação do SEM/SC: novas propostas, velhos objetivos	63
CAPÍTULO 3: O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO MUSEOLÓGICA COMO ESTUDO DA APLICABILIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS	76
3.1 Entre o ideal e a realidade: o desafio de implementar um programa de formação continuada para o campo museal.....	76
3.2 Prognósticos de uma trajetória: a avaliação do participante	84
3.3 Confrontando dados: os reflexos do PCM para os museus catarinenses ...	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	133
REFERÊNCIAS	133
ANEXOS	145

INTRODUÇÃO

Lembrar é resistir.¹

Parte indissociável do território habitado pelas pessoas, o museu está naturalmente integrado à vida cotidiana. E como tal pode ser um centro de informação e reflexão, onde o homem se reencontra com o belo e o feio, as verdades escancaradas e escondidas, a memória do espaço urbano, rural ou natural e de seus habitantes.

A partir da definição básica de museu como instituição permanente, que adquire, conserva, pesquisa, transmite e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, diversos adendos foram realizados, ampliando a diversidade do que se compreendia por museu, assim como seus vínculos e responsabilidades em relação à sociedade. Atualmente podem ser consideradas instituições museais não só monumentos, jardins botânicos e zoológicos, aquários, galerias, centros científicos, planetários, reservas naturais, como também centros culturais, práticas culturais capazes de preservar legados intangíveis e atividades criativas do mundo digital (SANTOS, 2004, p.59)

Museus são espaços de institucionalização de valores, regras e mitos. São campos de tensão e de contradição que se configuram na relação entre o que deve ser preservado e o que deve ser esquecido, entre o diferente e o igual, o ontem e o amanhã, o poder e a resistência (OLIVEIRA, 2007).

Lugar de produção simbólica e de transformação dos sentidos, “ponte entre tempos, espaços, indivíduos, grupos sociais e culturas diferentes” (CHAGAS, 2005, p. 24). São também organizações, sujeitas a procedimentos e estratégias de gestão pública, que vivem num mundo composto por outras organizações e operam através de trocas simbólicas e materiais com essas organizações. Neste sentido, torna-se

1 Título da peça de teatro, de autoria de Analy Alvarez e Izaias Almada, encenada em 1999 nas dependências do antigo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS / São Paulo), como o primeiro ato pela preservação da memória da resistência e repressão. A intenção desta pesquisa também pode ser considerada um ato de resistência, ao lembrar e avaliar os processos de elaboração e execução de um programa de política pública para instituições museológicas num país como o Brasil, ainda frágil no estabelecimento de ações para o campo da memória e do patrimônio cultural.

bastante relevante observar como se configura o campo composto por estas organizações, onde valores, práticas e procedimentos são institucionalizados.

Pelo fato de que a maioria dos museus estabelecidos em Santa Catarina são instituições públicas vinculadas à estrutura administrativa do Estado ou das prefeituras municipais², cabe analisar a influência das políticas públicas no campo organizacional dos museus. Sabendo do desafio e abrangência de uma pesquisa que pretende abraçar tal espectro, esta pesquisa faz um recorte na Política Estadual de Museus, executada pelo Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC), e mira ações de capacitação e formação do corpo técnico dos museus e seus possíveis reflexos na estrutura e configuração do campo museológico catarinense.

Entretanto, em Santa Catarina, existem poucos estudos que permitam perceber como vem ocorrendo a relação do Estado com o campo museal e como este campo está configurado. Assim, este estudo tem como intuito o entendimento norteador das políticas públicas direcionadas para os museus, nos âmbitos federal e estadual e sua relação e os impactos causados na configuração do campo museal de Santa Catarina.

Para o início da pesquisa, foi necessário se reportar ao entendimento sobre o papel do Estado na formulação de políticas voltadas para a cultura. Porém, o estudo também vislumbra que, além do Estado como agente influenciador no campo museal, tanto os profissionais dos museus, quanto a sociedade civil têm uma parte importante no desenvolvimento de políticas públicas, em que por meio dessas relações, se desenvolve uma melhoria dos próprios espaços museológicos.

Motivações para escolha do tema

“[...] temos que colocar um primeiro dado também da realidade, do momento que a gente está vivendo dentro da ciência museológica ou da prática museológica. Há, na realidade, uma “Museologia existente, real, que está aí fora, e há uma Museologia postulada, sonhada, desejada” (GUARNIERI, 1984, p. 65).

² Dos 193 museus aderidos ao SEM/SC 143 são geridos pelos poderes públicos nas seguintes esferas federativas: municipal (122), estadual (12) e federal (9), somando 74% da rede. Fonte: Fundação Catarinense de Cultura (2016).

Julgo pertinente apresentar, de forma breve, um panorama sobre minha trajetória acadêmica-profissional a fim de contextualizar as motivações que me direcionaram para o tema proposto.

Minha trajetória acadêmica iniciou no ano de 2003 quando adentrei ao curso de Relações Internacionais ofertado pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL – Tubarão/SC), graduação interrompida no segundo semestre. Já naquela ocasião percebia, nas aulas e debates acadêmicos, a importância do patrimônio cultural na formação identitária dos países, que caracterizaria a construção de uma coleção de objetos e documentos que teriam um valor para uma comunidade, ou no caso uma nação.

Mesmo não concluindo o curso foi salutar que as discussões sobre os mecanismos de proteção internacional ao patrimônio cultural da humanidade reverberaram no meu inconsciente e propiciaram indagações sobre a função do patrimônio cultural para uma sociedade.

Após um breve hiato acadêmico tive oportunidade de ingressar, em 2006, no Centro Universitário Barriga Verde (UNIBAVE, Orleans/SC), instituição que agrega sob sua égide o Museu Ao Ar Livre de Orleans (MALO), e o curso de bacharelado em Museologia – até então um dos únicos três cursos de graduação na área. Os outros dois eram – e continuam sendo – ofertados pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO, Rio de Janeiro) e pela Universidade Federal da Bahia (UFBA, Salvador).

A visita ao MALO foi significativa, pois ilustrou naquele momento a existência de diferentes tipologias de museus e sua contribuição na desmistificação do conceito de que essas instituições são simples depósitos de registros do passado. Cabe aqui um adendo para explicar que o Museu ao Ar Livre de Orleans, fundado no final da década de 1970, constitui-se como um museu-parque-tecnológico e dá ênfase à reprodução de edificações, dos meios de subsistência e das práticas dos trabalhadores rurais da região, promovendo-os como patrimônio cultural, numa época de forte êxodo rural naquela cidade.

No decorrer do curso tive aula com vários professores que se destacavam pela sua atuação profissional em instituições culturais públicas, em especial o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, Florianópolis e Curitiba) e a Fundação Catarinense de Cultura (FCC, Florianópolis), órgão vinculado ao Governo de Santa Catarina e responsável pelo planejamento e execução de

políticas públicas para o campo da cultura. Foram oportunidades muito profícuas de diálogos e aprendizados com esses profissionais que sempre relativizavam o conteúdo teórico ministrado em sala de aula com suas percepções e práticas no dia-dia e da realidade da prática museológica em Santa Catarina – ainda muito incipiente.

Percebi, portanto, a importância das políticas públicas para a regulamentação, proteção e difusão dos museus e do patrimônio cultural presente em seus acervos. Vale registrar que naquele período estava sendo posta em ação a Política Nacional de Museus (PNM), que propunha justamente melhorar a organização, a gestão e o desenvolvimento dos museus e dos processos museológicos no país, bem como valorizar saberes específicos do campo museal.

A PNM, projetada pelo Ministério da Cultura (MinC) nos anos de 2003 e 2004, também incentivava a participação e atuação dos Estados como agentes irradiadores e transformadores do cenário museológico. Ou seja, um período de ebulição de discussões e execução de projetos que vislumbravam a articulação das instituições museológicas rumo a um processo de qualificação de suas ações.

Foi neste interim, em 2008, que surgiu a oportunidade de realizar um estágio na FCC, mais precisamente no Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC), setor criado em meados da década de 1980 (oficialmente constituído em 1991) e reformulado em 2006, já influenciado pela ação da PNM. Foi oportunizada, na ocasião, uma imersão naquilo que conversávamos tanto em sala de aula, por meio de acesso a documentos, planilhas e principalmente pelo diálogo estabelecido com diferentes profissionais atuantes em museus e que recorriam ao SEM/SC para consultas técnicas e relatos sobre a real situação das instituições as quais pertenciam.

Paralelamente ao curso e ao estágio participei de diferentes cursos e oficinas de capacitação nas áreas de Museologia, Patrimônio Cultural e História que eram ministrados por diferentes instituições na região. Esses cursos complementaram minha visão sobre a importância do diálogo interdisciplinar para uma prática museológica que objetivasse a inclusão, democratização e qualidade das ações do museu para a sociedade.

Todas essas experiências durante a graduação, aliadas a outros trabalhos desenvolvidos em estágios dentro de instituições museológicas, fortaleceram a minha visão sobre a realidade do campo organizacional dos museus catarinenses e

ampliaram os ensinamentos que obtive em sala de aula, num profícuo entrelaçamento entre teoria e práxis.

Após quatro anos de estudos finalizei a graduação em Museologia, no início de 2010, quando, na ocasião, já atuava profissionalmente na Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC, Criciúma/SC) inicialmente no Setor de Arte e Cultura, responsável por projetos culturais de extensão nas áreas de Dança, Teatro, Música, Cultura Popular e Artes Visuais. Logo em seguida fui convidado a colaborar também com o Museu Universitário da mesma instituição, que na época estava reformulando seu regimento interno e foco de atuação.

Naquele mesmo ano integrei a equipe de organização do 2º Fórum de Museus de Santa Catarina, evento formatado pelo SEM/SC que objetivou o encontro, a integração entre profissionais e estudantes da Museologia, bem como a discussão para análise e deliberações sobre novas ações de políticas públicas para o campo museológico catarinense.

Ainda em 2010 fui aprovado em concurso público para o cargo de Analista Técnico em Gestão Cultural – Museólogo, na FCC, com lotação na cidade de Florianópolis/SC. Inicialmente fui designado a compor o quadro de técnicos da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural, em conjunto com outros museólogos, historiadores, arquitetos, bibliotecários e conservadores de bens culturais no acompanhamento, supervisão, orientação e elaboração de projetos que visem à proteção e difusão do patrimônio material e imaterial catarinense.

No início de 2011 fui convidado pela presidência da FCC a assumir a coordenação do SEM/SC com o objetivo de promover uma reformulação na atuação deste setor, reivindicada pela classe museológica durante o 2º Fórum de Museus. A partir de então, até agosto de 2015, ano da minha saída da referida função, alguns projetos e ações foram estruturados, em conjunto com a equipe, no intuito de atender aos anseios do campo museal, dos quais destaco:

- a) Revisão do Decreto que institucionalizou o SEM/SC (Decreto 599/2011), delegando novas atribuições e direitos para este setor;
- b) Divisão do Estado de Santa Catarina em sete regiões museológicas, possibilitando assim conhecimento mais aprofundado sobre as especificidades e realidade de cada um destes territórios;
- c) Reformulação do Comitê Gestor do SEM/SC, colegiado consultivo para análise e discussão das ações da FCC para o campo museológico. A partir de

- 2011 compõem o referido grupo, representantes das sete regiões museológicas (membros da sociedade civil eleitos nas edições do Fórum de Museus);
- d) Execução de um programa de formação continuada direcionada aos profissionais atuantes em museus. Este programa, denominado Programa de Capacitação Museológica (PCM) foi planejado em 2010, em conjunto com outros colegas, quando ainda fazia parte da equipe do SEM/SC. O Programa foi dividido em sete módulos temáticos e projetados para serem replicados em todas as regiões museológicas (objeto desta pesquisa);
 - e) Realização de ciclos de palestras e discussões alcunhado “Conversando sobre Museu”, e que propõe debates e reflexões sobre temas específicos do trabalho em instituições museológicas a partir de palestras com três convidados especialistas na área a ser debatida;
 - f) Planejamento e implantação do Cadastro Catarinense de Museus (CCM), projeto de pesquisa para coleta e gerenciamento de informações técnicas e administrativas dos museus vinculados a rede do SEM/SC;
 - g) Coordenação do 3º e 4º Fórum de Museus de Santa Catarina, realizados em 2011 (Chapecó) e 2013 (Florianópolis) respectivamente. O Fórum de Museus é a instância máxima deliberativa para avaliação e projeção das ações do SEM/SC;
 - h) Implantação e coordenação editorial da “Coleção Estudos Museológicos”, série de publicações de orientações técnicas divididas por assuntos temáticos pertinentes ao universo museológico;
 - i) Estabelecimento de parcerias institucionais, como por exemplo, com o Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus (ICOM-BR) para a impressão e distribuição do livro “Conceitos-chave de Museologia”, anteriormente lançado pelo Sistema Estadual de Museus de São Paulo (SISEM/SP), em território catarinense;
 - j) Articulação junto aos membros do Conselho Estadual de Cultura para a inclusão do segmento “Museus” no Edital de Estímulo à Cultura da FCC a partir de 2013;
 - k) Consulta pública para problematização, reflexão e estruturação do Plano Estadual Setorial de Museus de Santa Catarina, com realização de sete assembleias regionais para discussão do documento que foi aprovado e

validado na quarta edição do Fórum de Museus de Santa Catarina. O plano possui validade temporal de dez anos e desde então é o grande norteador das ações do SEM/SC;

- I) Participação, como convidado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC), na 3ª Conferência Nacional de Cultura (Brasília, DF) no ano de 2013.

No ano de 2013 conclui a especialização *lato sensu* em História e Cultura promovida pela Universidade Gama Filho (UGF) quando propus uma revisão bibliográfica e análise sobre os museus temáticos de imigração e colonização catarinenses, tipologia institucional muito presente no campo museal catarinense. A monografia, orientada pela Prof^a. Me. Alexandra Dias Tedesco teve como título “A Invenção da Tradição nos Museus de Santa Catarina”.

Após quatro anos de dedicação aos projetos do Sistema Estadual de Museus, percebi que chegara o momento de ampliar meu repertório teórico sobre o campo da Museologia. O ingresso num mestrado acadêmico poderia atender a este meu anseio - exitoso em 2015 quando fui aprovado para a quarta turma do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia (PPGmus) da Universidade de São Paulo (USP), com projeto orientado pela Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Oliveira Bruno. Foi mais um marco na minha vida acadêmica e profissional e que está oportunizando também a reflexão sobre a prática de trabalho que desenvolvi, juntamente com meus colegas de equipe, no SEM/SC.

Por fim, já no ano de 2016, e culminando com projetos de cunho pessoal, desvinculo-me da FCC e transfiro-me definitivamente para a capital paulista, onde sou convidado a assumir o cargo de Supervisor de Museologia e Acervos do Museu da Cidade de São Paulo (MCSP), instituição vinculada à Secretaria Municipal de Cultura.

O MCSP organiza-se através de uma rede de quatorze edifícios e espaços históricos distribuídos em todas as regiões da cidade e que são administrados pelo Departamento dos Museus Municipais (DMU) da Prefeitura Municipal. Estes espaços servem como instrumentos irradiadores das ações do museu, concatenando-se a uma proposta de atuação territorializada e que dialogam com as demais tipologias de acervo da instituição (iconográfico; de bens móveis e históricos e de história oral).

Desta forma, ao longo de minha curta trajetória profissional no campo museal percebi a dualidade existente entre a prática existente nos museus de Santa Catarina (que talvez não seja muito distinta perante os demais museus brasileiros) e as normatizações impostas pela academia e regulações preconizadas pelo poder público. Sendo assim, e abarcando os estudos desenvolvidos pela professora Waldisa Rússio Guarnieri, especialmente na década de 1980, compreendo que cabe um estudo sobre estas duas dimensões museológicas: a vislumbrada e a real – a partir da interferência de políticas públicas direcionadas para o setor. Será que o Estado conseguiria aproximar as duas dimensões?

Delimitação da pesquisa: o caminho percorrido

O museu não mais escapa, pois, à sua inserção num sistema que tenta pensar as relações e os “filtros” que existem entre cultura, arte e sociedade, rejeitando esquemas simplistas que postulam homologias mecânicas e introduzindo a discussão ideológica no cerne do problema. O museu é, antes de mais, uma instância de mediação: entre objetos e pessoas; entre profissionais e públicos; entre criadores e modos de circulação e apropriação das suas obras; entre os poderes oficiais e as visões contra-hegemônicas, entre modelos organizacionais e lógicas vivenciais e mundanas. Basta pensar na complexidade do campo profissional que rodeia hoje o museu para nos apercebermos de que os recursos que mobiliza pressupõem uma ampla negociação de significados (LOPES, 2006, p. 93-94).

A presente pesquisa se constitui em um **estudo de caso**, pois aborda um aspecto específico de um fenômeno e suas decorrências. Ela é desenvolvida com base em material já elaborado e em investigações realizadas sendo constituído principalmente de livros, artigos científicos, entrevistas, coletas e mensurações de dados. Segundo Gil (2010, p. 54) o estudo de caso consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, pois por intermédio dele, serão coletados, organizados e analisados os dados referentes ao tema desta pesquisa, para análise o problema proposto.

No entanto, a realização de um estudo pode exigir, além de tempo e dedicação do pesquisador, frequentemente requer o uso de mais de uma abordagem na pesquisa, como aponta Ventura (2007, p. 383):

Descrever e caracterizar estudos de caso não é uma tarefa fácil, pois eles são usados de modos diferentes, com abordagens quantitativas e qualitativas, não só na prática educacional, mas também como modalidade de pesquisa, com aplicação em muitos campos do conhecimento.

A pesquisa nesse estudo de caso é classificada como exploratória e descritiva, com abordagem quali-quantitativa. É exploratória por ter o propósito de proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito (GIL, 2010, p.45). Ainda de acordo com Gil (2010), esse tipo de pesquisa é desenvolvido para dar uma visão mais geral de determinado fato. É descritiva por objetivar a identificação das características de um projeto específico, sendo este a execução do Programa de Capacitação Museológica (PCM) e seus reflexos no campo museal de Santa Catarina.

As informações obtidas poderão gerar novos interesses de pesquisa e, assim, propiciar a abertura de novas proposições, sempre apoiadas por novos referenciais teóricos.

Segundo Gil (1995), o estudo de caso não aceita um roteiro rígido para a sua delimitação, mas é possível definir quatro fases que mostram o seu delineamento:

- a) Delimitação da unidade-caso (o Programa de Capacitação Museológica);
- b) Coleta de dados (entrevistas, relatórios, formulários de avaliação de público; indicadores, dentre outras informações);
- c) Seleção, análise e interpretação dos dados;
- d) Elaboração do relatório (neste caso, da dissertação).

Com base no que foi exposto nas linhas anteriores, o estudo tem como problema a seguinte questão: qual o impacto das políticas públicas de formação de recursos humanos, desenvolvidas pelo poder público estadual, para o campo museal catarinense?

A partir da definição dessa problemática a pesquisa compromete-se com o objetivo principal de analisar o impacto do Programa de Capacitação Museológica no campo organizacional dos museus catarinenses.

A pesquisa proposta também possui os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar, caracterizar e analisar historicamente as políticas culturais praticadas pelo Estado de Santa Catarina para o campo museológico nas últimas três décadas;
- b) Analisar o impacto e eficiência das oficinas do Programa de Capacitação Museológica, para os museus participantes, no período de 2011 a 2014;
- c) Verificar, por meio de indicadores oficiais, as influências das capacitações do SEM/SC no campo museal de Santa Catarina.

Partindo desse entendimento, os dois primeiros capítulos deste trabalho trazem conceitos e reflexões sobre a ação do Estado como principal agente influenciador dos campos organizacionais da cultura, especificamente neste caso o museu.

No primeiro capítulo – **O Estado, a cultura e as políticas públicas** - algumas reflexões são propostas, sobre o campo das políticas públicas culturais, especialmente desde a década de 1980 até os dias atuais. Coube ainda nesta parte focar nas políticas públicas para museus praticadas no Brasil e em Santa Catarina a partir do perfil dos museus catarinenses neste contexto.

Além disso, a pesquisa se baseará nas dissertações de Rafael Pereira de Oliveira (2007) e Luiz Fernando Mizukami (2014) que lançam olhares e reflexões sobre o campo organizacional dos museus catarinense e paulista, respectivamente. Também, neste capítulo, ocorreu a análise de documentos de referências, legislações e marcos regulatórios que influenciaram os museus de Santa Catarina - desde o Sistema Nacional de Museus (década de 1980), passando pelos Sistemas Brasileiro e Estadual de Museus, além do trabalho da Fundação Catarinense de Cultura (FCC) para o setor.

Os principais autores referenciados que auxiliaram nesta discussão foram: Antônio Albino Rubim, Átila Tolentino, Letícia Julião, Lia Calabre, Isaura Botelho, José Márcio Barros, Maria Cristina Oliveira Bruno, Mário Chagas, Néstor Garcia Canclini e Teixeira Coelho.

Já no capítulo dois – **O Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina e o seu campo de atuação** - traz autores como Maria Célia Moura Santos, Maria Cristina Oliveira Bruno, Miryam Sepúlveda dos Santos, Teixeira Coelho e Waldisa Rússio Guarnieri que contribuirão para a discussão das Redes e Sistemas de

Museus como importantes agentes de articulação e sistematização de políticas públicas.

Ainda fazem parte deste capítulo as entrevistas com três dos principais atores do processo de planejamento e implementação de políticas públicas para museus nas últimas três décadas. São eles: Fernando Antônio Romero, cientista social e primeiro coordenador do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (1986 até 1991); Elizabete Neves Pires, historiadora e titular da Gerência de Organização e Funcionamento de Museus, num período em que a atuação do SEM/SC foi absorvida por essa estrutura na FCC (1994 até 2002); e por fim, Marli Fávero, arte-educadora, responsável pela retomada do SEM/SC após advento da Política Nacional de Museus e coordenadora do mesmo Sistema no período de 2006 até 2011. Seus relatos traçam um importante panorama sobre a cronologia e a instabilidade das políticas públicas culturais no estado de Santa Catarina.

Avançando ao terceiro capítulo – **O Programa de Capacitação Museológica seus reflexos no campo museal catarinense** – apresenta o estudo de caso proposto por esta pesquisa, que consiste num programa de formação continuada originário da Política Estadual de Museus de Santa Catarina, e executado de 2011 até 2014. Neste capítulo serão apresentados indicadores sobre a realização do PCM, bem como serão elencadas as alterações na configuração dos museus participantes de todos os módulos do PCM ministrados, a partir de dados que ilustram a realidade do campo museal catarinense antes e depois da realização do Programa, constantes no Cadastro Nacional de Museus (dados anteriores a 2011) e no Cadastro Catarinense de Museus (a partir de 2014).

Já em suas considerações finais coube a este trabalho entrelaçar a análise dos dados apresentados no capítulo anterior aos campos teóricos percorridos durante toda a pesquisa, objetivando apontar a eficácia (ou não) das oficinas de capacitação para o campo organizacional dos museus em Santa Catarina.

O conteúdo da pesquisa busca a resolução de alguns questionamentos e inquietações que se impõem diante de um trabalho de planejamento de políticas públicas direcionadas a um determinado campo organizacional – neste caso os museus.

Porém, mais desafiante é prospectar ações para os profissionais atuantes nestes equipamentos, afinal são as pessoas agentes de movimento, interação e

transformação refletidas nas instituições museológicas, palco de reflexões sobre a atuação do ser humano em diferentes campos do conhecimento.

Tal afirmação reverbera também na opinião de Bruno (2007, p.48) quando a mesma percebe a reconfiguração da atuação do museu:

[...] antes instituições isoladas e esquecidas, hoje têm valorizada a atuação em redes e sistemas, procurando mostrar a sua importância para o desenvolvimento socioeconômico. Antes instituições devotadas exclusivamente à preservação e comunicação de objetos e coleções, hoje têm assumido a responsabilidade por ideias e problemas sociais, ampliando o seu escopo para os domínios do patrimônio imaterial.

Cabe, portanto, nesta pesquisa uma análise subdividida em três níveis de investigação: avaliação de políticas públicas para o campo museal, da ação institucional do Sistema Estadual de Museus e da Fundação Catarinense de Cultura, e por fim a avaliação sobre o planejamento e execução do Programa de Capacitação Museológica, projeto de formação continuada direcionado aos profissionais atuantes nas instituições catarinenses.

A partir desse pressuposto, o projeto de pesquisa que desenvolvi junto ao PPGmus da Universidade de São Paulo (USP), denomina-se **“Políticas Públicas para o Campo Museal: um estudo sobre o Programa de Capacitação Museológica do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina”**.

Este tema, vinculado à linha de pesquisa “Teoria e método da gestão patrimonial e dos processos museológicos” vem ao encontro dos meus anseios de problematizar e refletir sobre o desenvolvimento / execução de projetos para o campo museológico enquanto estive na equipe do SEM/SC.

No campo de conhecimento da Museologia, meu projeto de pesquisa se insere na área da Gestão Museológica, mais especificamente no âmbito do Gerenciamento de Políticas Públicas.

CAPÍTULO 1: O ESTADO, A CULTURA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 O Estado e sua função reguladora do campo cultural

Para debatermos a relação entre Estado e cultura é necessário pensar o que definimos como sendo cultura e que concepção de Estado possuímos, como imaginamos seu funcionamento e o destino de suas políticas [...] (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2007, p.62)

É salutar, para o desenvolvimento e delimitação desta pesquisa, priorizar uma definição do conceito de cultura e política cultural dentre as inúmeras existentes.

Para Humberto Cunha, cultura pode ser definida como: “a produção humana juridicamente protegida, relacionada às artes, memória coletiva e ao repasse de saberes, e vinculada ao ideal de aprimoramento, visando à dignidade da espécie como um todo, e de cada um dos indivíduos” (CUNHA FILHO, 2004, p. 86).

Para José Luiz dos Santos (1983), o termo cultura refere-se a tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação, ou então de grupos no interior de uma sociedade, bem como representa domínio da vida social.

Segundo Miranda (1996, p. 253)

constitui tarefa difícil dar uma definição de cultura, mas pode assentar-se em que cultura envolve tudo quanto tem significado espiritual e, simultaneamente, adquire relevância coletiva. Refere-se ainda a tudo que se reporta a bens não econômicos, bem como a tudo que tem que ver com obras de criação ou de valoração humana, contrapostas às puras expressões da natureza.

O termo cultura passa a ter uma conotação antropológica, designando toda e qualquer atividade promovida ou sentida pelo ser humano.

Bem distante da ideia original de cultura, que necessariamente embutia valores, é aquela hoje corrente, difundida pelos antropólogos, a partir de um critério meramente formal, de que a cultura confunde-se pura e simplesmente com a existência humana (CUNHA FILHO, 2004, p. 31).

Neste sentido o mesmo autor (2004, p. 33) afirma que para o conceito antropológico, cultura “é tudo que não é natureza intocada”, ou seja, é o valor dado pelo homem.

Portanto, urge cada vez mais como necessário a atenção do Estado na proteção e valorização da diversidade e das distintas manifestações culturais. A cultura representa “a formação histórica de uma nação ou região, suas raízes antropológicas, etimológicas, os diversos confrontos que afirmam a nacionalidade” (BONFIM, 2003).

Na concepção de Edward Tylor, citado em Laraia (2001), o termo Cultura “tomado em seu sentido etnográfico, é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”. Ou ainda pela definição dada por Isaura Botelho (2001, p.2): “na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas”.

Ou ainda:

Dito de outra forma, a cultura é tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando. No entanto, a cultura, sob a égide antropológica, torna difícil o trabalho de formulação de políticas culturais específicas. Para evidenciar os tipos de políticas públicas faz-se necessário dar consistência ao termo (BOTELHO, 2001, p.3).

A mesma autora (2001) afirma que é necessário então limitar o campo de atuação, “de forma a não serem criadas ilusões e evitando que os projetos fiquem apenas no papel, reduzidos a boas intenções”. Por isso é que ela fala de outra dimensão, a dimensão sociológica.

Por sua vez, a dimensão sociológica não se constitui no plano do cotidiano do indivíduo, mas sim em âmbito especializado: é uma produção elaborada com a intenção explícita de construir determinados sentidos e de alcançar algum tipo de público, através de meios específicos de expressão. Para que essa intenção se realize, ela depende de um conjunto de fatores que propiciem, ao indivíduo, condições de desenvolvimento e de aperfeiçoamento de seus talentos, da mesma forma que depende de canais que lhe permitam expressá-los. (BOTELHO, 2001, p. 3)

Para Rubim (2007) a atenção com as políticas culturais no mundo e, em especial, no Brasil é recente. O conjunto de formulações e práticas que conformam as políticas culturais somente a partir dos anos 80 gerou estudos no país e registram desafios ainda complexos no seu enfrentamento:

Em dois estudos anteriores, tentei esboçar uma visão panorâmica e busquei identificar alguns eixos que têm marcado a história das políticas de cultura no Brasil. Os eixos foram traduzidos em três tristes tradições. Elas podem ser emblematicamente sintetizadas em três palavras: ausência, autoritarismo e instabilidade. Elas são a síntese da vida prejudicada das políticas culturais da nação brasileira (RUBIM, 2007, p. 2)

No campo da cultura, o Estado (federação, estados e municípios) atua orientado pelas diretrizes de sua política cultural, que compreende um programa de intervenções que podem ser realizadas, tanto pelo próprio Estado, quanto por instituições civis, entidades privadas ou grupos comunitários, “com o objetivo de satisfazer as necessidades culturais da população e promover o desenvolvimento de suas representações simbólicas” (REIS, 2007, p. 140).

Ou ainda pode-se compreender essa política cultural como “conjunto de iniciativas, tomadas por esses agentes, visando promover a produção, a distribuição e o uso da cultura, a preservação e divulgação do patrimônio histórico e o ordenamento do aparelho burocrático por elas responsável” (COELHO, 2004, p. 293).

Os estudos sobre políticas culturais possuem uma visibilidade crescente, pois cada vez há mais pesquisadores, profissionais e instituições interessadas em trabalhar este tema. Contudo, é perceptível a fragilidade teórica que envolve este campo, visto que poucos são os trabalhos preocupados em trazer uma discussão mais conceitual. Neste sentido, apresentam-se e contrapõem-se aqui algumas versões para o conceito de políticas culturais que começaram a surgir e a serem debatidas especialmente a partir da década de 1960. Nesse período, ressalta-se a importância das Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em torno da reflexão e debate sobre assuntos relacionados à cultura. Em 1969, a instituição divulgou o documento “Cultural policy: A preliminary study” que fez parte da coleção “Studies and documents on cultural policies”, publicada ao longo da década de 1970, sobre as políticas culturais dos países-membros. (REIS, 2011, p. 2)

No referido documento política cultural é entendida como um conjunto de princípios, práticas administrativas e orçamentárias e os procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado.

[...] “Política cultural” deve ser entendida como a soma dos usos conscientes e deliberada, de ação ou falta de ação na sociedade, visando atender a determinadas necessidades culturais por meio da utilização óptima de todos os recursos materiais e humanos disponíveis em uma sociedade em um momento determinado. (UNESCO, 1969 apud REIS, 2011)³

Porém, atualmente seria impossível ignorar a participação de instituições não-estatais na condução do campo cultural, pois a presença de instituições privadas e organizações civis está cada vez mais associada às políticas culturais.

Conforme descreve Canclini, uma política cultural não se restringe a atuação governamental. Ela envolve, além do Estado, a interlocução e participação efetiva da sociedade civil.

Los estudios recientes tienden a incluir bajo este concepto al conjunto de intervenciones realizadas por el estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o transformación social. Pero esta manera de caracterizar el ámbito de las políticas culturales necesita ser ampliada teniendo en cuenta el carácter transnacional de los procesos simbólicos y materiales en la actualidad. (CANCLINI, 2005, p. 78).⁴

Diante do exposto, questiona-se como atender tais necessidades sem a qualificação ou instrumentalização de profissionais para lidar com temas e projetos culturais? Ou, ainda, que transformação social se espera ou se almeja através de uma política cultural?

³ UNESCO. Cultural policy: a preliminary study. UNESCO: Paris, 1969. A tradução da citação foi feita por Paula Félix dos Reis (2011).

⁴ Estudos recentes tendem a incluir no âmbito deste conceito o conjunto de intervenções por parte do Estado, instituições civis e grupos comunitários organizados para orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou transformação social. Mas esta maneira de caracterizar o domínio das políticas culturais precisa ser ampliado, tendo em conta a natureza transnacional dos processos materiais simbólicos e materiais na atualidade. (Tradução do pesquisador)

Botelho (2001) expõe que é necessário que sejam feitas estratégias de curto, médio e longo prazo para que políticas culturais sejam efetivas, não se podendo confiar em medidas instantâneas, que dificilmente terão efeito duradouro.

O planejamento de políticas culturais envolve uma gama diversa de conjunturas, partindo do pressuposto de que existem diversos tipos de expressão da cultura, bem como públicos diferentes a serem beneficiados por essa mesma política.

[...] são inúmeras as linguagens e suportes de expressão a serem contemplados: teatro, música, dança, cinema, comunicação de massa, artes plásticas, fotografia, escultura, artesanato, livros, patrimônio cultural (material e imaterial), circo, **museus**⁵ etc., cada um com a sua complexidade e especificidade a ser considerada. Uma política abrangente também deve considerar as dimensões transversais a estas linguagens e suportes: deve pensar em termos de políticas de **capacitação profissional**⁶, criação, produção, circulação e financiamento da cultura. Temos também diferentes públicos ou segmentos culturais que devem ser enfocados pelas políticas públicas de cultura: povos indígenas e afrodescendentes, juventude, portadores de necessidades especiais, comunidades marginalizadas das grandes cidades e para as comunidades GLBT. (BONFIM, 2003, p. 78-79)

Para Souza (2006) as políticas públicas na sua essência estão ligadas fortemente ao Estado, que determina como os recursos são usados para o benefício de seus cidadãos, com o compromisso de no final da execução de determinado projeto, fazer prestação de conta pública do dinheiro gasto em favor da sociedade.

No caso específico das políticas públicas culturais, há que se ressaltar que a conscientização da importância da cultura não apenas como objeto de investimento estatal, precipuamente como forma de inclusão social, é relativamente recente. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o referido conceito de “inclusão social” foi ampliado englobando também a cultura (CAVALCANTE, 2011).

o crescimento das políticas culturais e a necessidade da intervenção do Estado na regulação do interesse geral da cultura gerou, a partir dos anos 1970, em muitos países, o surgimento de estruturas próprias de gestão da cultura (SEMPERE, 2011, p. 116).

O mesmo autor ainda destaca que:

⁵ Grifo desta pesquisa.

⁶ Idem.

[...] as políticas culturais encontram-se sempre na fronteira entre sua colocação à margem e sua inclusão no conjunto das políticas públicas, de acordo com a capacidade que as administrações possam ter para prescindir delas ou de situá-las fora do núcleo duro da ação pública em um país (SEMPERE, 2011, p. 118)

Barbalho (2005) ainda argumenta que a política cultural não requer uma ciência própria, ou seja, a criação de uma nova área científica. Pode e deve ser objeto de estudos e reflexões a partir das áreas já existentes (antropologia, sociologia, história, etc.) ou mesmo através de um enfoque multidisciplinar. O autor também defende que o termo “organização das estruturas sociais” remete muito mais à ideia de gestão cultural. Enquanto a política trata “dos princípios, dos meios e dos fins norteadores da ação”, a gestão cultural trata “de organizar e gerir os meios disponíveis para execução destes princípios e fins” A gestão, portanto, estaria “inserida na política cultural, faz parte de seu processo” (BARBALHO, 2005, p. 36).

O contexto atual torna insustentável a afirmação de exclusividade do Estado na condução de uma série de aspectos da vida social, inclusive da cultura. Quando se trata de políticas culturais, isso se torna perceptível, por exemplo, quando se identifica o desenvolvimento de projetos e atividades culturais sendo realizadas por diversas instituições (REIS, 2011, p. 5).

Assim, avança-se também na perspectiva da importância da participação da sociedade civil no planejamento e desenvolvimento de políticas públicas (neste caso específico para a cultura).

A supremacia e o destaque da atuação estatal no campo político-cultural eram visíveis em um período em que se colocava e se cobrava ao Estado um papel de provedor maior. Mas à medida que o campo sociocultural se transforma, outros atores começam a surgir e a ganhar força (REIS, 2011, p. 6).

1.2 Museu como objeto de política pública

Na segunda metade do século XX, ou, de modo mais preciso, depois dos anos setenta, a Museologia e os museus no Brasil passaram por um grande processo de transformação e amadurecimento. Nesse

período, o objeto de estudo da Museologia foi construído, desconstruído e reconstruído inúmeras vezes; a categoria museu foi ressignificada e a diversidade tipológica dos museus foi ampliada de uma maneira sem precedentes. Os museus passaram a ser tratados como processos e práticas culturais de relevância nacional. [...] Essas considerações são relevantes quando se trata de pensar e colocar em prática uma política pública específica para museus. Em outras palavras: a construção, na contemporaneidade, de uma política museal democrática e de interesse público precisa considerar a museodiversidade brasileira, bem como as reflexões, os debates, as práticas e as poéticas características desse universo em expansão (NASCIMENTO JÚNIOR; CHAGAS, 2006, p.14).

Os museus configuram-se como agentes de integração entre os indivíduos e as mais diversas narrativas culturais. São lugares de pesquisa, de reabilitação e de fortalecimento das identidades culturais, assim como de formação e produção de conhecimento.

Segundo Smedo (2006, p. 13), os museus são resultado de “uma forma particular de desconstruir a realidade” e faz-se necessário explorar e analisar “os pressupostos em que se alicerçam os argumentos implícitos nos discursos e representações museológicas”, questionando quais são os contornos dessas representações, como e por que seus argumentos são constituídos e qual a sua importância e efeitos sobre as políticas e funções museológicas

Nesse sentido, cada vez mais se faz necessário estabelecer um processo de valorização e articulação entre as políticas públicas para museus (federais, estaduais e municipais), na tentativa de viabilizar métodos para a qualificação dos processos museológicos desenvolvidos por essas instituições.

No Brasil, os museus surgem na segunda metade século XIX, tendo a ideia de “trazer o que seus idealizadores entendiam como progresso, no sentido positivista, a um país considerado atrasado” (ANGELI, 1993, p. 10). Nesse início os museus foram se formando, constituindo suas coleções através das doações de objetos da cultura material.

É ainda no século XIX com a chegada da Família Real Portuguesa, que nascem os primeiros museus no Brasil. D. João VI, imperador do Reino de Portugal, criaria em 1815, a Escola Real de Ciência, Artes e Ofícios, receptora do acervo trazido pelo monarca ao sair fugido da sede do seu império e que, sob o amparo de artistas e mestres oriundos da Missão Artística Francesa, viria se transformar, nas décadas posteriores, na Escola Nacional de Belas Artes. Em 1818, cria o Museu

Real (atual Museu Nacional), museu de história natural de intercâmbio com os museus de história natural na Europa (SUANO, 1986).

Já na segunda metade do século XIX, foram criados os museus do Exército (1864), da Marinha (1868), o Paranaense (1876), do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia (1894), destacando-se, nesse cenário, dois museus etnográficos: o Paraense Emílio Goeldi, constituído em 1866, por iniciativa de uma instituição privada, transferida para o Estado em 1871 e reinaugurado em 1891, e o Paulista, conhecido como Museu do Ipiranga, surgido em 1894 (JULIÃO, 2006). Ainda, segundo a mesma autora, é possível afirmar que no século XIX firmaram-se dois modelos de museus, no mundo e no Brasil:

[...] aqueles alicerçados na história e cultura nacional, de caráter celebrativo, como o Louvre, e os que surgiram como resultado do movimento científico, voltados para a pré-história, a arqueologia e a etnologia, a exemplo do Museu Britânico. No Brasil, os museus enciclopédicos, voltados para diversos aspectos do saber e do país, predominaram até as décadas de vinte e trinta do século XX, quando entraram em declínio como no resto do mundo, em face da superação das teorias evolucionistas que os sustentavam. Embora a temática nacional não constituísse o cerne desses museus, tais instituições não deixaram de contribuir para construções simbólicas da nação brasileira, através de coleções que celebravam a riqueza e exuberância da fauna e da flora dos trópicos (JULIÃO, 2006, p.23).

A partir da criação, em 1922, do Museu Histórico Nacional (MHN), no Rio de Janeiro, inicia-se um marco no movimento museológico brasileiro, como observa Regina Abreu.

O MHN rompeu com a tradição enciclopédica, inaugurando um modelo de museu consagrado à história, à pátria, destinado a formular, através da cultura material, uma representação da nacionalidade. Resultado do empenho de intelectuais, apoiados pelo Estado, e tendo à frente Gustavo Barroso, diretor do museu de 1922 a 1959, o MHN foi organizado com o objetivo de “educar” o povo (ABREU, 1996, p.16).

O Museu Histórico Nacional também contribuiu para a instalação do curso de Museologia, criado sob a orientação de Gustavo Barroso, que funcionou no próprio MHN entre 1932 e 1979, formando profissionais que atuaram na área em todo o país. Esse curso, mais tarde, seria absorvido pela estrutura da Universidade Federal

do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), onde é oferecido aos acadêmicos interessados na área até os dias atuais (JULIÃO, 2006).

Seguindo as diretrizes do MHN, os museus surgidos especialmente a partir das décadas de 1930 e 1940 traziam as marcas de uma Museologia comprometida com a ideia de uma memória nacional como fator de integração e coesão social, incompatível, portanto, com os conflitos, as contradições e as diferenças. A coleta de acervo privilegiava os segmentos da elite política, social e econômica, e as exposições adotavam o tratamento factual da história, o culto à personalidade, veiculando conteúdos dogmáticos, em detrimento de uma reflexão crítica (JULIÃO, 2006, p. 22)

Além do curso de Museologia, o surgimento de novos museus no país contou, ainda, com a atuação decisiva do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937 (JULIÃO, 2006).

As iniciativas do SPHAN no campo museológico marcaram um novo alento para os museus em geral, a exemplo de medidas que procuravam impedir a evasão de acervos do país e a implementação de uma política de criação de museus nacionais. Inicialmente foram implantados o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), no Rio de Janeiro (1937), reunindo o acervo da Academia Imperial de Belas Artes; o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (1938), com acervo referente àquele movimento, à arte barroca e à cultura material do ciclo minerador, e o Museu das Missões, no Rio Grande do Sul (1940), com o objetivo de preservar a cultura das missões jesuítas (JULIÃO, 2006).

Já na década de 1970, o Brasil, que vivia o fim da sua ditadura militar, ainda tinha no SPHAN um dos principais instrumentos de formação de uma política cultural (FONSECA, 2009). Esse período foi marcado pela “revisão” dos conceitos de cultura e de preservação do patrimônio que aconteciam a nível internacional.

Dentre essas transformações conceituais e políticas, se fez o caminho que propiciou a criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC), em 1975, idealizado por Aloísio Magalhães⁷, que foi uma tentativa de modernizar a política cultural do país, no contexto do regime militar.

⁷ Pintor, designer, gravador, cenógrafo, figurinista. Forma-se em direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em 1950. Com bolsa do governo francês, estuda Museologia em Paris, entre 1951 e 1953, também frequenta o Atelier 17, um centro de divulgação de técnicas de gravura, onde é aluno do gravador Stanley William Hayter (1901-1988). Volta ao Brasil em 1953. Em 1956, com bolsa concedida pelo governo americano, viaja aos Estados Unidos, onde se dedica às artes gráficas e à programação visual. Em 1960, volta ao Brasil e abre um escritório voltado à comunicação visual,

Sob a coordenação de Magalhães, promoveu-se uma reflexão crítica e uma renovação conceitual no campo da preservação do patrimônio cultural, que, seguindo uma tendência internacional, resultou na ampliação da noção de patrimônio e na adoção do conceito de bens culturais, que passaram a ser concebidos como elementos importantes para o desenvolvimento autônomo do país (JULIÃO, 2006, p.24).

Maria Célia Moura Santos também aponta para este mesmo período como sendo o marco referencial para a construção de uma política museológica brasileira:

Uma política museológica para o país é tentada, a partir de 1975, com a reunião dos dirigentes de museus, realizada em Recife, e nas reuniões dos secretários de Educação e Cultura dos Estados e dos Conselhos Federal e Estadual de Cultura, realizados em Brasília e em Salvador, em 1976. Deu-se início à discussão e, posteriormente, foram formuladas as propostas para criação do Sistema Nacional de Museus, que deveria ser capaz de organizar, atividades dos museus brasileiros, “proporcionando a que suas múltiplas finalidades sejam de fato atingidas, como exige o desenvolvimento global do país” (SANTOS, 1996, p.75-76).

Durante o regime militar, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (atual Fundação Joaquim Nabuco) promoveu em 1975 o Encontro Nacional de Dirigentes de Museus, do qual participaram representantes e diretores de museus de todo o País (TOLENTINO, 2013).

O mesmo autor ilustra que,

Esse encontro resultou na formatação do documento “Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira”, publicado no ano seguinte. Esses subsídios compunham-se de sugestões e recomendações para a implantação de uma possível política museológica brasileira. O documento apresenta recomendações nas áreas de organização técnica e administrativa, capacitação financeira, capacitação profissional, pesquisa, educação, preservação do patrimônio cultural e relação com o meio. Seis anos após a edição desse documento, foi criado, em 1982, no âmbito da antiga Fundação Pró-Memória, o Programa Nacional de Museus (TOLENTINO, 2013, p. 106).

campo no qual é um dos pioneiros no país, e realiza projetos para empresas e órgãos públicos. Em 1979, é nomeado diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e, no ano seguinte, presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, quando inicia campanha pela preservação do patrimônio histórico brasileiro. (Informações obtidas na Enciclopédia de Artes Visuais do Itaú Cultural, Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/aplicExternas/enciclopedia/?fuseaction=artistas_biografia&cd_verbete=543&cd_idioma=28555>. Acesso em: 29 mai. 2016).

Esse programa propiciou a formatação de uma nova proposta museológica brasileira, priorizando os aspectos relativos à segurança, modo de exposição e preservação dos acervo (TOLENTINO, 2013). Segundo Maria Célia Moura Santos, esse programa pretendia dar assistência aos museus do país, mas, em primeira instância, cuidaria da administração, de uma forma integrada, dos museus que atuavam na órbita da Secretaria de Cultura do então Ministério de Educação e Cultura (SANTOS, 1994).

Em 1979, já na diretoria do IPHAN (ex-SPHAN) Aloísio Magalhães criou a Fundação Pró-Memória. À frente do órgão propôs recuperar a proposta “etnográfica generosa” de Mário de Andrade, alargando os limites do discurso de Rodrigo Melo Franco de Andrade⁸, o qual, segundo Magalhães, não expressava mais a complexidade do patrimônio cultural brasileiro (JULIÃO, 2006, p.26)

Um dos resultados desta nova proposta foi a criação do Museu Ao Livre de Orleans (MALO), em Santa Catarina, no mesmo ano. O MALO é um museu-parque-tecnológico e dá ênfase à reprodução de edificações, dos meios de subsistência e das práticas dos trabalhadores rurais da região, promovendo-os como patrimônio cultural.

Em 1985, juntamente com a volta da democracia no governo de José Sarney, surge o Ministério da Cultura (MinC). No ano seguinte, o então Ministro da Cultura Celso Furtado chama as lideranças de todo o país para discutirem os rumos das políticas públicas, no Encontro Governo-Sociedade (MOISÉS, 2001). É desta época a criação do Sistema Nacional de Museus (SNM)⁹, ligado à estrutura do SPHAN (OLIVEIRA, 2007)

A proposta de criação do Sistema Nacional de Museus foi definida durante o IX Congresso Nacional de Museus, realizado em São Paulo (1986), cujo objetivo seria a "definição de uma política museológica participativa, em que cada estado da federação estaria representado nesse sistema para estudo de suas prioridades e linhas de ação" (FRAGA, 2004, p.114).

⁸ Rodrigo Melo Franco de Andrade nasceu em Minas Gerais em 1898. Advogado, jornalista e escritor, formou-se em direito pela Universidade do Rio de Janeiro. Chefou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), desde a fundação do órgão, em 1937, até 1968. Informações obtidas no “Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930”. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001 (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2017).

⁹ Portaria 13, de setembro de 1986.

A implantação do Ministério da Cultura abarcou a criação de dois órgãos reguladores para o campo museal brasileiro: a Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos da Fundação Nacional Pró-Memória - com o objetivo de “coordenar, integrar e apoiar as ações das unidades museológicas da Fundação” e suas conveniadas – e o Sistema Nacional de Museus, órgão do Ministério da Cultura” (SANTOS, 1996, p. 78-79).

O Sistema Nacional de Museus, formado por uma coordenadoria e um comitê composto de representantes de cada Estado e território brasileiros, tratava-se de uma instituição à qual cabia “tão somente um controle técnico que busca amparar as atividades museológicas, sem coibir os museus em seu desempenho individual” (Relatório do Sistema Nacional de Museus: 1986-1990; 1990 *apud* Mizukami, 2014, p. 60)¹⁰.

O SNM desenvolvia uma política de apoio aos museus através de um comitê formado por representantes dos estados brasileiros, numa ação descentralizada. Baseava-se na constatação de que a simples distribuição de recursos era insuficiente para um bom desempenho das instituições museológicas, buscando concentrar-se também no treinamento de recursos humanos para estes museus. Os representantes estaduais apresentavam projetos de suas regiões para apoio técnico e financeiro e começaram a implantar os sistemas estaduais que alimentavam o nacional (OLIVEIRA, 2007, p.59)

Em 1988, uma nova Constituição é forjada e nela reforça-se a responsabilidade do Estado com os direitos culturais¹¹, além de, ao descentralizar os recursos, permitir que os governos estaduais e municipais possam investir mais em cultura. Isto se verifica nas diversas leis de incentivo baseadas em mecanismos de renúncia fiscal e também pela implantação de estruturas de gestão semelhantes às federais, como secretarias e conselhos de cultura (MOISÉS, 2001).

Já no governo de Fernando Collor de Mello, com perfil mais neoliberal, há uma desconstrução das políticas públicas para a cultura, gestadas nas décadas de 1930, 1970 e 1980 (MOISÉS, 2001), extinguindo a maioria das organizações públicas de cultura (IPHAN e FUNARTE, por exemplo), e rebaixando o Ministério da

¹⁰ *Apud* Mizukami, 2014, p. 46.

¹¹ O Art. 215 da Constituição diz: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros participantes do processo civilizatório nacional” (BRASIL, 1988).

Cultura ao status de secretaria. Essa ação ocasionou a extinção de diversos programas do MinC, dentre eles o Sistema Nacional de Museus (OLIVEIRA, 2007).

Ainda na década de 1990 algumas reformas na atuação do Estado impactaram de sobremaneira as políticas culturais praticadas pela federação, como explicita Oliveira (2007, p.61):

A partir de 1992 assume Itamar Franco, que recriou o MinC, definiu outros mecanismos de financiamento específicos, como a Lei do Audiovisual e retomou o diálogo do governo com a sociedade, com a realização, em 1993, da Conferência Nacional de Cultura e a reativação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

[...]

Em 1995, sob o comando do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi realizada a reforma administrativa do Estado brasileiro sob a justificativa de mantê-lo como forte regulador e coordenador de políticas sociais, deixando para o mercado e o terceiro setor a produção de bens e serviços.

Segundo Pinto (2010), no governo FHC houve uma desarticulação com os Sistemas Estaduais de Museus, o que ocasionou fragmentação e dificuldades na coordenação de políticas para os mesmos, além do início de um processo de municipalização da gestão dos bens patrimoniais.

Em 2003 o governo de Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o compromisso de tratar a cultura como política de Estado, prometendo maior atenção ao eixo estruturante da cultura, relacionado com formação e identidade cultural. O Ministério da Cultura passou a ser coordenado pelo músico Gilberto Gil, que buscou implementar nos programas do Ministério projetos que privilegiassem o conceito antropológico de cultura¹².

E isso é claramente expresso do discurso de sua posse como ministro:

O Ministério não pode, portanto, ser apenas uma caixa de repasse de verbas para uma clientela preferencial. Tenho, então, de fazer a ressalva: não cabe ao Estado fazer cultura, a não ser num sentido muito específico e inevitável. No sentido de que formular políticas públicas para a cultura é, também, produzir cultura. No sentido de que toda política cultural faz parte da cultura política de uma

¹² Para Botelho (2001, p. 74) na dimensão antropológica, “a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. Desse modo, a cultura fornece aos indivíduos aquilo que é chamado por Michel de Certeau, de ‘equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários’”.

sociedade e de um povo, num determinado momento de sua existência. No sentido de que toda política cultural não pode deixar nunca de expressar aspectos essenciais da cultura desse mesmo povo. Mas, também, no sentido de que é preciso intervir. Não segundo a cartilha do velho modelo estatizante, mas para clarear caminhos, abrir clareiras, estimular, abrigar. Para fazer uma espécie de "do-in" antropológico, massageando pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo. Porque a cultura brasileira não pode ser pensada fora desse jogo, dessa dialética permanente entre a tradição e a invenção, numa encruzilhada de matrizes milenares e informações e tecnologias de ponta (GIL, 2003).

Em maio de 2003, o Ministério da Cultura lançou as bases da política do Governo Federal para o setor, com a apresentação da publicação "Bases para a Política Nacional de Museus - Memória e Cidadania". O documento apresenta como objetivo da Política:

Promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade sócio, étnico e cultural do país. (BRASIL, 2003, p.27)

Para tanto, a Política Nacional de Museus (PNM), criada também em 2003, apresenta sete eixos programáticos, que norteiam as ações a serem desenvolvidas: Gestão e configuração do campo museológico (1); Democratização e acesso aos bens culturais (2); Formação e capacitação de recursos humanos (3); Informatização de museus (4); Modernização de infraestruturas museológicas (5); Financiamento e fomento para museus (6); Aquisição e gerenciamento de acervos museológicos (7). (BRASIL, 2006)

Entre as principais ações, o desenvolvimento de um programa de formação e capacitação; a realização de um mapeamento das unidades museológicas através do Cadastro Nacional de Museus (CNM); o estabelecimento de políticas de financiamento e fomento a museus; e o desenvolvimento do Sistema Brasileiro de Museus (SBM), considerado o espaço democrático "das discussões em torno da construção de ações consistentes, garantindo voz a setores até então esquecidos no plano político" e integrando os museus ao Sistema Nacional de Cultura (BRASIL, 2006).

O SBM foi criado por meio do Decreto nº 5.264, de 5 de novembro, assinado pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e pelo Ministro da Cultura Gilberto Passos Gil Moreira, com a seguinte finalidade:

[...] promover a interação entre os museus brasileiros; o registro e a disseminação dos conhecimentos do campo museológico; a gestão integrada e o desenvolvimento das instituições, acervos e processos museológicos; e o desenvolvimento de ações de capacitação, documentação, pesquisa, conservação e difusão entre as unidades museológicas que integram o Sistema. (TOLENTINO, 2008, p.21).

Em 2004, com o fortalecimento do Ministério da Cultura, há o início de uma presença mais ampla discussões, que extrapolam o campo acadêmico, por meio de eventos, fóruns e debates, que resultam em cartas e declarações sobre o campo patrimonial para o crescimento de políticas voltadas à área do patrimônio cultural (MEISTER, 2013). No mesmo ano é criado o Sistema Nacional de Cultura (SNC), que juntamente com o SBM, pressionam estados e municípios a estruturarem suas instituições culturais e desenvolverem mecanismos de financiamento (OLIVEIRA, 2007).

Ainda em 2004 é criado dentro da estrutura do IPHAN o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU/IPHAN), considerado uma consequência a partir das discussões sobre a Política Nacional de Museus (PNM), que identificaram a necessidade da existência de um departamento que respondesse exclusivamente pelas questões museológicas, uma vez que as questões do patrimônio e do tombamento vinham ocupando posição central dentro do IPHAN (MIZUKAMI, 2014).

Com a retomada de um sistema de museus federal, os estados são novamente incentivados a criar ou reformular os Sistemas Estaduais de Museus. Este processo de rearticulação do setor museológico brasileiro culmina ainda na promulgação da Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, mais conhecida por “Estatuto de Museus”, o Decreto 8.124, de 17 de outubro de 2013 que regulamenta a legislação anterior. São marcos regulatórios importantes que propiciaram o crescimento e reconhecimento para o campo museal brasileiro.

Nesse movimento também é válido destacar, ainda em 2009, por meio da Lei Federal nº 11.906, a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), autarquia inserida no lugar do Departamento de Museus e Centros Culturais antes ligados ao IPHAN.

Essas iniciativas promoveram o início da consolidação de ações, oferecendo visibilidade aos profissionais, condição para a atuação, assim como possuir um crescimento por meio de oficinas de capacitação, encontros e debates temáticos reunindo profissionais, estudantes e interessados nessa área.

Além disso, o IBRAM tem como função a de coordenar as ações da Política Nacional de Museus e contribuir para:

[...] aprimoramento da configuração do campo museal e trabalhar para o desenvolvimento e a valorização da pesquisa museológica; para o estímulo e o apoio às práticas educacionais inovadoras; para o fomento à museologia social; para o incentivo e o diálogo com o campo da arte contemporânea; para o incremento das políticas de aquisição e preservação de acervos; e para o desenvolvimento de ações integradas entre os museus brasileiros. (CHAGAS; NASCIMENTO JUNIOR, 2009, p.5)

Houve, no período compreendido entre os anos de 2003 até 2014 um crescimento em números dos museus, a mudança no conceito de museus estáticos para museus dinâmicos e a inclusão da comunidade dentro do espaço museal. As políticas públicas estabelecidas no início do Governo Lula, de certa forma, revisitaram os preceitos de Aloísio Magalhães na década de 1970 e avançaram no sentido de criar relações cada vez maiores do conhecimento permeado entre a sociedade e a instituições, fazendo que, cada vez mais, sejam estruturados ambientes para salvaguardar essa rede de relações (MIZUKAMI, 2014).

Hoje, apesar do avanço a pequenos passos, com o Ministério da Cultura, IBRAM, com a regulamentação do setor museológico e da profissão do museólogo¹³, há uma série de ações que estão sendo colocadas mais fortemente, como a articulação dos museus para uma atualização de suas ações e debates.

Por fim, cabe registrar que a implantação de políticas públicas no âmbito federal incentivou os estados a implantar ou reformular seus Sistemas Estaduais de Museus, integrando assim uma articulação que abrange as três esferas administrativas governamentais.

Conforme, ainda, aponta Tolentino (2007, p.80):

A Política Nacional de Museus representou uma mudança de postura do Ministério da Cultura, tendo em vista que abrange todos os

¹³ Decreto nº 91.775/85. Disponível em: <http://www.cofem.org.br/legislacao/leg_regul.htm#decreto>. Acesso em: 30 abr. 2016.

museus brasileiros, independentemente da sua vinculação institucional, ou se público ou privado. Em todo o seu texto, está premente a articulação entre os entes da federação e da sociedade civil, bem como há a preocupação com a consolidação de políticas públicas não só voltadas aos bens culturais nacionais, mas também aos estaduais e municipais.

Desse modo, as organizações tendem a obedecer às regras do Estado, que é responsável pelo planejamento, execução e avaliação das políticas culturais. Isso pode ser percebido especialmente nas três últimas décadas, período que o Brasil vem experimentado importantes transformações no campo da gestão cultural, como afirma Bruno (2011, p.118):

A área correspondente à gestão cultural, em função da sua expressiva pluralidade tem sido alvo de muitas e importantes iniciativas. Por um lado, os grupos sociais têm se organizado e atuado de forma sistemática em função da valorização das mais variadas manifestações culturais e, por outro, os distintos segmentos do poder público têm proposto diversos modelos de gestão, que se articulam a partir de redes e sistemas, contando com a dinâmica participação de representantes da sociedade.

1.3 Breve panorama do campo museal catarinense

[...] vão desde o pequeno conjunto de curiosidades reunidos em uma sala de aula desativada da escola, até os grandes museus de caráter nacional organizados dentro das mais modernas técnicas de conservação e exposição. Entre estes extremos, encontramos museus de porte médio instalados em prédios históricos; pequenos museus municipais, acomodados em salas das prefeituras e casas de cultura; ou coleções particulares que evoluíram para museus abertos ao público (OLIVEIRA, 2007, p. 28).

No Estado de Santa Catarina a escassez de uma produção teórico-referencial que absorva amplamente a história dos museus catarinenses, aponta para uma possível fragilidade destas instituições e dos órgãos públicos regulamentadores. O aporte bibliográfico incipiente, sobre o surgimento e o desenvolvimento das instituições museológicas, exigiria, para além do histórico da constituição dos museus, uma análise a respeito das questões políticas e culturais do Estado.

Mesmo sob modestos referenciais pode-se dizer que a criação de grande parte dos museus está baseada no colecionismo. As instituições catarinenses são herdeiras do hábito de colecionar, conforme aponta Duarte (2008, p. 25.):

Em Santa Catarina, a ideia de museu iniciou a partir de um armário com prateleiras que cada escola tinha, com amostras e exemplares arqueológicos, etnológicos e biológicos, entre rochas e amostras minerais. Nos colégios de orientação religiosa, sempre uma sala estava reservada para o “Museu”, com animais taxidermizados entre outras espécies de coleções utilizadas com fins pedagógicos.

O colecionismo foi um dos motes para o surgimento dos museus catarinenses; concernente à necessidade do homem, frente à possibilidade de ressignificar sua história, seus mitos, sua identidade.

As coleções, reunião e guarda de objetos representativos da passagem do homem pela terra, ao mesmo tempo em que retratam a realidade e a história de uma parte do mundo, onde foram formadas, também representam o indivíduo ou a sociedade que a coletou e transformou em coleção (SUANO, 1986).

Esses reflexos sobre coleções e preservação de determinada identidade cultural ecoam também na configuração dos 258 museus presentes no Estado de Santa Catarina¹⁴, onde 77 por cento dos espaços museológicos possuem caráter histórico, etnográfico ou antropológico¹⁵, o que parece configurar um campo mais conservador, influenciado por práticas vinculadas ao conceito tradicional de museu - ligado à preservação da memória de ocupação de um lugar (OLIVEIRA, 2007).

Vale registrar que Santa Catarina é um estado cuja diversidade étnica é distribuída em dezenas de correntes migratórias que deixaram aspectos culturais preservadas até os dias atuais. Impulsionados pela propaganda colonizadora, imigrantes europeus povoaram o território catarinense, trazendo na bagagem seus valores, hábitos e suas crenças (RAFAEL, 2013).

Destaca-se, portanto, na formação do campo museal catarinense a importância do processo de imigração ocorrido no final do século XIX. Ainda, por vezes as coleções presentes nos museus catarinenses interagem e conflitam com outros bens culturais que pertenciam aos povos indígenas e caboclos já estabelecidos por aqui antes da chegada dos europeus. Forma-se aí uma representação das diferenças e conflitos entre suas culturas. Também há museus

¹⁴ Fonte: Fundação Catarinense de Cultura, Cadastro Catarinense de Museus (fevereiro, 2016).

¹⁵ Idem.

que possuem em suas coleções o registro da memória de acervos sacros, científicos, antropológicos, arqueológicos, históricos, de embarcações, do vinho, da cerveja, do carvão, que possibilitam o acesso e o diálogo com diferentes práticas socioculturais estabelecidas em território catarinense (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2014a, p.6).

Outras práticas de preservação embasadas na Nova Museologia, embora em menor número, são registradas em Santa Catarina, como os ecomuseus e os museus de território, cujas ações extrapolam o espaço físico de uma edificação, ou o ato dominante do colecionismo, abrindo, assim, amplas possibilidades para a realização de novos processos museológicos, construídos e exercidos com as comunidades (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2014a).

Ou como destaca Varine-Bohan (2008, p.12):

[...] a grande família dos museus comunitários, muitas vezes chamados igualmente ecomuseus, que, desde os anos 70, tentam criar sobre territórios determinados, urbanos e rurais, dinâmicas culturais de desenvolvimento ligadas ao patrimônio local, cultural e natural. Eles se referem habitualmente à declaração dita “de Santiago” (Mesa Redonda da UNESCO realizada em Santiago do Chile, 1972).

Retomando a reflexão sobre a configuração do campo museal catarinense, e segundo Pires (2007), os acervos museológicos do Estado de Santa Catarina, entre eles, os formados pela história da imigração, permeiam por um número significativo de museus vinculados às esferas municipais distribuídos pelo estado, capazes de guardar objetos de uso doméstico e utensílios de trabalho agrícola dos “desbravadores” e “pioneiros” que colonizaram o território.

Percebe-se nessa última informação que as prefeituras municipais, responsáveis em sua maioria pela administração direta dos espaços museológicos catarinenses, reforçam a questão da identidade europeia por meio de seus acervos.

Leite (2005) defende que os museus “não sejam sacralizadores de valores herdados, sobretudo do passado”. A autora sinaliza a importância de se compreender o espaço museológico como “um fórum, um espaço de encontro, um espaço de debate – um espaço em que as coisas se produzem e não apenas o já produzido é comunicado” (LEITE, 2005, p. 37). Em outro texto seu ainda afirma:

os museus não apenas exercem o papel da guarda, mas têm vocação para investigar, documentar e comunicar-se [...] são espaços de produção de conhecimento e oportunidades de lazer que por trabalharem permanentemente com o patrimônio cultural, buscam desenvolver as identidades locais, regionais, nacionais e internacionais (LEITE, 2006, p. 75-76).

É nesse mosaico cultural, ainda conservador, enraizado em Santa Catarina, que os museus estabeleceram suas bases de atuação. Práticas que, por vezes destoam das ações estabelecidas por uma Museologia mais contemporânea que compreende o espaço museológico menos como local de afirmação identitária (e de poder) e mais como fórum de questionamentos e reflexões sobre presenças e ausências de determinadas práticas sociais e culturais.

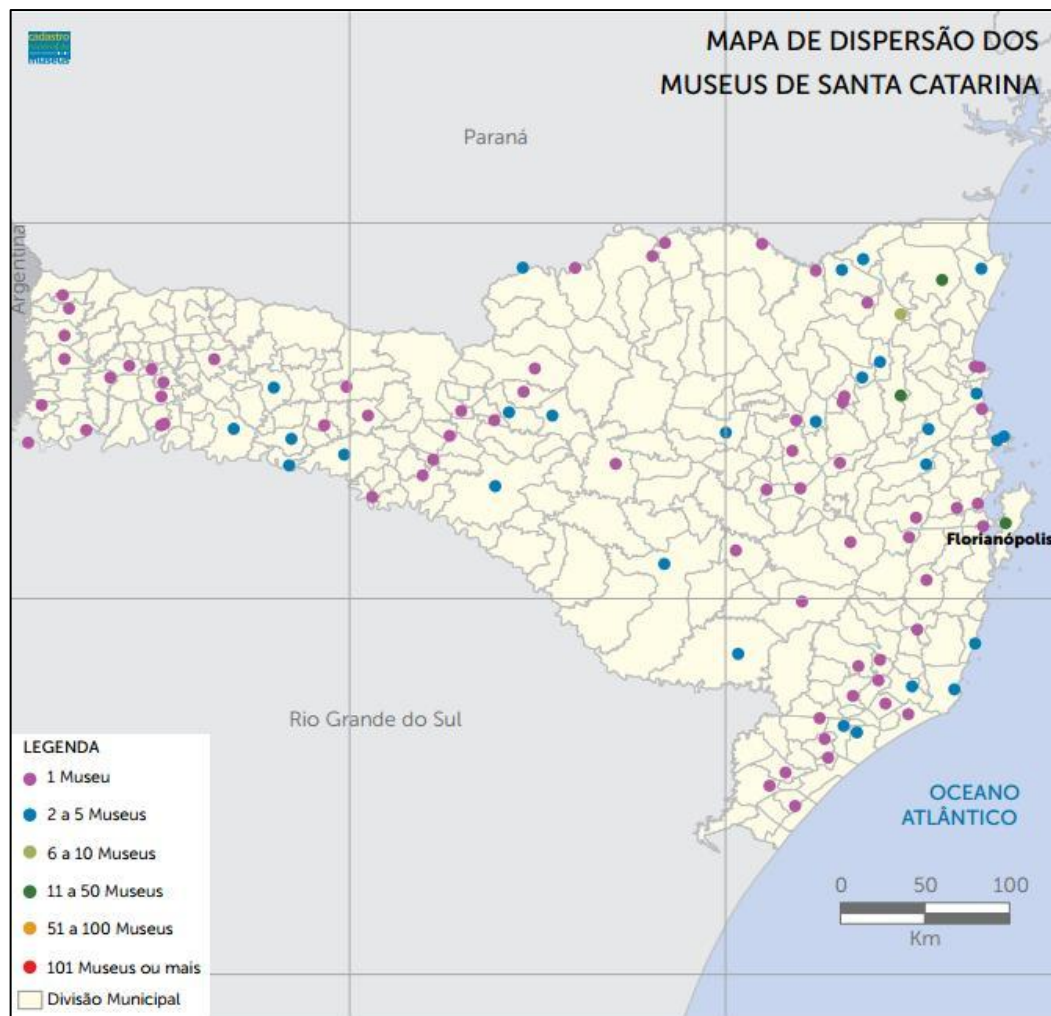


Figura 1 - Mapa de dispersão dos museus catarinenses
Fonte: Museus em Números (2011)

Segundo dados do Cadastro Nacional de Museus (CNM), no ano de 2011, Santa Catarina figurava como o segundo estado do Brasil com melhor distribuição de museus por habitantes – há um para cada 28.299 pessoas. Fica atrás apenas do Rio Grande do Sul. Pelo menos 105 dos 295 municípios catarinenses contavam, na época, com instituições museológicas.

Ainda de acordo com as informações do CNM, os últimos 20 anos foram os mais profícuos em fundação de museus no Estado, com a criação de 35 instituições em cada década. Este índice elevado pode ser creditado ao avanço das políticas públicas para museus e das novas diretrizes para os museus, a partir da década de 1970, que alargaram a definição sobre a função social desta instituição.

Os dados ainda evidenciam que a maioria dos 258 museus catarinenses (193 aderidos e 65 mapeados pelo Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina), é de natureza administrativa do tipo pública (75%), com destaque para os museus municipais, que representam 68% do total cadastrado. Cerca de 60% dos museus, por meio de seu acervo, tratam da história do município ou do grupo étnico-cultural predominante da cidade. Ainda desse total, 18% são de antropologia ou etnologia e 14%, de artes visuais. Os demais se dividem em outras tipologias, como museus de ciência e tecnologia e museus de imagem e som. Outra informação, que evidencia o desafio que se configura o campo museológico catarinense, está na qualificação do corpo técnico dos museus, ilustrado no gráfico abaixo:

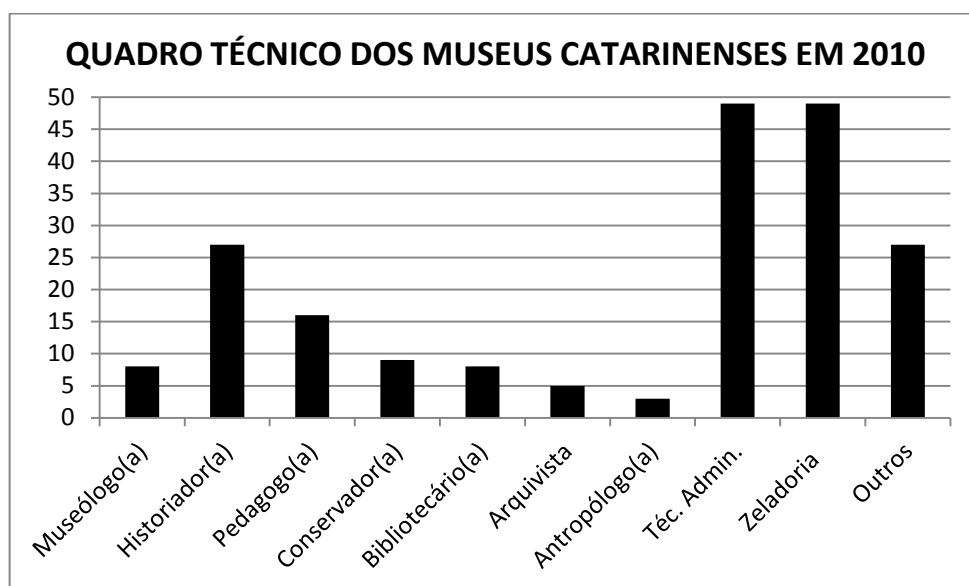


Gráfico 1 - Qualificação técnica dos profissionais atuantes nos museus catarinenses
 Fonte: Elaborado pelo pesquisador com informações do Cadastro Nacional de Museus

Em 2010 apenas 8 museus estabelecidos em Santa Catarina possuíam em seu quadro de recursos humanos um profissional com formação superior em Museologia. Outras formações, essenciais para o desenvolvimento das atividades técnicas de um museu, espaço de atuação multidisciplinar, também se configuravam como escassas, haja vista que apenas 27 instituições contavam com o trabalho de um(a) historiador(a), 16 detinham em seus quadros um(a) pedagogo(a), somente 9 com um(a) conservador(a) de bens culturais. Os maiores índices figuravam para o quadro de técnicos administrativos e zeladoria (segurança, limpeza e manutenção). É um panorama complexo e desafiador que impede o desenvolvimento de ações dos museus visando o atingimento de suas funções básicas, como a pesquisa, salvaguarda e comunicação de determinado acervo com o atendimento a algumas premissas, destacadas por Átila Tolentino:

O trabalho permanente com patrimônio cultural; a disponibilização de acervos e exposições ao público, propiciando a ampliação do campo de construção identitária, a percepção crítica da realidade cultural brasileira, o estímulo à produção de conhecimento e à produção de novas oportunidades de lazer; o desenvolvimento de programas, projetos e ações que utilizem o patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social; e a vocação para a comunicação, investigação, interpretação, documentação e preservação de testemunhos culturais e naturais (TOLENTINO, 2006, p.112)

Maria Cristina Oliveira Bruno também avança nesta perspectiva e defende o estabelecimento de uma pedagogia museológica que auxilia o museu, por meio de seus processos museológicos, a transformação de indicadores da memória em referências patrimoniais, conforme fica explícita no gráfico a seguir:



Figura 2 - Transformação de indicadores da memória em referências patrimoniais
 Fonte: disponibilizado pela Professora Dra. Maria Cristina Oliveira Bruno em sua aula na disciplina “Museologia: Princípios Teórico Metodológicos”, no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Museologia (PPGMus/USP), ago/2015.

Porém, como as instituições museológicas podem atender a essas premissas de um trabalho comprometido com a preservação de referências culturais em benefício de um processo reflexivo da sociedade de seu entorno, sem um quadro de recursos humanos que seja qualificado e multidisciplinar? E indo além, como o Estado pode contribuir nesta questão para fortalecer os museus como equipamentos culturais cada vez mais comprometidos com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa?

Diante deste breve panorama apresentado cabe, portanto, ao Estado uma reflexão e atuação mais incisiva no sentido de ampliar o espectro da ação social dos museus que perceba e potencialize essas instituições como instâncias de mediação entre objetos e pessoas; entre os poderes oficiais e as visões contra hegemônicas.

[...] é necessário se perguntar qual é o lugar que a sociedade ocupa nesses museus, se ela os considera como verdadeiros meios de desenvolvimento, ou se ela os deixa em um lugar de consumação cultural, para o proveito das elites do território, dos grupos escolares enquadrados e dos turistas. Porque é também a todo o corpo social e às estruturas institucionais ou privadas que o estruturam que o museu deve se dirigir para lhe propor novos papeis e lhe pedir novos serviços (VARINE-BOHAN, 2008, p. 13).

Uma ação despertadora que destaque o museu como potencial de ser uma ferramenta de reflexão no indivíduo, da sua capacidade de digerir uma informação, mas ao mesmo tempo questionar, interagir e formular novas propostas. Enfim, tornar-se um ser atuante no processo de (des)construção ideológica e social das tradições, como aponta Paulo Freire em suas reflexões sobre a relação entre educação, cultura e liberdade.

O homem está no mundo e com o mundo. Isto o torna um ser capaz de relacionar-se. Estas relações não se dão apenas com os outros, mas se dão no mundo, com o mundo e pelo mundo. O homem tende a captar uma realidade, fazendo-a objeto de seus conhecimentos. Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções [...] assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias (FREIRE, 1997, p. 30).

O capítulo seguinte avança sobre o espectro de como o Estado de Santa Catarina, ao longo das últimas três décadas, desenvolveu políticas públicas direcionadas ao setor museológico: suas dinâmicas, avanços, ausências e retomadas de ações para um campo singular e em expansão, como o dos museus catarinenses.

CAPÍTULO 2: O SISTEMA ESTADUAL DE MUSEUS DE SANTA CATARINA E O SEU CAMPO DE ATUAÇÃO

2.1 A rede articuladora do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina: contextos e descontextos

Os executores de políticas preocupados com o pluralismo deveriam considerar o impacto de seus programas na estrutura dos campos organizacionais como um todo não apenas nos programas de organizações individuais. (DIMAGGIO; POWELL, 2005, p. 86).

No Brasil, historicamente, há uma forte influência e relação do Estado nas políticas públicas, que movimenta o campo patrimonial. Tais ações têm influência direta sobre Santa Catarina, mesmo que tardiamente. O início das ações governamentais para a preservação do patrimônio foi um conjunto de atividades do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e de órgãos estaduais (MEISTER, 2013).

O primeiro órgão relacionado à gestão de políticas culturais, segundo Oliveira (2007), é a Diretoria de Cultura da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura, em 1956, havendo posteriormente a mudança dessa Diretoria ao Departamento de Cultura, já no ano de 1961.

Assim, em parceria com o SPHAN e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), uma comissão nomeada pelo então governador Ivo Silveira¹⁶ elaboram um projeto de criação do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico do Estado, que não foi aprovado (MEISTER, 2013). No entanto, houve a colaboração dos interessados, em conjunto ao órgão federal, quando foi realizado o levantamento dos museus do Estado; estando entre as ações as que ocasionaram a proteção e preservação da casa natal do artista Victor Meirelles, Fortalezas e Sítios Arqueológicos em Santa Catarina (MEISTER, 2013). Porém, só em 1979, são criadas a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo e a Fundação Catarinense de

¹⁶ Formado em Direito, foi deputado catarinense de 1951 a 1967, Governador de Santa Catarina entre o período de 1966 a 1971, e presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina entre 1963 e 1965.

Cultura (FCC); onde a segunda, ficou responsável pela execução de políticas de desenvolvimento cultural planejadas pela primeira.

Em 1986, a implantação do Sistema Nacional de Museus, estimulou a criação do Sistema Estadual de Museus (SEM/SC), como instância de gestão de políticas voltadas para as instituições museológicas de Santa Catarina. Apesar de não ser oficializado, começou a promover ações de integração e capacitação além de assessorias técnicas da área museológica no estado, com a finalidade de sistematizar e agilizar operacionalmente as ações oficiais e privadas na área museológica nos âmbitos municipal, estadual e federal, levando em conta as carências de recursos financeiros e humanos que existiam nesta área em Santa Catarina.

O SEM/SC, na época, integrava o comitê de coordenação do Sistema Nacional de Museus e estava vinculado à antiga Unidade de Museus, pertencente à estrutura da Fundação Catarinense de Cultura. A esta Unidade estavam afetos também todos os museus da administração pública estadual, sendo eles na época: Museu Histórico de Santa Catarina (ambos em Florianópolis), Museu Etnográfico Casa dos Açores (Biguaçu) e Casa de Campo do Governador Hercílio Luz (Rancho Queimado) – que naturalmente faziam parte da rede formada pelo Sistema juntamente com os demais museus existentes no estado. O Museu de Arte de Santa Catarina (Florianópolis) estava subordinado, na época, à Unidade de Arte (OLIVEIRA, 2007).

Naquela época não havia exigência de formalização para adesão ao SEM/SC, permitindo que os museus federais, municipais e privados pudessem fazer parte da rede, a fim de usufruírem dos programas e projetos de fomento, incentivo e promoções ligados à área da Museologia em Santa Catarina.

Katiane Bruhns (2010) aponta que nas diretrizes e prioridades para o Plano Estadual de Cultura entre 1983 e 1986, revela-se a intenção do Governo em disseminar pelo Estado uma ação voltada aos museus, bem como formar profissionais nesta área e por consequência estabelecer uma rede de apoio e cooperação entre as instituições museológicas catarinenses:

- 1.1 estimular a regionalização da política museológica do Estado, através de convênio com prefeituras, universidades, fundações educacionais e entidades privadas;

- 1.2 incentivar a capacitação técnica de pessoal para assistência técnica a museus e arquivos;
- 1.3 apoiar iniciativas particulares na área museológica(...) ¹⁷

Durante o Governo de Esperidião Amin (1983-1987), são lançadas pelo governo as “Instruções para criação de órgãos municipais de cultura, esporte e turismo”, contendo: texto de lei para a criação da comissão municipal de cultura; para criação do departamento municipal de cultura e turismo; para a criação da comissão municipal de esportes e decreto para regulamentação da comissão municipal de esportes.

Bruhns (2010) ainda destaca que nesta época foram produzidos alguns documentos basilares para o campo, dentre eles a “Orientação Técnica aos Municípios” que trata da reorganização de arquivos e museus do Estado; planejamento de encontros e seminários de museologia e cultura pelo estado; dentre outros.

Fernando Antônio Romero, cientista social, funcionário aposentado da FCC, professor universitário e primeiro coordenador do SEM/SC explica a inexistência de um marco regulatório para a criação oficial do Sistema Estadual de Museus ainda na década de 1980, e que isso não era impedimento para a efetivação de uma atuação articulada entre o Ministério da Cultura, o estado de Santa Catarina e os municípios:

E não houve uma criação legal, porque na época não havia essa necessidade de uma portaria, de uma lei criando. Ele funcionava meio que informalmente, mas havia uma estrutura no Estado inteiro, não tínhamos uma verba específica, mas quando precisávamos de uma diária, de uma viagem ou alguma coisa, sempre tinha recursos. Quando havia uma relação com Brasília, havia reuniões, eu acho que trimestrais do Sistema Nacional de Museus em Brasília para apresentar projetos dos Estados e discutir os projetos que já tinham sido feitos e realizados nos Estados. Eu era o representante de Santa Catarina e ia de três em três meses à Brasília e geralmente o Ministério da Cultura mandava a passagem e estadia (informação verbal) ¹⁸.

Uma das primeiras ações do Sistema Estadual de Museus foi a realização da Oficina Básica de Museologia na cidade de Laguna, em parceria com o SPHAN, de 200 horas/aula, distribuídas em um mês. Foi uma iniciativa pioneira em nível

¹⁷ Resolução nº 016/82 do Conselho Estadual de Cultura, em 24/11/82. Publicado no D.O.E. nº 12.101, de 29/11/82. (apud BRUHNS, 2010, p. 38).

¹⁸ Entrevista concedida por Fernando Antônio Romero em Florianópolis, maio de 2016.

nacional que, segundo Romero, “mereceu o reconhecimento e a divulgação da coordenação do Sistema Nacional de Museus”. No decorrer da oficina foi recuperado o acervo do Museu Anita Garibaldi (local escolhido para as atividades), enquanto a restauração do prédio era realizada pelo SPHAN, permitindo que ao final fosse possível a sua reorganização (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 1991).

Fernando destaca a atuação precursora de Santa Catarina no trabalho de capacitação dos agentes atuantes em museus e espaços de memória:

Nós fomos os pioneiros nisso aí, eu tenho certeza, porque eu me lembro que em Brasília isso era muito comentado e tudo mais nas reuniões de Sistema Nacional de Museus. “Ah, as oficinas de Santa Catarina” e as pessoas vinham me perguntar como eu fazia. Então eu não me lembro de ter isso em outros locais [...] Eu realmente não me lembro de ter essas oficinas em outros estados, não me lembro mesmo. O que havia eram os cursos de graduação Museologia e acho que em termos de capacitação, só havia isso (informação verbal)¹⁹.

E ainda aprofunda a atuação do SEM/SC na época:

A pauta vinha também do Ministério. Eram três eixos: capacitação dos funcionários dos museus, assessoria técnica aos museus do Estado e o terceiro era o financiamento de projetos pelo governo federal. O governo estadual financiava apenas projetos de seu próprio interesse, fora do Sistema. O Sistema Nacional tinha uma sistemática de nessas reuniões trimestrais, o representante de Santa Catarina levar os projetos do Estado. Então, os museus de Blumenau enviavam, os museus de Joinville, não sei quem mais mandava e eu levava e defendia os projetos. E muitos projetos foram financiados pelo Sistema. Tinha o comitê gestor todo, que eram os representantes de cada estado, que resolviam quais projetos seriam aprovados (informação verbal)²⁰.

O relatório de atividades do Sistema de Museus em Santa Catarina, elaborado pela Fundação Catarinense de Cultura (1991), mostra que nos primeiros quatro anos (1987 até 1990) de efetiva atuação do Sistema Estadual de Museus houve uma intensa atividade junto aos museus, com a realização de mais cinco oficinas básicas de museologia (Curitiba, Lages, Blumenau, Criciúma e Chapecó), nos moldes de Laguna, que preconizavam parâmetros técnicos e

¹⁹ Entrevista concedida por Fernando Antônio Romero em Florianópolis, maio de 2016.

²⁰ Idem.

metodológicos para o desenvolvimento de práticas museológicas; a viabilização financeira de dez projetos de financiamento de ações de museus pelo Governo Federal e de mais seis projetos pelo Governo Estadual; a prestação de assessoria técnica para diversos museus; a edição de vários números de um boletim informativo e com artigos técnicos; a circulação de exposições fotográficas e a realização de encontros regionais de museus.

Ainda sobre as oficinas, Romero aponta o perfil do campo museal em Santa Catarina naquela época:

Nós pegamos um pessoal cru, as pessoas não tinham menor ideia do que era cuidar do acervo, o que era fazer um programa educativo. Aliás, programas educativos em museus eram algo de outro mundo, nem a escola imaginava o que era isso e muito menos os museus. Então foi aí, com esse diagnóstico feito, meio que informalmente pelo conhecimento que tínhamos. Eles (profissionais de museus) nos chamavam muito: “vem aqui, porque nós ganhamos não sei o que”, ou “nós ganhamos acervo tal, o que fazemos?”. Tinham essas demandas que são comuns e nós tínhamos um quadro técnico bem interessante. [...] A partir desse diagnóstico, é que começamos a montar a Política. Nós respondíamos a estímulos (informação verbal)²¹.

Sobre a atuação do Sistema Estadual de Museus na década de 1980, e os reflexos das oficinas para o setor, Romero pontua que:

Eu acho que antes dessa atuação do Sistema, não podia se dizer que existia um campo. **Passa-se a ter um campo museal a partir dessa atuação**²², eu acho que esse para mim foi o maior mérito dessa Política. E a partir do momento que você forma um campo, começam a vir demandas e exigências que o governo tem que responder. Então isso foi muito bom. Fora isso, houve um ganho muito grande de qualidade, e isso é inegável, porque antes era cru, ninguém imaginava que existia uma ciência museológica. Museu era para amontoar coisas velhas que recebia não sei de quem (informação verbal)²³.

Em 1990 há o fim do Ministério da Cultura (solapado no governo Collor); nesse momento Vilson Kleinubing²⁴ (PFL) assume o governo catarinense, e na

²¹ Entrevista concedida por Fernando Antônio Romero em Florianópolis, maio de 2016.

²² Grifo da pesquisa

²³ Entrevista concedida por Fernando Antônio Romero em Florianópolis, maio de 2016.

²⁴ Formado em engenharia mecânica, engenharia econômica, administração de empresas e finanças industriais. Foi deputado federal de 1983 a 1987, prefeito de Blumenau de 1989 a 1990, governador de Santa Catarina de 1991 a 1994 e senador de 1995 a 1998.

época se tem como política um plano estratégico de desenvolvimento com base em exemplos internacionais, e se reflete no Estado uma política que ligava cultura e turismo ao desenvolvimento econômico, embasado em padrões de mercado, onde a cultura é tida como investimento (visão de obtenção de retorno financeiro), mostrando a relação do governo com a cultura (MEISTER, 2013).

Com o fim do MinC e de todas as unidades ligadas a ele (consequentemente do Sistema Nacional de Museus), a atuação do SEM/SC ficou focada na conclusão das atividades iniciadas no ano anterior e na assessoria técnica aos museus catarinenses (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 1991). O fato de não ter havido a formalização do Sistema Estadual, por lei ou decreto governamental, dificultou a continuidade dos projetos, uma vez que tudo estava muito centrado nas ações do recém-extinto Ministério da Cultura (OLIVEIRA, 2007).

Ainda, segundo Oliveira (2007), os recursos previstos para as áreas do turismo e da cultura, a partir de 1990, vêm de um mesmo fundo, que junto com o de segurança pública, são os menores do quadro de investimentos previsto no Plano. No entanto, o SEM/SC foi desativado, curiosamente, em 1991 - ano de sua institucionalização.

Desde 1986, o SEM/SC funcionava de fato, mas não de direito, o que foi definido apenas em 1991. A criação do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC) se efetivou através do Decreto nº 615, de 10 de setembro de 1991. Este Decreto também cria o Museu Nacional do Mar, sediado em São Francisco do Sul e vinculado à estrutura da FCC.

A atuação do SEM/SC não ficou bem definida no referido Decreto, ocupando apenas três artigos da legislação:

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Museus de Santa Catarina, vinculado à estrutura administrativa da Fundação Catarinense de Cultura.

Art. 2º - O Sistema de Museus de Santa Catarina tem os seguintes objetivos:

I - instalar uma rede de comunicações e intercâmbio entre os museus, existentes e por instalar, que referenciem os fatos geográficos, históricos, e culturais do Estado de Santa Catarina;

II - proporcionar uma organização global dos espaços museológicos do Estado e o cumprimento de seus objetivos culturais, educativos e turísticos;

III - aprimorar os contatos técnicos da Fundação Catarinense de Cultura com os museus do Estado, destes museus entre si e com

outras entidades culturais, conforme suas especificidades, compatibilizando suas organizações com as diretrizes traçadas para o Sistema de Museus de Santa Catarina.

Art. 3º - Integrará o Sistema de Museus de Santa Catarina, as seguintes instituições:

I - Museu Nacional do Mar;

II - Museu Histórico de Santa Catarina;

III - Museu Nacional de Imigração;

IV - Museu de Arte Sacra de Santa Catarina;

V - Museu da Pré-História;

VI - Museu de Antropologia;

VII - Museu de Ciências Naturais.

Parágrafo único - O Sistema de Museus de Santa Catarina será implantado com aproveitamento dos espaços museológicos já existentes, compatibilizando a organização do atual ou futuro acervo, com as diretrizes traçadas para o Sistema (SANTA CATARINA, 1991).

No entanto, se o Museu Nacional do Mar foi rapidamente implementado, conforme informam os relatórios da Diretoria de Patrimônio Cultural (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 1991), que atestam investimentos na compra de acervo e na expografia, o mesmo não aconteceu com o SEM/SC, que foi desativado no ano de sua institucionalização. Estes relatórios não apresentam nenhuma menção ao SEM/SC, apesar de existirem diversas ações envolvendo os museus administrados pelo Estado, todas vinculadas ao projeto de Turismo Cultural. Mas, ao contrário, apresentam com destaque a implantação do Museu Nacional do Mar (OLIVEIRA, 2007).

Outra questão visível na formalização do SEM/SC e destacada no seu artigo 3º foi a delimitação das instituições pertencentes à rede do Sistema, concentrando sua atuação em apenas sete instituições, sendo que apenas três delas existiam de fato e de direito (Museu Nacional do Mar, Museu Histórico de Santa Catarina e Museu Nacional de Imigração, este último sediado em Joinville). Os demais nunca foram criados.

Essa intenção mais concentrada a um número limitado de instituições foi de encontro à atuação do Sistema na década de 1980, que agregava todas as instituições museológicas sediadas no Estado. Na época da promulgação do Decreto, Romero não estava mais à frente da coordenação do SEM/SC e aponta como um dos motivos de sua saída a descontinuidade dos projetos causada pelas mudanças de prioridades ocorridas na transição de um governo para outro:

Quando mudou o governo e eu não lembro para quem que mudou, acho que para Vilson Kleinübing, ocorreu um abandono da Política de Museus. Houve um abandono, não se deu mais incentivo e não se tinha mais interesse. Aliás, o interesse como sempre era nosso, dos técnicos. Mas no governo do Pedro Ivo, Casildo Maldaner, havia um grande incentivo da secretária, da superintendente da Fundação, que eram pessoas mais ligadas à cultura como a Lygia Roussenq Neves, por exemplo. Então morre, como morre todos os projetos: “isso aqui não é do meu governo, a prioridade é outra” e então foi acabando. Eu me afastei da Fundação, quer dizer, eu fui para o Museu Histórico de Santa Catarina, em 1991, acho. E simplesmente morreu lá, não se falou mais em Sistema de Museus (informação verbal)²⁵.

A FCC, a partir de 1991, é reestruturada, passando a contar com uma Diretoria de Patrimônio Cultural. Vinculadas à diretoria foram criadas gerências específicas: uma ligada ao patrimônio material, outra ao imaterial (pesquisa e documentação) e uma terceira para assessorar os museus, a Gerência de Organização e Funcionamento de Museus (GEOMU)²⁶. A essa gerência ficaram subordinados os seguintes museus públicos estaduais: Museu Histórico de Santa Catarina, Museu Etnográfico Casa dos Açores, Casa de Campo do Governador Hercílio Luz e o Museu Nacional do Mar. O Museu de Arte de Santa Catarina ficou ligado à Diretoria de Artes, que possuía diversas gerências específicas, como música, literatura e artes cênicas (OLIVEIRA, 2007).

Apesar da situação inoperante do SEM/SC, a Gerência de Organização e Funcionamento de Museus (GEOMU), em 1992 deu início ao desenvolvimento de um trabalho de mapeamento e cadastramento das instituições museológicas. Esta documentação pertinente aos museus possibilitou um conhecimento sobre o quantitativo de museus existentes no estado (80 na época), bem como a diversidade de tipologias de acervo e condições estruturais dessas instituições (FCC, 1992).

Os museus públicos coordenados pela Gerência tiveram seu material de divulgação e sua comunicação interna modernizados, em consonância com a política de turismo cultural (PIRES, 1996).

Em 1994 assume a Gerência de Museus a historiadora e especialista em Museologia Elizabete Neves Pires, que revela o seu espanto quando descobriu a

²⁵ Entrevista concedida por Fernando Antônio Romero em Florianópolis, maio de 2016.

²⁶ Lei nº 8.240, de 12 de abril de 1991, que dispõe sobre os órgãos da administração direta e dá outras providências.

existência do Sistema Estadual de Museus na estrutura, o que denota, de fato, o abandono do projeto do SEM/SC pela FCC.

Eu fui descobrir que com a criação do Museu Nacional do Mar, ligado à FCC, no mesmo Diário Oficial, tem a criação do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina, em 1991. Mas eu não era coordenadora do SEM, eu nem sabia da continuação do SEM. Eu estava como Gerente de Museus, sendo que eu já estava exercendo essa função de coordenadora ou incentivadora das Políticas para os Museus no Estado (informação verbal)²⁷.

Com o projeto "Cultura Viva", em 1995, implementado pelo Governo de Paulo Afonso Vieira²⁸ (PMDB), as estratégias visam buscar parcerias com iniciativas privadas, a formulação de editais objetivando atender às diversidades culturais no Estado por meio de reforma e ampliações de espaços culturais, reedição de prêmios e editais de fomento. Alguns desses projetos, anos depois, foram abortados, por conta da crise financeira do Estado. (OLIVEIRA, 2007).

Na Fundação Catarinense de Cultura, a GEOMU trabalhava com uma estrutura mínima (composta da gerente e de um estagiário temporário) e contra uma política de patrimônio que privilegiava os tombamentos de edificações.

Com a dificuldade de execução de projetos a GEOMU constitui parcerias com outras instituições, a exemplo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), focando a implementação de cursos de graduação ou pós-graduação em museologia no Estado. Durante os anos de 1996 e 1997 foram realizados quatro encontros promovidos por uma comissão que agregou representantes da FCC, UFSC, IPHAN, Fundação Cultural Franklin Cascaes (FCFC, Florianópolis); Museu Histórico Thiago de Castro (MTC, Lages); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC, Florianópolis) e Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC, Lages), com o objetivo de discutir as necessidades do setor museológico catarinense e a realização de cursos de aperfeiçoamento para os profissionais da área museológica.²⁹

²⁷ Entrevista concedida por Elizabete Neves Pires em Florianópolis, maio de 2016.

²⁸ Deputado à Assembleia Legislativa de Santa Catarina no período entre 1987 e 1991, governador de Santa Catarina eleito (1995 a 1999) e deputado estadual novamente no período de 2003 a 2007.

²⁹ Segundo relatório de atividades do NEMU, apresentado por Elizabete Neves Pires em maio de 2016.

Esses encontros resultaram na definição do formato do Núcleo de Estudos Museológicos (NEMU), que se inspirou na dinâmica que já vinha sendo utilizada pela UFSC no Núcleo de Estudos Açorianos (NEA), de realizar encontros periódicos e descentralizados por todas as cidades que tinham sua colonização de base luso-açoriana. O NEMU foi formalizado no final de 1997 por Portaria 008/97, do gabinete do Reitor da UFSC, para ser “um instrumento que viabilize o desenvolvimento de ações interdisciplinares e multi-institucionais relacionadas às questões museológicas e museográficas”, objetivando a formulação de “políticas museológicas e culturais de médio e longo prazo” (OLIVEIRA, 2007).

Elizabete Pires, que ficou à frente da GEOMU até 2002 e foi a responsável pela articulação da FCC com a UFSC para formação do projeto do NEMU, destaca em sua fala:

A Fundação sempre foi muito procurada para atender e esclarecer questões museológicas do tipo, criação de Museus, como lidar com os acervos. E o Peninha³⁰, museólogo do Museu da UFSC, em conversas que tivemos, também era muito procurado para responder as mesmas questões que a FCC era solicitada. Então, após termos conversado, resolvemos unir forças em criar uma rede, um núcleo que pudesse atender essa demanda de formação no Estado, porque ainda não tinha um curso de Museologia em Santa Catarina, na época só tinham formações no Rio e na Bahia, no âmbito das graduações e São Paulo com a especialização (informação verbal)³¹.

A partir daí as ações da GEOMU se orientaram mais no sentido de dar suporte ao NEMU, autorizando a participação da Gerente como uma das organizadoras dos encontros regionais que o Núcleo realizava, além de possibilitar o seu transporte e hospedagem durante os encontros regionais (OLIVEIRA, 2007).

Pires ainda acrescenta:

Nisso começamos a conversar, a colocar no papel como poderia ser e formatar essa ideia, e que ela atendesse os museus do Estado, como uma forma de capacitação. Mas o que aconteceu foi que, no início, lá em 1997 era apenas eu, o Peninha e a Ângela³² que

³⁰ Referência a Gelci José Coelho (Peninha), museólogo atualmente aposentado da Universidade de Santa Catarina (UFSC) e diretor do Museu Universitário Professor Oswaldo Rodrigues Cabral no período entre 1996 até 2008.

³¹ Entrevista concedida por Elizabete Neves Pires em Florianópolis, maio de 2016.

³² Referência a Angela Maria de Oliveira Paiva, museóloga e, na época, atuante no escritório regional do IPHAN em Florianópolis. Foi uma das responsáveis e a primeira coordenadora do curso de graduação em Museologia do Centro universitário Barriga Verde (UNIBAVE), em Orleans (2004 até 2009).

realizávamos essas oficinas de capacitação. E na medida, que fomos tendo um bom retorno, outras pessoas, até mesmo técnicos da Fundação Catarinense de Cultura, se juntaram a nós. [...] Chegamos a ter de seis a sete oficinas por cidade e tinha público. Isso nos primeiros de dez anos (informação verbal)³³.

O NEMU realizava de dois a três encontros anuais em diversas regiões do estado de Santa Catarina com a proposta de oferecer diferentes oficinas temáticas num único encontro. As oficinas abordavam diferentes práticas e temas da Museologia, tais como: “Inventário e Catalogação de Acervos”; “Elaboração de Projetos para Captação de Recursos”; “Educação em Museus”; “Planejamento de Exposições”; e “Implantação e Organização de Museus de Pequeno Porte”. Segundo Pires havia preocupação com o conhecimento da realidade de cada região para seleção das temáticas de oficinas a serem executadas em determinada localidade:

Tínhamos que viver a realidade dos museus da região e tínhamos que cortar algumas oficinas, porque o objetivo era: vamos fazer um NEMU na região do Oeste, então tem que priorizar o acervo, higienização de fotos, a implantação e organização do acervo. Ou ainda muitos museus que existia de fato, mas não existia no papel. (Também) com conversas com o Secretário ou Diretor de Cultura do município. Nós falávamos com o Secretário de Cultura e com o responsável pelo museu e eles trocavam ideias, esses dirigentes dos museus. Daí que víamos as necessidades e, também, sabíamos de muito por conta das andanças que fazíamos, porque foram quase dez anos de NEMU em que eu e o Peninha coordenamos. Sendo no início três encontros regionais por ano, mas aí era uma loucura, porque desgastava a mim e as pessoas que vinham de fora. Então ficou resolvido que a princípio, seriam dois; um no início e outro no final do ano, com diferentes oficinas (informação verbal)³⁴.

Assim como as oficinas de Museologia realizadas na década de 1980 pelo SEM/SC, há sinais de reconhecimento nacional pela iniciativa do NEMU:

Nos últimos anos, nem eu e nem o Peninha ministrávamos mais as oficinas, porque as pessoas no Brasil queriam vir conhecer essa realidade que estava sendo aplicada aqui. Não é à toa que o coordenador do DEMU/IPHAN na época, o José do Nascimento³⁵, veio algumas vezes à Santa Catarina, ver as oficinas do NEMU.

³³ Entrevista concedida por Elizabete Neves Pires em Florianópolis, maio de 2016.

³⁴ Idem.

³⁵ Referência ao antropólogo José do Nascimento Júnior, ex-diretor do Departamento de Museus e Centros Culturais do IPHAN (2004 até 2009), e que atuou na criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), do qual foi presidente de 2009 até 2013.

Depois teve a Política Nacional de Museus e ele criou as praticamente às mesmas oficinas de capacitação que fazíamos (informação verbal)³⁶.

Em 2001, paralelamente aos encontros regionais promovidos pelo NEMU, aconteceu o lançamento do Guia de Museus de Santa Catarina, com 143 instituições catalogadas, fruto de um trabalho de mapeamento que a GEOMU vinha fazendo há anos. O Guia apresenta informações básicas sobre todos os museus, que estão divididos geograficamente, seguindo o padrão da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) na época.

Em 2003, após reforma administrativa ocorrida em toda a estrutura do Governo do Estado de Santa Catarina, alguns setores e cargos foram extintos na FCC, dentre eles a GEOMU. A partir de então, e apesar de neste ano nenhuma ação concreta em benefício dos museus ter sido efetivada, os trabalhos relacionados ao campo museológico ficariam sob a responsabilidade da Gerência de Patrimônio Cultural (GEPAC).

A continuidade dos trabalhos do NEMU, até o ano de sua extinção (2011) pode ser creditada, de acordo com Oliveira (2007), à estratégia de formalização da estrutura junto à UFSC, a instituição menos “contaminada” pela instabilidade político-eleitoreira relacionada com as trocas de governo no Estado.

Se as presenças de representantes do IPHAN e da FCC na implantação do Núcleo foram fundamentais para sua legitimação, com o afastamento das pessoas de suas instituições (Angela Paiva e Elizabete Pires), a partir de 2003 o NEMU foi se institucionalizando como uma ação unicamente da UFSC e foi assumindo o vácuo deixado pelo Estado na área (OLIVEIRA, 2007).

2.2 A reformulação do SEM/SC: novas propostas, velhos objetivos

É preciso reconhecer que havia muita demanda represada, um anelo antigo de atores sociais e instituições museais interessados na elaboração e na implantação de uma política museológica para o Brasil – não de uma política qualquer, mas de uma política qualificada, democrática, participativa e cidadã, construída com o trabalho, a energia e a vitalidade de muitos. Esta conjugação de

³⁶ Entrevista concedida por Elizabete Neves Pires em Florianópolis, maio de 2016.

vetores resultou num clima bastante favorável. (BRASIL, 2006, p. 21).

Em 2004, já com o fortalecimento do Ministério da Cultura e a implantação da Política Nacional de Museus, a Fundação Catarinense de Cultura convoca a classe museológica para elaboração da redação da Política Estadual de Museus, bem como a atualização do Decreto do SEM/SC. Neste ano é designada a arte-educadora Marli Fávero, funcionária da Secretaria de Estado da Educação e cedida à FCC, para a Gerência de Patrimônio Cultural (GEPAC), com o intuito de conduzir esse processo de reestruturação.

Os Estados foram convidados, coincidentemente cheguei naquele momento que o setor estava descoberto de equipe de trabalho para formatar os seus Sistemas de Museus e formarem a sua Política Estadual de Museus ou fortalecerem a que já existia. Então a partir disso, eu lembro que eu li todos os documentos que estavam vindos pelo Departamento de Museus do IPHAN, para ficar a par, e dois meses depois, setembro ou outubro, não sei precisar bem a data, nós formamos um grupo de trabalho para a discussão de como formatar a nossa Política Estadual de Museus (informação verbal)³⁷.

Fávero ainda aponta que as discussões iniciais foram acompanhadas ainda pela antiga Gerente de Museus da FCC, Elizabete Pires, que após sua saída da GEOMU, havia sido contratada como consultora do MinC, nos anos de 2003 e 2004, para desenvolver trabalhos de orientação sobre o novo Sistema Brasileiro de Museus e Cadastro Nacional de Museus (CNM) para os profissionais de museus catarinenses. Conseqüentemente Pires se envolveu no projeto de formação de uma Política Estadual de Museus, seguindo os moldes sugeridos pelo Ministério.

O Sistema Brasileiro de Museus, através do CNM, ampliou a demanda e o número de informações com que as organizações tiveram que lidar (ao exigir um padrão de entrada de dados, provocou um aumento na organização documental dos museus e produção de reflexões sobre novas informações, como especificidades de segurança e controle patrimonial, por exemplo). À medida que passa a envolver todas as instituições em um projeto comum, retomando a importância do contexto nacional de referência e contribuindo com a estruturação do campo museal nacional, o CNM contribuiu também com o aumento da sensação de pertencimento e engajamento no campo (MIZUKAMI, 2014).

³⁷ Entrevista concedida por Marli Terezinha Fávero Visconti em Florianópolis, maio de 2016.

Elizabete Pires detalha esse processo e sobre a dificuldade dos museus catarinenses em responder o questionário proposto.

Quando iniciou o Cadastro Nacional de Museus, muitos museus respondiam com a sigla “não tem”, “não há”, uma coisa assim. Eu sei, porque na época eu fui convidada e trabalhei aqui em Santa Catarina para o Ministério da Cultura, viajando e explicando como é que era o preenchimento desse Cadastro Nacional de Museus. Então, às vezes os responsáveis pelos museus me diziam: “nosso cadastro ficou com a maioria das respostas não, e não há”. Para você ver como é que era. Porque os museus daqui não tinham o perfil da grande maioria de museus. Era uma casa antiga que o prefeito cedia para que fosse colocado o acervo dentro daquela casa. Para quê? Para marcar a gestão do prefeito que criou o museu (informação verbal)³⁸.

Voltando à proposta de reestruturação do SEM/SC, e de acordo com Oliveira (2007), dos encontros propostos para o debate saíram Grupos de Trabalho para formação da Política Estadual de Museus, conforme as diretrizes das bases sugeridas: Capacitação e Formação (1); Gestão (2); Financiamento e Fomento (3); Democratização (4); Integração e Aquisição de Acervo (5).

Em 2005 foram realizadas reuniões entre os coordenadores dos Grupos de Trabalho e a FCC para elaboração da redação da Política Estadual de Museus e atualização do Decreto do SEM/SC, de 1991. Em junho daquele ano aconteceu o 1º Fórum Estadual de Museus, onde se discutiu e aprovou a Política Estadual de Museus e a minuta do Decreto para reformulação do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina, seguindo parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Cultura. Como na década de 1980, o contexto institucional federal influencia a política museológica estadual (FCC, 2013a).

No Fórum de Museus, as 120 pessoas presentes de todas as regiões catarinenses, aprovaram em plenária a proposta da Política Estadual de Museus formatada pelos grupos de trabalho e com os seguintes eixos temáticos: **Capacitação e Formação (1)**³⁹; Gestão (2); Financiamento e Fomento (3); Democratização e Acesso aos Bens Culturais (4); Acervos (5); Pesquisa (6)⁴⁰.

³⁸ Entrevista concedida por Elizabete Neves Pires em Florianópolis, maio de 2016.

³⁹ Grifo da pesquisa.

⁴⁰ Detalhes sobre as diretrizes de cada eixo da Política Estadual de Museus podem ser obtidos em: <http://www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural//pagina/4426/politicaestadualdemuseus>

Inicia-se nesse período um novo movimento de articulação e intercâmbio de informações que culmina, no ano de 2006, com o Decreto nº 4.163 de 21 de março de 2006, onde é instituído o novo SEM/SC. Novamente Santa Catarina detinha uma estrutura pertencente à instância governamental responsável pelo planejamento de políticas públicas direcionado aos museus.

Um dos diferenciais desta nova legislação, em comparação ao Decreto de 1991 é a composição da rede, esclarecido no seu artigo 3º:

Art. 3º Integram o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC, todas as instituições museológicas do Estado de Santa Catarina cadastradas na Fundação Catarinense de Cultura – FCC (SANTA CATARINA, 2006).

Ou seja, o SEM/SC agora se posicionava como uma rede aberta a todos os museus interessados, desde que os mesmos formalizassem este interesse.

Outra novidade era a formatação do Comitê Gestor do SEM/SC, colegiado consultivo formado por representantes de instituições e organizações para o debate, acompanhamento e avaliação das ações do Sistema. Em seu artigo 5º:

Art. 5º O Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC, disporá de um Comitê Gestor, com a finalidade de propor diretrizes e ações para a área museológica, bem como apoiar e acompanhar o desenvolvimento do setor museológico brasileiro.

§ 1º O Comitê Gestor do Sistema Estadual de Museus do Estado de Santa Catarina – SEM/SC, será composto pelos coordenadores dos seguintes órgãos e entidades:

- I – o coordenador do Sistema Estadual de Museus;
- II – 1 (um) representante do Núcleo de Estudos Museológicos, eleito entre seus pares;
- III – 1 (um) representante dos Museus Municipais do Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;
- IV – 1 (um) representante dos Museus Estaduais do Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;
- V – 1 (um) representante dos Museus privados ou mistos do Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;
- VI – 1 (um) representante dos museus federais localizados no Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;
- VII – 1 (um) representante das organizações sociais, museus comunitários, ecomuseus, grupos étnicos e culturais e entidades organizadas que tenham efetiva atuação na área museológica no Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;
- VIII – 1 (um) representante das escolas e universidades que tenham efetiva atuação na área museológica no Estado de Santa Catarina, eleito entre seus pares;

IX – 1 (um) representante do Conselho Regional de Museologia;
X – 1 (um) representante de museus universitários, eleito entre seus pares.

§ 2º O Comitê Gestor do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC, será dirigido pelo coordenador do SEM/SC.

§ 3º As deliberações do Comitê Gestor, inclusive seu regimento interno, serão aprovadas mediante resoluções.

§ 4º A organização e o funcionamento do Comitê Gestor, serão regulamentadas por regimento interno.

§ 5º O Comitê Gestor poderá instituir Grupos Temáticos, de caráter permanente ou temporário, destinados ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, que serão submetidos à sua composição plenária, definindo-se, no ato da criação do grupo, seus objetivos específicos, sua composição e prazo para conclusão dos trabalhos, podendo, inclusive, convidar para participar desses grupos representantes de órgãos e entidades públicos e privados, bem como dos Poderes Legislativo e Judiciário (SANTA CATARINA, 2006).

Efetivou-se, a partir deste momento, um instrumento de participação da sociedade civil organizada, no gerenciamento de ações, projetos e programas direcionados aos museus.

Nos anos que se seguiram, o Sistema concentrou sua atuação novamente na capacitação dos agentes atuantes em museus e nas instituições afins. Foram oferecidas 35 (trinta e cinco) oficinas de capacitação em parceria com o antigo Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), vinculado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/MinC) — e responsável pela implantação da Política Nacional de Museus.

Marli Fávero, em sua entrevista aponta como se aplicavam essas oficinas:

Entre 2006 e 2010 foram realizadas, no mínimo, duas ou três oficinas por ano, com parceria do DEMU/IPHAN. Então nós fazíamos uma dobradinha, convidávamos um profissional de Santa Catarina e um profissional do DEMU era cedido por eles. Eram duas oficinas por vez. E chegando aqui, por exemplo, teve ocasião que nós viajamos de ônibus até Chapecó, que seriam quinhentos, seiscentos quilômetros. [...] ele (DEMU/IPHAN) oferecia um pacote, “temos cinco oficinas, quais Santa Catarina escolherá”? Então na realidade, eram temáticas de interesse genérico, como implantação de museus, documentação de acervos. A própria temática de higienização e acondicionamento que é a oficina conservação dos acervos. Então isso é de cunho genérico, que todos os museus vão querer. Como não tínhamos uma pesquisa relativa, exatamente o que precisava,

nós escolhíamos uma ou duas, desse pacote que era oferecido, mas atendia o que pretendíamos (informação verbal)⁴¹.

Dos seis eixos temáticos da Política Estadual de Museus a atuação do SEM/SC concentrava-se basicamente no eixo 1 – Formação e Capacitação. Essa atuação mais restrita, segundo Fávero, se deve a restrições orçamentárias e de recursos humanos (equipe composta apenas pela coordenadora do Sistema e uma estagiária) impossibilitando novas frentes de trabalho que pudessem atender aos demais eixos.

Questionada sobre a possibilidade de, na época, efetivar uma parceria com o NEMU/UFSC para execução das oficinas de capacitação, liberando a equipe do SEM/SC para o planejamento de outras ações, Fávero discorre:

Eu tentei me aproximar bastante do NEMU, primeiro porque havia um desconhecimento da parte da minha pessoa do que o NEMU propriamente fazia e segundo, como era um campo relativamente novo, nós precisaríamos de mais braços possíveis para execução do nosso trabalho. Esse é o pensamento de atuar com maior abrangência. Então por muitas ocasiões nós entramos em contato com o coordenador do NEMU e tentamos fazer parcerias no sentido de fazer com que as nossas oficinas não ficassem na mesma data das oficinas do NEMU, no mesmo mês e na mesma região, para não dividir público. Mas havia uma dificuldade do SEM/SC ser aceito, independente de termos uma conversa civilizada, que sempre houve. Mas quem chega depois, como nós chegamos teoricamente, parece que tem que adotar ou se sujeitar aos que já estavam no campo. [...] Então houve tentativas e o que nós conseguimos no máximo, era ajustar o calendário. Eu acredito, também, que se houvesse uma equipe maior no SEM/SC, nós poderíamos fazer uma parceria mais ampla com a UFSC e não necessariamente só com o NEMU (informação verbal)⁴².

Ainda, segundo sua análise, mesmo sabendo da importância de se avançar nos demais eixos da Política de Museus, havia a percepção da situação em que se encontrava o quadro funcional da maioria dos museus catarinenses, era preciso focar ações de capacitação de forma intensiva.

Na realidade, todos os eixos têm seu valor de conotação, que não dá nem para comparar, todos têm a mesma valorização em termos de crescimento e fortalecimento da própria política e campo museal. Agora é claro que o eixo de Formação e Capacitação, ele oportuniza

⁴¹ Entrevista concedida por Marli Terezinha Fávero Visconti em Florianópolis, maio de 2016.

⁴² Idem.

a qualificação dos profissionais de museus, tão vulneráveis na rotatividade. Como as equipes são muito rotativas nos museus, há esse mau hábito dos gestores públicos de colocarem cargos de confiança partidários nos museus e isso ocorre por toda Santa Catarina e sempre tem alguém com um cargo assim. Então é necessário que nós atualizemos essas pessoas em termos de nomenclatura, atuação, técnicas e qual é o papel do museu. [...] O nosso papel era e continua sendo de levar esse conhecimento amplo aos museus, aos profissionais de museus. (informação verbal)⁴³.

Mesmo com essas dificuldades o SEM/SC conseguiu publicar, em 2008, a segunda edição do Guia de Museus de Santa Catarina, compilação de informações sobre as instituições museológicas, resultante de um novo mapeamento realizado em território catarinense.

No ano de 2011, a atuação do SEM/SC foi novamente reformulada por meio do Decreto nº 599 de 18 de outubro de 2011, estabelecido após consulta e discussão pública. Foi uma revisão impulsionada, de certo modo, pelo estabelecimento de novos marcos regulatórios para o campo museal brasileiro, como a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC), originária da estrutura do DEMU/IPHAN/MinC e da Lei Federal 11.904/2009, denominada “Estatuto de Museus” que preconiza uma série de atribuições, responsabilidades e normatizações para os museus, suas entidades mantenedoras e seus profissionais.

De acordo com a nova legislação estadual, o SEM/SC visa à coordenação, à articulação, à mediação, à qualificação, ao fortalecimento e à cooperação entre os museus. Atualmente, reúne 193 instituições museológicas, entre públicas e privadas, de 106 municípios catarinenses⁴⁴.

São, ainda, objetivos específicos do SEM/SC:

I – promover a articulação entre as instituições museológicas existentes no Estado, respeitada a autonomia jurídico-administrativa, cultural e técnico-científica de cada uma delas;

[...]

III – divulgar padrões e procedimentos técnico-científicos que sirvam de orientação às equipes responsáveis pelas instituições museológicas estabelecidas no Estado;

IV – estimular e promover programas e projetos de incremento e qualificação, bem como incentivar a formação, atualização e valorização dos profissionais de instituições museológicas existentes no Estado; [...] (SANTA CATARINA, 2011).

⁴³ Entrevista concedida por Marli Terezinha Fávero Visconti em Florianópolis, maio de 2016.

⁴⁴ Informação obtida pelo Cadastro Catarinense de Museus, coordenado pelo Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina (SEM/SC) em fevereiro/2016.

Atendendo a esses três objetivos destacados do seu Decreto de reformulação, o SEM/SC dá início a um novo plano de ações envolvendo cursos, palestras, edição de publicações, desenvolvimento de grupos de trabalho e pesquisa, além de visitas técnicas aos museus do interior do Estado. Essa atuação mais sistemática visa à aproximação com os gestores públicos, conscientização dos profissionais atuantes em museus quanto às normatizações técnicas existentes e ao conhecimento sobre a realidade dessas instituições. Ou seja, além das oficinas de capacitação, já tradicionais no campo museal de Santa Catarina, percebeu-se a necessidade de aprofundar o que já era ofertado no âmbito da formação. Na mesma época a equipe do SEM/SC reuniu esforços no sentido de projetar ações que contemplassem os demais eixos da Política Estadual de Museus, desenvolvendo projetos e parcerias que visavam alcançar esse intuito.

Uma das iniciativas a se destacar, e prevista no eixo 3 da PEM (Financiamento e Fomento), foi a inclusão do segmento “Museus” como área específica do “Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura”⁴⁵. Até 2012 os projetos de instituições museológicas concorriam com outras iniciativas de salvaguarda, pesquisa e difusão de iniciativas relacionadas ao patrimônio material e imaterial, de forma generalizada. Em 2013, numa articulação envolvendo o Conselho Estadual de Políticas Culturais, a área museológica foi contemplada com um prêmio específico dentro do referido edital. Naquele ano 13 projetos técnicos advindos de museus foram premiados num montante de recursos públicos na ordem de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) ao seu total (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2013b).

No âmbito da capacitação, em 2011, foi iniciado o Programa de Capacitação Museológica (PCM), projeto que contemplava o eixo 1 da Política Estadual de Museus (Formação e Capacitação) e dava continuidade, por meio de uma nova configuração, às ações de capacitação que já eram tradicionais em Santa Catarina. Este programa específico será detalhado no capítulo a seguir. Outra novidade foi a divisão do território catarinense em sete regiões museológicas, a saber: Oeste (1);

⁴⁵ O referido edital é um concurso público conferido anualmente na forma da Lei n.º 15.503, de 29 de junho de 2011, regulamentada pelo Decreto n.º 806, de 9 de fevereiro de 2012. É uma ferramenta para aportar recursos a produção, circulação, pesquisa, formação, preservação e difusão de trabalhos artísticos e culturais de pessoas físicas e jurídicas. Desde 2013 contempla projetos das seguintes categorias: Arte e Cultura Negra e Indígena, Artes Populares, Artes Visuais, Dança, Letras, Museus, Música, Patrimônio Cultural, Teatro (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2013b).

Meio-Oeste (2); Serra (3); Sul (4); Grande Florianópolis (5); Vale do Itajaí (5) e Norte (7) – permitindo um maior conhecimento das especificidades de cada território e uma atuação regionalizada. Essa divisão respeita os parâmetros estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).



Figura 3 - Mapa de Santa Catarina com a identificação das regiões museológicas
Fonte: Sistema Estadual de Museus (SEM/SC).

Cada região museológica possui representatividade no Comitê Gestor do SEM/SC, cuja composição também foi reformulada a fim de dar voz a essa representação regional. Fazem parte, ainda, do referido Comitê, representações do Conselho Regional de Museologia (COREM), de Escolas de Museologia, assim como de algumas secretarias e autarquias públicas estaduais.

O processo de regionalização das ações do Sistema impulsionou a realização do 3º Fórum de Museus de Santa Catarina no município de Chapecó, ainda em 2011. O evento oportunizou o início da construção do Plano Estadual Setorial de Museus (PESM) para o estado, por meio de consulta pública e de proposição de ações pelos 277 participantes do encontro. O público presente foi dividido em grupos de discussão, conforme as regiões museológicas às quais pertencia, e convidado a analisar e construir ações que atendessem às necessidades identificadas por eles em cada um dos eixos da Política de Museus. Os resultados dessas discussões foram sistematizados em plenária final, permitindo ao SEM/SC a estruturação de

uma proposta de planejamento das ações da FCC para os próximos anos (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2013a)

Essa estruturação foi efetivada em 2013, quando a equipe do SEM/SC, com o seu Comitê Gestor, iniciou o texto base do Plano Estadual Setorial de Museus a partir dos diagnósticos e das proposições encaminhadas pelo público presente no 3º Fórum de Museus.

Foram promovidos sete encontros regionais para a discussão do documento base do Plano. Esses encontros reuniram, ao total, 312 pessoas e serviram como instâncias para consulta pública, por meio da qual a sociedade civil teve a oportunidade de contribuir para a construção do documento, realizando reflexões e proposições no texto original (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2013a).

No período de 4 a 6 de novembro de 2013, ocorreu o 4º Fórum de Museus de Santa Catarina, em Florianópolis, no qual, na plenária final, foi deliberado e aprovado pelos presentes o documento final que compõe o referido Plano e que está sendo o norteador das ações da FCC para o campo museológico catarinense nos próximos dez anos. Esse documento, que é composto por 6 eixos (os mesmos da Política Estadual de Museus), 6 diretrizes, 22 estratégias e 130 ações, será incorporado à estrutura do Plano Estadual de Cultura (PEC), assim como a outros segmentos culturais (cinema, teatro, música etc.).

Apesar de ainda não instituído oficialmente, o SEM/SC, desde então, baseia-se nas propostas aprovadas do PESH, sendo ele o principal norteador de suas ações. Um dos principais projetos instituídos nesse documento foi a elaboração e aplicação do Cadastro Catarinense de Museus (CCM), que objetiva a implantação de um sistema de indicadores que armazene e gere informações quanti-qualitativas sobre a atuação dos museus catarinenses e que, conseqüentemente, facilite a identificação de projetos prioritários para a área e sirva para o aprimoramento da gestão das políticas para o setor no estado de Santa Catarina (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2013a).

Até meados de 2012, o SEM/SC tinha o acompanhamento de 154 museus, aderidos oficialmente à rede, por meio de assinatura de Termo de Adesão⁴⁶.

⁴⁶ Documento que oficializa a parceria do Sistema Estadual de Museus com as instituições museológicas, os sistemas municipais de museus, as universidades que mantêm cursos relativos ao campo museológico e as entidades organizadas vinculadas ao setor. Essa adesão estimula a articulação entre o poder público e a sociedade civil, aumenta a visibilidade institucional e favorece a melhoria da gestão e da configuração do campo museal.

Contudo, o Cadastro Nacional de Museus (CNM), apresentava um mapeamento de 199 instituições no estado, o que apontava a necessidade de ampliação da rede do SEM/SC visando o conhecimento e alcance dos museus ainda não cadastrados. Na ocasião foi levantada uma frente de trabalho para adesão dessas instituições mapeadas o que resultou ao final de 2013 com 191 museus aderidos oficialmente à rede do Sistema (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2013b).

A realidade do funcionamento e das práticas museológicas nesses museus era conhecida pela equipe do SEM/SC, por meio de visitas técnicas ou de encontros regionais ocasionados pela realização de oficinas de capacitação, mas esses dados não eram registrados ou quantificados na forma de indicadores que fundamentassem mais precisamente o planejamento de ações da FCC para o campo museal. Contava-se, ainda, com o acesso parcial ao CNM por meio da publicação “Museus em Números”, editada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM/MinC) no ano de 2011. Porém, esses indicadores por vezes apresentavam uma realidade que em muitos momentos era distante daquela percebida nas visitas técnicas e no contato com os profissionais em museus (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2013a).

Historicamente, o SEM/SC coletava dos museus, por meio de formulários cadastrais, dados básicos como nome da instituição, endereço, contato, identificação de esfera administrativa, produzidos por tentativas de mapeamentos nas décadas de 1990 e início dos anos 2000. Outras fontes de informação e pesquisa sobre os museus catarinenses foram as publicações do “Guia de Museus de Santa Catarina (1ª, 2ª e 3ª edições)”, sendo o primeiro formatado pela extinta GEOMU/FCC e publicado em 2001, o segundo organizado e publicado pelo SEM/SC em 2008 e a terceira edição editada também pelo SEM/SC (2014) - esta última compilando dados de 191 museus.

Myrian Sepúlveda dos Santos, no início dos anos 2000 já apontava a necessidade de informações mais aprofundadas sobre identificação e análise das práticas museológicas nos museus para a elaboração de políticas públicas:

Apesar de mais de 80% dos museus brasileiros serem ainda instituições públicas, nós não encontramos na esfera governamental, no âmbito municipal, estadual ou federal, nem levantamento de dados sobre os museus existentes, nem estudos ou avaliações sobre as práticas desenvolvidas por eles. (SANTOS, 2004, p. 53).

A execução do Cadastro Catarinense de Museus (CCM) foi dividida em quatro etapas, sendo elas: coleta de dados; organização da informação; retorno aos museus e à sociedade sobre os dados coletados; análise e pesquisa para gerenciamento da informação.

Ao final da data corte da pesquisa (janeiro de 2015), foram iniciados os estudos e a organização para mensuração dos dados até então coletados. Nessa organização e checagem, identificou-se a existência de **258 museus** em Santa Catarina, sendo que destes, **193 instituições** estão aderidas ao SEM/SC e os demais se enquadram como mapeados (reconhecimento da existência do museu, mesmo sem adesão ao Sistema). Também foram identificadas propostas de criação de instituições museológicas. O quadro abaixo traz informações detalhadas:

Museus aderidos ao SEM	193
Museus mapeados ativos	42
Museus mapeados inativos	23
Museus mapeados extintos	13
Projeto / propostas de museus	22

Quadro 1 - Museus aderidos ao SEM/SC e mapeados em Santa Catarina
Fonte: Fundação Catarinense de Cultura

Dos 193 museus aderidos ao SEM/SC, 140 responderam e 53 deles não atenderam ao chamamento da pesquisa, denotando uma participação de mais de 72% das instituições pertencentes à rede — um índice considerado satisfatório. Verificou-se também a identificação de 15 novos museus, denominados assim por não constarem nos índices de museus mapeados e por não estarem aderidos oficialmente a nenhum Sistema, como o SBM (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2015).

Cabe ao SEM/SC, nesse caso, a discussão com o seu Comitê Gestor sobre novos procedimentos para adesão e registro de instituições ao SEM/SC, bem como a implantação de um projeto de certificação que estabeleça nivelamentos dessas instituições, segundo critérios específicos, até atingir o patamar exigido pelas normatizações nacionais e internacionais para museus.

O perfil predominante entre os museus catarinenses aponta para organizações de pequeno porte, com natureza jurídica pública, ligadas aos poderes públicos municipais. Os acervos são predominantemente históricos, antropológicos ou etnográficos acerca de processos migratórios e colonizadores ocorridos no sul do Brasil na segunda metade do século XIX e início do século XX, ou seja, não muito diferente da configuração apontada por Fernando Romero, Elizabete Neves Pires e Marli Fávero nas décadas de 1980, 1990 e 2000.

A implantação do Cadastro Catarinense de Museus significa possibilidades de qualificação no planejamento das políticas públicas para o setor em Santa Catarina, sendo que o volume de informações geradas proporciona pesquisas multidisciplinares ao campo museológico catarinense – e utilizadas por esta pesquisa, já no capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3: O PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO MUSEOLÓGICA COMO ESTUDO DA APLICABILIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

3.1 Entre o ideal e a realidade: o desafio de implementar um programa de formação continuada para o campo museal

“[...] temos que colocar um primeiro dado também da realidade, do momento que a gente está vivendo dentro da ciência museológica ou da prática museológica. Há, na realidade, uma “Museologia existente, real, que está aí fora, e há uma Museologia postulada, sonhada, desejada” (GUARNIERI, 1984, p. 65).

Segundo o relatório da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), realizada em 2006, a implantação de programas de capacitação profissional para funcionários do setor cultural é considerada um dos desafios para que o setor se posicione de forma contundente no conjunto das políticas públicas nacionais culturais. Para o relatório, “a formação de pessoal voltado especificamente para as demandas da cultura é uma das maneiras eficazes de incluí-la na agenda das políticas locais” (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2007).

Historicamente, uma das ações mais expressivas do SEM/SC foi a execução de oficinas de capacitação direcionadas aos profissionais que atuam nos museus. Desde 2005, por exemplo, com a reativação do Sistema Estadual de Museus, até o ano de 2010 foram realizadas cerca de 35 (trinta e cinco) oficinas, cada uma com 20 horas/aula, distribuídas por alguns municípios do estado. Essas oficinas, em sua maioria contavam com a parceria do Ministério da Cultura, por meio do antigo DEMU/IPHAN/MinC, responsável pela implantação da Política Nacional de Museus. As temáticas das oficinas focavam basicamente as seguintes áreas: elaboração de plano museológico; formatação de projetos culturais; conservação de acervos; expografia e ação educativa. Porém, não existia, na época, uma preocupação com o ordenamento dessas oficinas, sendo elas distribuídas aleatoriamente em comum acordo entre DEMU/IPHAN e FCC.

No início de 2011, juntamente com a reformulação da atuação do SEM/SC, essa ação também sofreu alteração, pois nas consultas públicas estabelecidas com

o setor museológico (gestores, profissionais e estudantes) foi identificada a necessidade de uma concatenação entre oficinas com diferentes temáticas, possibilitando assim uma visão sistêmica sobre o conjunto dos assuntos e práticas abordados. Também foi pleiteada a regionalização ou replicação desses cursos, pois muitos profissionais não conseguiam frequentar cursos quando eram ofertados em cidades distantes de seus locais de atuação (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2011).

Após uma série de reuniões, onde foram analisadas essas e outras questões, a equipe técnica do SEM/SC planejou um programa de formação continuada que abarcasse, de forma introdutória, diferentes temáticas presentes nas práticas desenvolvidas nos museus e que respeitasse as normatizações vigentes (FCC, 2011). Essa nova formatação gerou o Programa de Capacitação Museológica (PCM), dividido em módulos (ou oficinas) a serem ofertados, de forma progressiva, ao longo de quatro anos (2011-2015), em todas as regiões. Seus objetivos eram:

- a) Qualificar os profissionais atuantes em museus, por meio de um procedimento ascendente de capacitação, sobre temáticas pertinentes ao campo museal catarinense;
- b) Democratizar o acesso aos cursos, de forma a replicar os módulos em todas as regiões;
- c) Criar condições para o estabelecimento de uma rede de contatos e trocas de informações entre os participantes;
- d) Auxiliar os museus partícipes no desempenho de suas distintas funções técnicas e sociais (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2011).

A partir desses pressupostos e, com intuito a dar prosseguimento às iniciativas de formação do SEM/SC, foram planejados, pela equipe do SEM/SC, os seguintes módulos para execução em quatro anos, conforme o quadro a seguir:

Módulo	Oficina	Execução
1	Gestão e planejamento museológico	2011
2	Documentação museológica e gestão de acervos	2012
3	Sustentabilidade dos museus	2012
4	Conservação de acervos e gestão de riscos	2013
5	Comunicação museológica	2013
6	Ação educativa e acessibilidade em museus	2014
7	Museus e turismo	2014

Quadro 2 - Relação dos módulos pertencentes ao PCM

Fonte: Fundação Catarinense de Cultura

Esse projeto foi inserido dentro do eixo programático 1 da Política Estadual de Museus que versa sobre a necessidade de implantação de cursos de instrumentalização e estudos acerca da cadeia operatória museológica⁴⁷.

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO MUSEOLÓGICA
MÓDULO 2

Oficina: Documentação Museológica e Gestão de Acervos

Objetivo
Oferecer orientação técnica para implantação e/ou aperfeiçoamento de ações de planejamento de acervo dos museus por meio da documentação.

Público Alvo
Gestores culturais, profissionais atuantes em museus e estudantes.

Carga Horária e Vagas
16 horas / aula. 40 vagas gratuitas.

Inscrições
Preencha a ficha de inscrição disponível no site www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural e envie até o dia 21.06.2012 para o e-mail capacitacaoem@fcc.sc.gov.br.

Informações
www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural ou (48) 3953-2374 e 3953-2375.

Ementa
Importância da documentação museológica para o museu. Preservação e gestão do acervo por meio da documentação. Princípios éticos e legislação vigente sobre a gestão de acervos museológicos. Procedimentos técnicos para o registro e catalogação de toda informação do acervo museológico. Documentação e pesquisa nos museus. Planilhas e base de dados para gestão do acervo. Política de documentação.

Ministrante
Marco Antônio Figueiredo Ballester Jr.

Currículo Resumido
Historiador formado pela Universidade do Vale do Itajaí (Univali, 2004). Museólogo formado pelo Centro Universitário Santa Verônica (Univas, 2010). Pós-graduando em Gestão de Políticas Públicas pela Faculdade Aupex. Atualmente é funcionário do Museu Histórico de Itajaí e vice-presidente do Conselho Regional de Museologia de Região. Desenvolve ações de consultoria museológica por meio da Viés Cultural.

Calendário - Junho de 2012

Florianópolis
Data: 26 e 27.06.2012
Horário: 8h30 às 17h30
Local: Centro Integrado de Cultura (CIC)
Av. Itália - Bom Jardim - 8609 - Aporizônia
Contato: (48) 3953-2374 | 3953-2375

Criciúma
Data: 28 e 29.06.2012
Horário: 8h30 às 17h30
Local: Universidade do Extremo Sul Catarinense (Unesc)
Avenida Universitária, 1105 - Bico P - Universitário
Contato: (48) 3431-2774

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO MUSEOLÓGICA
Módulo 3

Oficina: Sustentabilidade dos Museus

Objetivo
Apresentar os principais problemas e soluções encontrados na prática de gestão cultural, bem como a importância do planejamento para a sustentabilidade administrativa e financeira das ações museológicas.

Público alvo
Gestores culturais, profissionais atuantes em museus e instituições afins e estudantes da área museológica.

Carga horária e vagas
16 horas / aula. Serão oferecidas 35 vagas gratuitas em cada região.

Inscrições
Preencha a ficha de inscrição disponível no site www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural até o dia 15 de março.

Informações
Acesso: www.fcc.sc.gov.br/patrimoniocultural ou ligue: (48) 3953-2374 | 3953-2375.

Data:
19 e 20 de março de 2013

Local do evento:
Fundação Cultural de Lages.
Rua Hercílio Luz, esq. Benjamin Constant, 51Nº, Centro, Lages-SC.

Ementa
Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: conceitos, estatísticas e metodologias de ação. Gestão criativa - novos modelos, parcerias, ações compartilhadas, associações e redes de museus. Política cultural: do Sistema Nacional de Cultura à consolidação dos Sistemas Municipais de Museus. Planejamento e gestão museal: diagnóstico, plano de ação e planejamento plurianual. Captação de recursos: o papel do poder público no fomento à cultura. Mecanismos atuais: editais de incentivo, leis e fundos, parcerias. Modelagem de projetos.

Ministrantes
Denise Argenta: possui mestrado em Patrimônio Cultural pela UFSC (2011); especialista em gestão e elaboração de projetos culturais pela FGV/MEC (2012). Atualmente atua como pesquisadora e técnica do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), onde coordena o núcleo de difusão cultural e museológica. Desenvolve trabalhos na área de curadoria, comunicação museal, ação educativa, políticas culturais e modelagem e elaboração de projetos culturais.

Fernanda Ben: possui mestrado em História Cultural pela UFSC (2005); graduada em História pela Faculdade Integradas de Palmas-99 (2002). Atualmente é coordenadora do Museu Histórico de Pinhalzinho. Tem experiência nas áreas de gestão e comunicação museal e pesquisa histórica. Desenvolve ações de consultoria nos segmentos: patrimônio material, cultura popular, história regional e elaboração e gestão de projetos culturais.

Apoiado por: **MUSEU** Itajaí de Castro, **SECRETARIA DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E TURISMO** de Santa Catarina, **SECRETARIA DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E TURISMO** de Lages, **SECRETARIA DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E TURISMO** de Pinhalzinho, **SECRETARIA DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E TURISMO** de São Carlos.

Realização: **sistema estadual de MUSEUS de Santa Catarina**, **FCC** Fundação Cultural de Lages, **SECRETARIA DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E TURISMO** de Santa Catarina, **SECRETARIA DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E TURISMO** de Lages, **SECRETARIA DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E TURISMO** de Pinhalzinho, **SECRETARIA DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E TURISMO** de São Carlos.

Figura 4 - Cartazes de divulgação de algumas oficinas do PCM
Fonte: Fundação Catarinense de Cultura (FCC)

Os módulos do PCM foram planejados com objetivo de ofertar uma capacitação em longo prazo que alcançasse a maior parte dos profissionais atuantes em museus catarinenses. Também era intuito que, ao seu final o programa propiciasse aos participantes um conhecimento maior sobre a Museologia, os museus e a função social desta tipologia de equipamento cultural nos tempos contemporâneos; conforme sinaliza Maria Cristina Oliveira Bruno quando detalha a superação de paradigmas constantes pelos quais os museus vêm atravessando ao longo dos anos.

⁴⁷ Maria Cristina Oliveira Bruno considera que “pesquisa e preservação constituem os parâmetros definidores e elementares dessa cadeia operatória”. Enquanto que os parâmetros delimitadores do campo essencial de ação museológica se consolidam a partir da dinâmica da cadeia operatória dos procedimentos de salvaguarda e comunicação – sempre amparados pela perspectiva delineada pelas ações de planejamento e avaliação (BRUNO apud MIZUKAMI, 2014).

A história dos museus, de uma forma geral ou pelo menos como a bibliografia referencial tem evidenciado, pode ser reconhecida como a sequência de momentos de mudança e/ou rupturas em relação, por um lado, à superação de paradigmas referentes aos estudos de cultura material e, por outro, à identificação das possibilidades de inserção social das ações museológicas. Nessa perspectiva é possível considerar que os museus, desde o século XVIII, deram início ao estabelecimento de um modelo institucional hegemônico, organizado a partir do entrelaçamento e dependência entre um edifício, as ações técnicas e científicas de pesquisa (diferentes campos de conhecimento), salvaguarda (conservação, documentação e armazenamento) e comunicação (exposição, ação educativo-cultural) e o potencial do público. Esses vetores, até hoje presentes na sustentação das instituições museológicas, têm ampliado e desdobrado os horizontes de atuação dos museus com vistas a propiciar melhor definição e enquadramento em relação aos compromissos preservacionistas e educacionais (BRUNO, 2009, p.16).

A partir da submissão do projeto e aprovação da FCC para sua execução, a equipe do SEM/SC uniu esforços para contratar possíveis instrutores dos primeiros módulos, bem como articular com instituições locais que poderiam sediar as oficinas.

No entanto, logo após a aprovação do projeto ocorreu um redimensionamento no orçamento do programa e que impedia a realização das oficinas em sete cidades. Aí residiu a primeira dificuldade para o desenvolvimento do PCM: seria necessário reduzir, de sete para seis, o número de cidades sede das capacitações. A proposta inicial era de replicar os cursos em todas as regiões do estado, evitando deslocamento maior que 100 quilômetros para os participantes do curso (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2011).

Bourdieu (2004) chama a atenção para o papel fundamental do Estado na regulação ou intervenção do funcionamento do campo cultural, seja por meio de intervenções financeiras, seja por intervenções jurídicas, em virtude da sua capacidade de concentrar um conjunto de recursos materiais e simbólicos. Essa regulação pode beneficiar ou prejudicar o desenvolvimento de ações planejadas previamente.

Diante do exposto e mesmo fragilizando um dos princípios do PCM, seria necessário agrupar duas regiões em uma. Para o primeiro módulo, após debate entre a equipe, definiu-se que as regiões Norte e Vale do Itajaí seriam agrupadas, sob a justificativa de que, na época eram as duas regiões que possuíam o maior grau de amadurecimento das práticas museológicas e institucionalização dos museus estabelecidos no estado. A decisão foi criticada pelos profissionais daquelas

regiões que se sentiram lesados e comunicaram isso por meio de e-mails e telefonemas⁴⁸, reclamando daquilo que Rafael Pereira Oliveira denomina como a incapacidade dos governos de lidarem com a principal característica deste campo, que é a sua desconcentração.

Santa Catarina é o terceiro Estado do país com melhor distribuição de museus por seus municípios, sendo que Florianópolis é a capital com menor concentração de museus. Esta característica, associada a uma distância muito grande entre o governo do Estado e os municípios, gera museus mais estruturados e amparados pelo Estado no litoral e um sentimento de isolamento no interior (OLIVEIRA, 2007, p.150).



Figura 5 - Mosaico de imagens com oficinas do PCM ao longo de sua existência
Fonte: Fundação Catarinense de Cultura.

Essa restrição seguiu também no ano de 2012, fazendo com que os módulos 2 (Documentação Museológica e Gestão de Acervos) e 3 (Sustentabilidade dos Museus) também fossem oferecidos em seis cidades, e não sete, como previa o projeto original e conforme o quadro abaixo.

⁴⁸ Indicações estabelecidas nas considerações finais do relatório anual de atividades do SEM/SC do ano de 2011.

Módulo	Cidades / Regiões Atendidas
1	Pinhalzinho (Oeste); Treze Tílias (Meio-Oeste); Lages (Serra); Urussanga (Sul), Florianópolis (Grande Florianópolis); Pomerode (Norte e Vale do Itajaí).
2	Maravilha (Oeste); Campos Novos (Meio-Oeste e Serra); Criciúma (Sul); Florianópolis (Grande Florianópolis); Blumenau (Vale do Itajaí); Joinville (Norte).
3	Xanxerê (Oeste); Lages (Meio-Oeste e Serra); Orleans (Sul); São José (Grande Florianópolis); Rio do Sul (Vale do Itajaí); Mafra (Norte)

Quadro 3 - Locais de realização dos três primeiros módulos do PCM

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

O redimensionamento ocorrido nos módulos 2 e 3 não sofreu grandes questionamentos dos profissionais, que logo se adaptaram à nova proposta. Apesar das limitações impostas “era preciso avançar e dar prosseguimento ao programa” (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2012, p.4). Desta vez, as regiões agrupadas foram o Meio-Oeste e Serra, pelo entendimento que aqueles territórios possuíam o menor número de equipamentos museológicos, se comparados com outras regiões (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2012).

Ainda em 2012 um fator decisivo na configuração política do estado altera, mais uma vez, o planejamento do PCM: as eleições municipais. Afinal, 74 por cento dos museus aderidos ao SEM/SC (143 instituições) estão vinculados ao poder público municipal, e com as mudanças que poderiam ocorrer (e ocorreram) nos municípios após o pleito eleitoral, seria necessário ofertar novamente o Módulo 1, considerado introdutório e essencial para a continuidade dos participantes nas oficinas subsequentes.

Desta forma, aqueles que não participaram do início da formação continuada tinham a oportunidade de ser inseridos no processo de formação. Corroborou para essa reflexão, ainda, o diagnóstico de que boa parte dos museus não possuía quadro técnico efetivo, sendo assim, as mudanças político-administrativas influenciariam na rotatividade dos profissionais (FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA, 2013b).

Assim, no ano seguinte foi proposta uma mudança no cronograma de execução do programa. Retomou-se, portanto, a oferta do módulo 1 (Gestão e

Planejamento Museológico) para atender a essa nova demanda de técnicos contratados ou remanejados pelas prefeituras. Porém, diante da dificuldade de execução de mais de dois módulos num mesmo ano (numa tentativa de manter o cronograma inicial) e por reconhecer que dificilmente funcionários de museus também seriam autorizados a se ausentar três vezes de forma anual, optou-se pela alteração no planejamento dos módulos para o seguinte cronograma:

Módulo	Oficina	Execução
1	Gestão e planejamento museológico	2011
2	Documentação museológica e gestão de acervos	2012
3	Sustentabilidade dos museus	2012
1	<u>Gestão e planejamento museológico</u>	<u>2013</u>
4	Conservação de acervos e gestão de riscos	2013
5	Comunicação museológica	2014
6	Ação educativa e acessibilidade em museus	2014
7	Museus e turismo	2015

Quadro 4 - Novo cronograma de execução dos módulos pertencentes ao PCM
Fonte: Elaborado pelo pesquisador

A mudança, apesar de comprometer e aumentar a temporalidade da formação continuada, foi aceita pela classe museológica diante das justificativas apresentadas. Conforme explicitado no parágrafo anterior, a equipe do SEM/SC chegou ao consenso de que muitos profissionais teriam dificuldades para se ausentar do seu local de trabalho em três períodos distintos ao longo do ano - caso a opção fosse por incluir a oficina do módulo 1 mantendo o cronograma original, com o término do PCM em 2014. A partir de sondagens realizadas com os profissionais detectou-se que, dificilmente estes seriam autorizados a participar de três oficinas em períodos distintos no mesmo ano, por conta de despesas de deslocamento, hospedagens, alimentação.

O módulo 1, portanto, foi retomado e oferecido em quatro cidades em 2013, ano em que também foi desenvolvido o módulo 4 (Conservação de Acervo e Gestão de Riscos). Outra novidade naquele ano seria a execução desta última oficina em sete cidades (e não mais seis), atendendo ao projeto original do PCM (FUNDAÇÃO

CATARINENSE DE CULTURA, 2013b). Em 2014 deu-se seqüência à programação com a oferta dos módulos 5 (Comunicação Museológica) e 6 (Ação Educativa e Acessibilidade em Museus), conforme o quadro abaixo:

Módulo	Cidades / Regiões Atendidas
1 (retomada)	São Carlos (Oeste); Piratuba (Meio-Oeste e Serra); Laguna (Sul e Grande Florianópolis); São Bento do Sul (Vale do Itajaí e Norte).
4	São Miguel do Oeste (Oeste); Caçador (Meio-Oeste); São Joaquim (Serra); Sombrio (Sul); Tijucas (Grande Florianópolis); Taió (Vale do Itajaí); Corupá (Norte).
5	Chapecó (Oeste); Videira (Meio-Oeste); Lages (Serra); Criciúma (Sul); Florianópolis (Grande Florianópolis); Blumenau (Vale do Itajaí); Joinville (Norte)
6	Chapecó (Oeste); Videira (Meio-Oeste); Lages (Serra); Criciúma (Sul); Florianópolis (Grande Florianópolis); Blumenau (Vale do Itajaí); Joinville (Norte)

Quadro 5 - Locais de realização dos módulos 1, 4, 5 e 6 do PCM
Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Para finalizar o cronograma da formação continuada faltava a execução do módulo 7 (Museus e Turismo), inicialmente programado para ocorrer em 2014 e, por conta da retomada do módulo 1 (2013), foi postergado para o ano de 2015. No entanto, sob a justificativa de contingenciamento orçamentário e readequação de suas ações, a FCC decidiu “suspender temporariamente”⁴⁹ o desenvolvimento do último módulo.

Percebe-se neste ponto, a validade da reflexão proposta por Barros (2008, p. 3), que aponta a necessidade de “superar a ausência de sinergia entre a formulação de políticas, desenvolvimento institucional e alocação orçamentária”.

A suspensão permanece até os dias atuais, o que deixa os profissionais participantes das capacitações desprovidos de completarem sua formação iniciada anos atrás. Isto evidencia que houve descontinuidade no processo de interação que vinha se estabelecendo no campo, através do Sistema Estadual de Museus.

⁴⁹ Comunicado emitido verbalmente pela presidente da FCC, na época, em reunião geral com todos os técnicos da instituição - realizada no mês de janeiro de 2015.

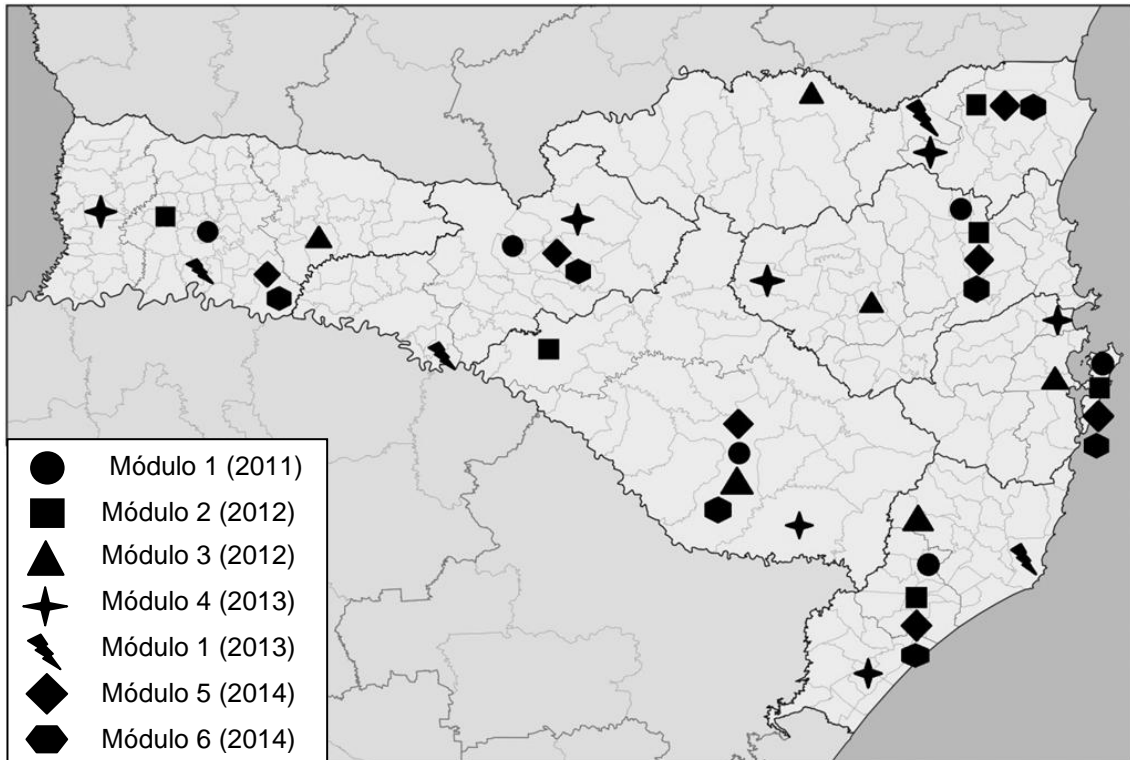


Figura 6 - Mapa de dispersão dos módulos do PCM em território catarinense
 Fonte: Adaptado pelo pesquisador a partir de mapa disponibilizado pela *Wikipédia*

3.2 Prognósticos de uma trajetória: a avaliação do participante

Por avaliação entendemos a atividade através da qual adentramos em um processo dialético e hermenêutico de construção e/ou reconstrução, com o objetivo de chegar a um consenso, após uma negociação que considera o ponto de vista de todas as partes implicadas e interessadas (clientes, beneficiários, atores e competidores) diante do processo avaliativo. Sendo um processo dialético não pretende chegar a conclusões válidas para sempre. Elas se referem a um momento dado da vida de um plano, programa, projeto ou instituição. Por isto, a avaliação deve ser permanente e integrada a qualquer processo de gestão para indicar o caminho de novas construções (SOARES, 1991, p. 32).

O Programa de Capacitação Museológica nasceu a partir de evocações do campo museal catarinense, que percebiam a necessidade de se propiciar uma formação continuada e que fosse uma instância de aprendizagem e trocas de informações. No entanto, tão importante quanto ofertar as capacitações, era avaliar os resultados deste programa para os participantes.

Será que, de fato, os cursos oferecidos estavam contribuindo no desenvolvimento das atividades técnicas dos profissionais atuantes em museus? O conteúdo programático atendeu as expectativas dos participantes? Quais os módulos que despertaram maior interesse destes profissionais? E ao longo do PCM, quantos museus conseguiram participar de todas as oficinas?

Independente da não conclusão dos sete módulos que compõem o PCM, ainda assim cabe uma análise sobre o desenvolvimento do referido programa. Afinal, toda atividade humana, com um mínimo de organização, comporta revisões e replanejamentos, que permitam um estudo sobre ações passadas, mensurando e julgando sua adequação aos objetivos propostos anteriormente, de forma a possibilitar valorização final ou sua retomada em novas condições.

De acordo com Lobo (1998)⁵⁰ uma das primeiras e principais observações no âmbito da avaliação de políticas públicas remete à diferenciação entre o *timing* deste julgamento:

A avaliação antes (da execução de determinado programa) sempre foi muito estimulada e induzida nos programas financiados pelos organismos multilaterais de financiamento, especialmente aqueles voltados à infraestrutura econômica e ao desenvolvimento urbano. Essas avaliações consistem em análises de custo-benefício, de custo-efetividade, das taxas de retorno econômico dos investimentos previstos. A avaliação intermediária, também chamada de formativa, é conduzida durante a implementação de um programa como meio de se adquirir mais conhecimento quanto a um processo de aprendizagem para o qual se deseja contribuir. O objetivo é dar suporte e melhorar a gestão, a implementação e o desenvolvimento do programa. A ênfase é dada à aplicabilidade direta dos resultados. As avaliações posteriores à implementação do programa são chamadas ex post ou somativas, e visam trabalhar com impactos e processos, portanto, estuda-se a eficácia e o julgamento do valor geral do programa. A objetividade e a credibilidade dos achados são mais importantes que a aplicabilidade direta dos resultados (LOBO apud TREVISAN; VAN BELLEN, 2008, p.541).

Para a realização do cruzamento de dados, objetivando uma avaliação mais precisa, essa pesquisa também utilizou a ferramenta de avaliação do PCM, as respostas provenientes de um formulário entregue aos participantes de cada oficina, sempre ao final das aulas, sem necessidade de identificação nominal nas fichas.

⁵⁰ LOBO, Thereza. Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998. p. 75-84. (TREVISAN; VAN BELLEN, 2008).

O questionário apresentava onze questões objetivas que mensuravam o nível de satisfação do aluno em diferentes aspectos do curso, com quatro níveis de avaliação, sendo eles: ótimo (O); bom (B); razoável (R) e fraco (F). As questões apresentadas no formulário se apresentavam da seguinte forma:

DESEMPENHO DO INSTRUTOR					
1	Demonstrou domínio dos conteúdos abordados: conceitual e prático.	O	B	R	F
2	Utilizou metodologia adequada aos conteúdos abordados.	O	B	R	F
3	Foi claro na apresentação dos conteúdos.	O	B	R	F
4	Relacionou os conteúdos apresentados à realidade dos participantes.	O	B	R	F
AVALIAÇÃO DO CURSO					
5	Os objetivos específicos do curso foram atingidos.	O	B	R	F
6	<u>Os conteúdos abordados têm aplicabilidade no seu trabalho.</u>	<u>O</u>	<u>B</u>	<u>R</u>	<u>F</u>
7	A carga horária programada para cada atividade foi suficiente.	O	B	R	F
8	Os textos distribuídos foram satisfatórios.	O	B	R	F
9	As instalações físicas foram adequadas.	O	B	R	F
DESEMPENHO DO PARTICIPANTE					
10	Particpei efetivamente das atividades desenvolvidas no curso.	O	B	R	F
11	Sinto-me em condições de aplicar os conhecimentos adquiridos.	O	B	R	F

Quadro 6 - Recorte do formulário de avaliação do PCM
Fonte: Fundação Catarinense de Cultura

Este apanhado de perguntas possibilita diferentes formatos de avaliação, seja dos ministrantes, da infraestrutura, da coordenação dos cursos ou até mesmo dos participantes. No entanto, esta pesquisa focou a análise sobre a aplicabilidade de cada oficina à realidade dos alunos, contemplada na **questão 6** do questionário, por compreender que um dos principais objetivos, propostos na gênese do projeto, seria de proporcionar metodologias de práticas de trabalho aplicáveis à realidade do público-alvo das capacitações.

O mesmo formulário também dispunha de uma questão que estimulava a avaliação de forma dissertativa, solicitando ao participante que expressasse suas críticas sobre a oficina e sugestões para os demais módulos, numa tentativa de aprofundar o nível de julgamento sobre os módulos desenvolvidos. Os formulários não exigiam a identificação do participante e nem limitavam a extensão da avaliação dissertativa.

Dando início à apresentação dos dados coletados cabe destacar que dos 193 museus aderidos à rede do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina, 155, ou 80 por cento do total, participaram (por meio de seus profissionais) em algum dos módulos do programa. Porém, destes, 48 museus, ou 30 por cento, foram partícipes de todos os módulos ofertados. Ou seja, menos da metade dos museus participantes concluíram a formação. Abaixo segue a relação dos 48 museus que participaram de todos os módulos do Programa de Capacitação Museológica.

Nº	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	NATUREZA ADMINISTRATIVA
1	Casa da Memória da Escola nº 1	Blumenau	Pública Municipal
2	Casa da Memória de Piratuba	Piratuba	Pública Municipal
3	Casa da Memória de São Carlos	São Carlos	Pública Municipal
4	Casa de Campo do Governador Hercílio Luz	Rancho Queimado	Pública Estadual
5	Casa do Poeta Lindolf Bell	Timbó	Pública Municipal
6	Centro de Documentação - Casa da Memória	Florianópolis	Pública Municipal
7	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – CEOM	Chapecó	Privada
8	Instituto do Bordado	Blumenau	Privada
9	Memorial Casa do Agente Ferroviário Mario Ghisi	Criciúma	Pública Municipal
10	Memorial Nereu Ramos	Lages	Pública Municipal
11	Memorial Paulo de Siqueira	Chapecó	Pública Municipal
12	Museu Almiro Theobaldo Muller	Itapiranga	Pública Municipal
13	Museu Antônio Selistre de Campos	Chapecó	Pública Municipal
14	Museu ao Ar Livre Princesa Isabel - MALO	Orleans	Mista
15	Museu Arqueológico Nossa Senhora dos Navegantes	Balneário Rincão	Pública Municipal
16	Museu Casa do Agente Ferroviário	Içara	Pública Municipal
17	Museu da Colonização de Chapecó	Chapecó	Pública Municipal
18	Museu da Família Colonial – MFC	Blumenau	Pública Municipal
19	Museu da Infância	Criciúma	Privada

20	Museu da Madeira	Rio do Sul	Privada
21	Museu da Música	Timbó	Pública Municipal
22	Museu da Terra e da Vida – UnC	Mafra	Mista
23	Museu de Arte de Blumenau – MAB	Blumenau	Pública Municipal
24	Museu de Arte de Joinville	Joinville	Pública Municipal
25	Museu de Artes Willy Alfredo Zumblick	Tubarão	Pública Municipal
26	Museu de Hábitos e Costumes – MHC	Blumenau	Pública Municipal
27	Museu de História e Arte de Chapecó - MHAC	Chapecó	Pública Municipal
28	Museu de Zoologia Prof. ^a Morgana Cirimbelli Gaidzinski - UNESC	Criciúma	Privada
29	Museu do Instituto Federal Catarinense – Campus Sombrio	Santa Rosa do Sul	Pública Federal
30	Museu do Vinho Mário de Pellegrin	Videira	Pública Municipal
31	Museu dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau - MCCTB	Blumenau	Privada
32	Museu Etno-Arqueológico de Itajaí	Itajaí	Pública Municipal
33	Museu Ferroviário	Lages	Pública Federal
34	Museu Ferroviário de Tubarão – MFT	Tubarão	Privada
35	Museu Frei Miguel	Luzerna	Pública Municipal
36	Museu Hering - MH	Blumenau	Privada
37	Museu Histórico de Itajaí	Itajaí	Pública Municipal
38	Museu Histórico de Pinhalzinho	Pinhalzinho	Pública Municipal
39	Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim	Brusque	Privada
40	Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado - MHARC	Caçador	Pública Municipal
41	Museu Histórico e Geográfico Augusto Casagrande - MAC	Criciúma	Pública Municipal
42	Museu Histórico Municipal Dr. Felipe Maria Wolff	São Bento do Sul	Pública Municipal
43	Museu Histórico Thiago de Castro – MTC	Lages	Pública Municipal
44	Museu Municipal Carlos Lampe – MMCL	Rio Negrinho	Pública Municipal
45	Museu Municipal Padre Fernando	Maravilha	Pública Municipal

46	Museu Nacional de Imigração e Colonização – MNIC	Joinville	Pública Municipal
47	Museu Sacro da Capela Menino Deus	Florianópolis	Privada
48	Museu Wolfgang Weege - Parque Malwee	Jaraguá do Sul	Privada

Quadro 7 - Relação das instituições participantes de todos os módulos do PCM

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

O gráfico a seguir ilustra o comparativo dos museus participantes de algum dos módulos do Programa de Capacitação Museológica em relação aos museus aderidos à rede do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina, ambos segmentados por região museológica.

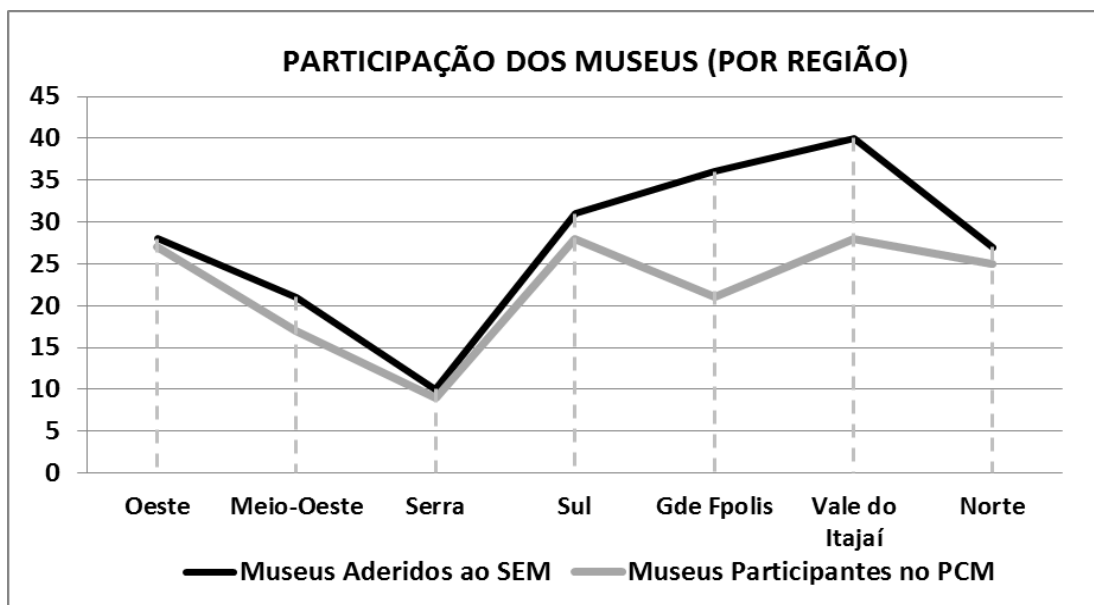


Gráfico 2 - Participação dos museus no PCM divididos por região museológica

Fonte: Elaborado pelo pesquisador

Este gráfico ilustra que a maior parte dos museus participantes do programa procede das regiões Sul e Vale do Itajaí (28 instituições por região). Porém, proporcionalmente as regiões Oeste, Serra e Norte foram as que tiveram maior participação em algum dos módulos ofertados. A região Oeste, com 27 museus participantes, de um total de 28 aderidos; a Serra com 9 museus participantes de um total de 10 aderidos e por fim, a região Norte com 25 museus participantes de um total de 27.

Ao contrário dos museus da Grande Florianópolis que, da sua totalidade, pouco mais da metade (21 de um total de 36) frequentaram alguma das oficinas. Vale ressaltar que a região metropolitana da capital catarinense conta com um curso de graduação em Museologia, ofertado pela Universidade Federal de Santa Catarina, além de outras formações, cursos e opções de consultas técnicas, em sua maioria, gratuitas e com grande número de vagas disponíveis. Talvez essa oferta em alta escala possa justificar a baixa adesão dessa região aos módulos do Programa de Capacitação Museológica, tendo em vista que o PCM possuía uma estrutura de programação mais rígida e concentrada.

No âmbito da participação dos museus por módulo é perceptível a preferências dos profissionais por oficinas de cunho mais tecnicista, e que possibilitem a resolução pontual de determinada dificuldade técnica por parte da instituição. Oficinas que se debruçaram a discutir e trazer cases de gestão e informações sobre legislação vigente para a área (módulo 1) e alternativas de financiamento e fomento para as atividades técnicas dos museus (módulo 3) não tiveram tanta frequência, conforme demonstra o gráfico seguinte:

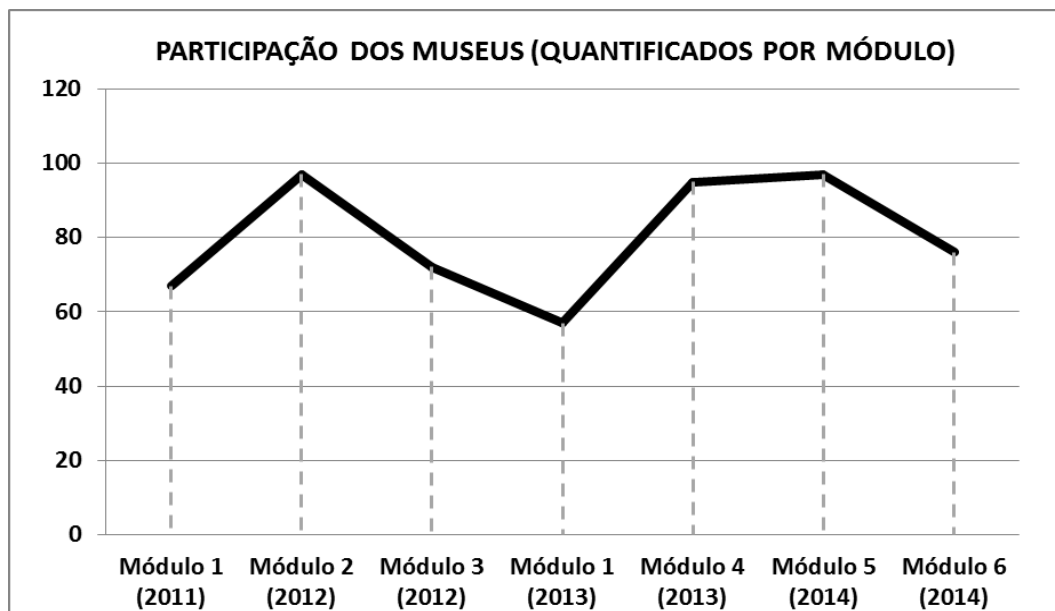


Gráfico 3 - Participação dos museus nos módulos do PCM

Fonte: Mensurado e elaborado pelo pesquisador

Os módulos que trabalharam questões relacionadas à documentação e gestão de acervos museológicos (módulo 2) e comunicação, curadoria e exposições (módulo 5) tiveram a expressiva participação de 97 museus cada, seguidos pelos

módulos 4 e 6 que abordavam práticas que tangenciam a conservação de acervos e à ação educativa e acessibilidade em museus, respectivamente.

Não há, ainda, a compreensão de certa parcela dos técnicos de museus de que é por meio da gestão, do planejamento e do financiamento que as atividades técnicas da cadeia operatória dos museus (preservação, pesquisa e comunicação) são mais bem efetivadas.

Quando a análise foca os museus que participaram de todos os módulos fica perceptível a adesão maior das regiões Sul e Vale do Itajaí, acompanhados de perto pela região Oeste, com 10, 13 e 9 museus respectivamente (ver gráfico abaixo), no processo de formação continuada. Uma das possibilidades desse resultado é alto grau de articulação destas regiões e conseqüentemente de seus museus, denotada também na participação dos representantes regionais junto ao Comitê Gestor do SEM/SC. Seus representantes possuem forte comunicação junto aos seus pares e atuam no sentido de capilarizar regionalmente as discussões e resoluções deste colegiado.

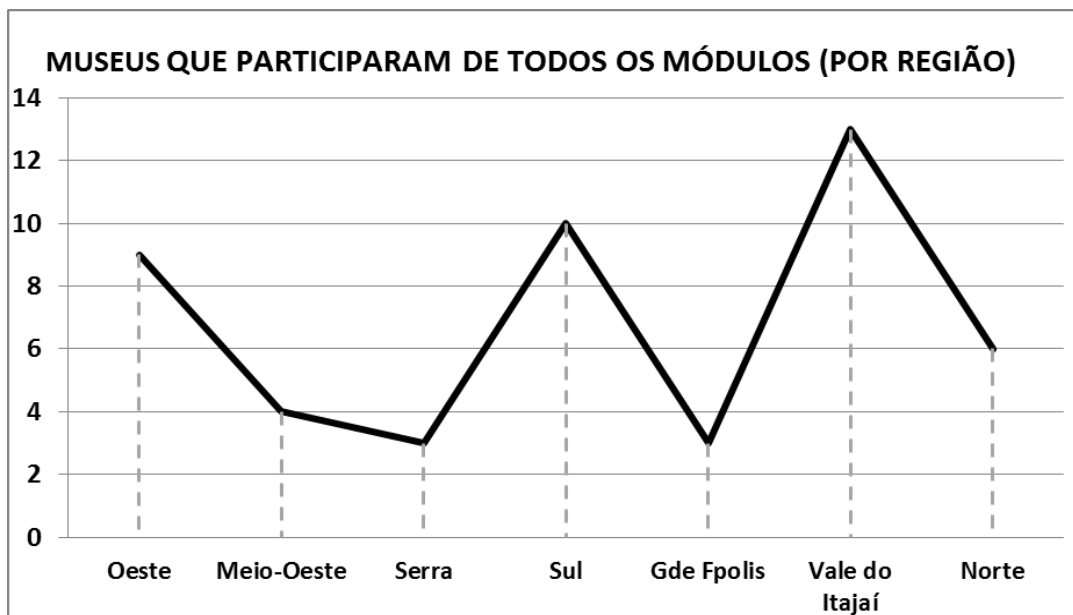


Gráfico 4 - Participação dos museus em todos os módulos do PCM
Fonte: Mensurado e elaborado pelo pesquisador

Também ressalta no gráfico a participação diminuta dos museus da região da Grande Florianópolis, sendo que apenas 3 deles foram partícipes dos seis módulos executados. Além do acesso mais facilitado a outras formas de capacitação, pesa

também que esta é a região que apresenta a menor capacidade de articulação entre os membros do seu grupo, por conta de um processo histórico de isolamento das instituições desta região.

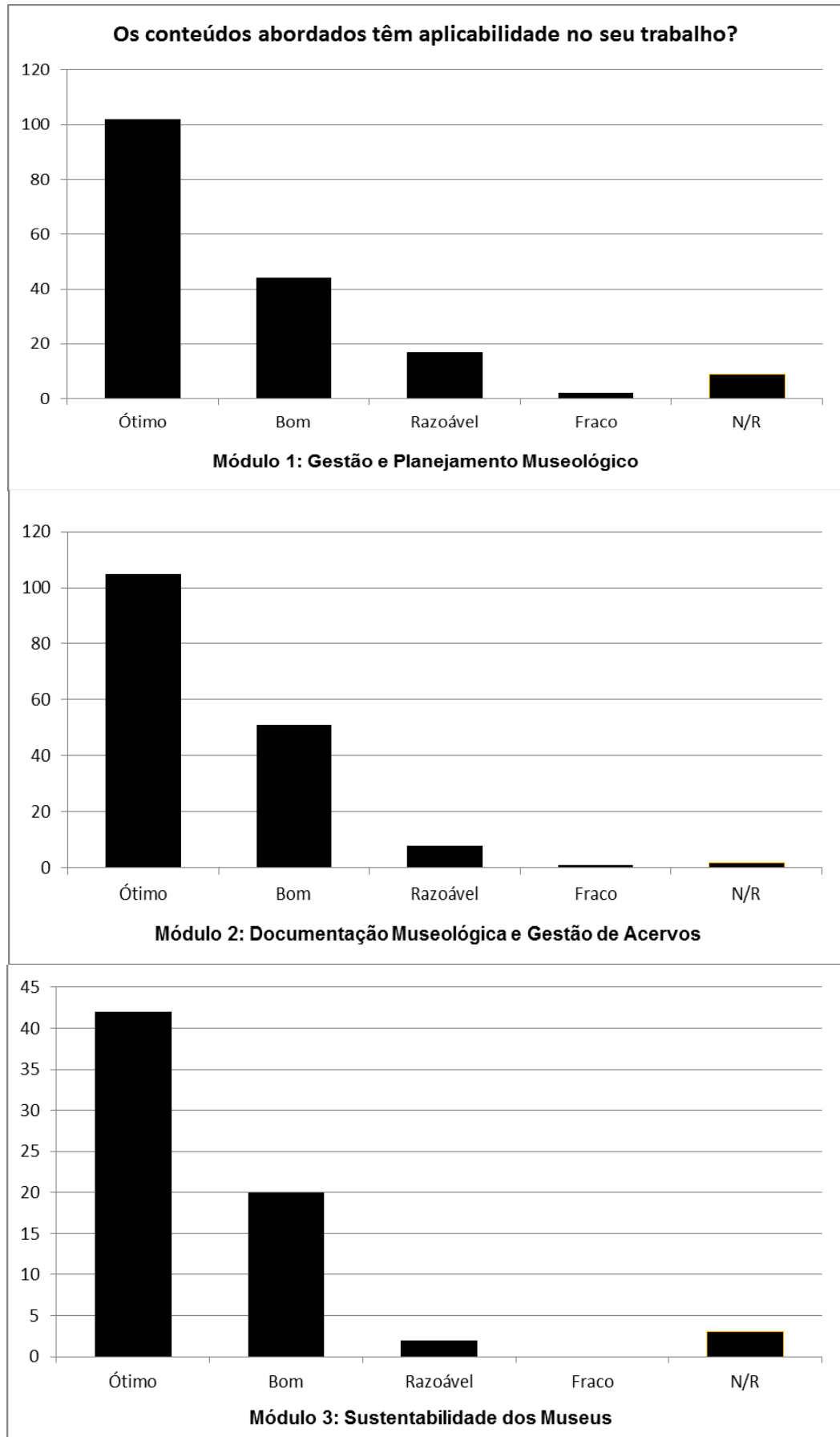
Nesta perspectiva, é importante denotar e considerar a importância da sociedade civil na promoção de determinada política pública, pois não é necessariamente uma política promovida por um governo, uma vez que “ultrapassa os limites da pasta de cultura do governo e envolve (ou deveria envolver) o setor privado e a sociedade civil (terceiro setor, universidades, centros de debate), amalgamando as perspectivas de diferentes atores sociais.” (REIS, 2007, p. 140).

Avançando na análise, uma questão que chama atenção, quando se verifica as respostas apresentadas nos formulários de avaliação, é aquela que tange sobre a aplicabilidade dos conteúdos das oficinas diante da realidade (muitas vezes desafiadora) do participante e da instituição de sua atuação profissional - que por vezes encontra uma estrutura de apoio técnico rasa e deficiente, diante das normatizações e exigências legais impostas ao campo museal brasileiro. Essa distância entre uma prática ideal e a real se apresenta como um dos principais desafios a ser superado, especialmente para os museus de pequeno porte, localizados em municípios distantes dos grandes centros urbanos.

Os gráficos a seguir trazem a mensuração da questão, criando distinções por módulos e o resultado que se identifica pode ser considerado positivo, pois com exceção do módulo 4, os demais alcançaram a classificação máxima (ótima) dada pela maioria de seus participantes.

Este era um dos preceitos estabelecidos na concepção do projeto: a abordagem de temas e práticas relacionadas aos desafios encontrados no dia-dia dos profissionais de museus.

A sequência de gráficos a seguir ilustra a avaliação dos frequentadores dos cursos quanto à questão levantada (número de participantes versus avaliação).



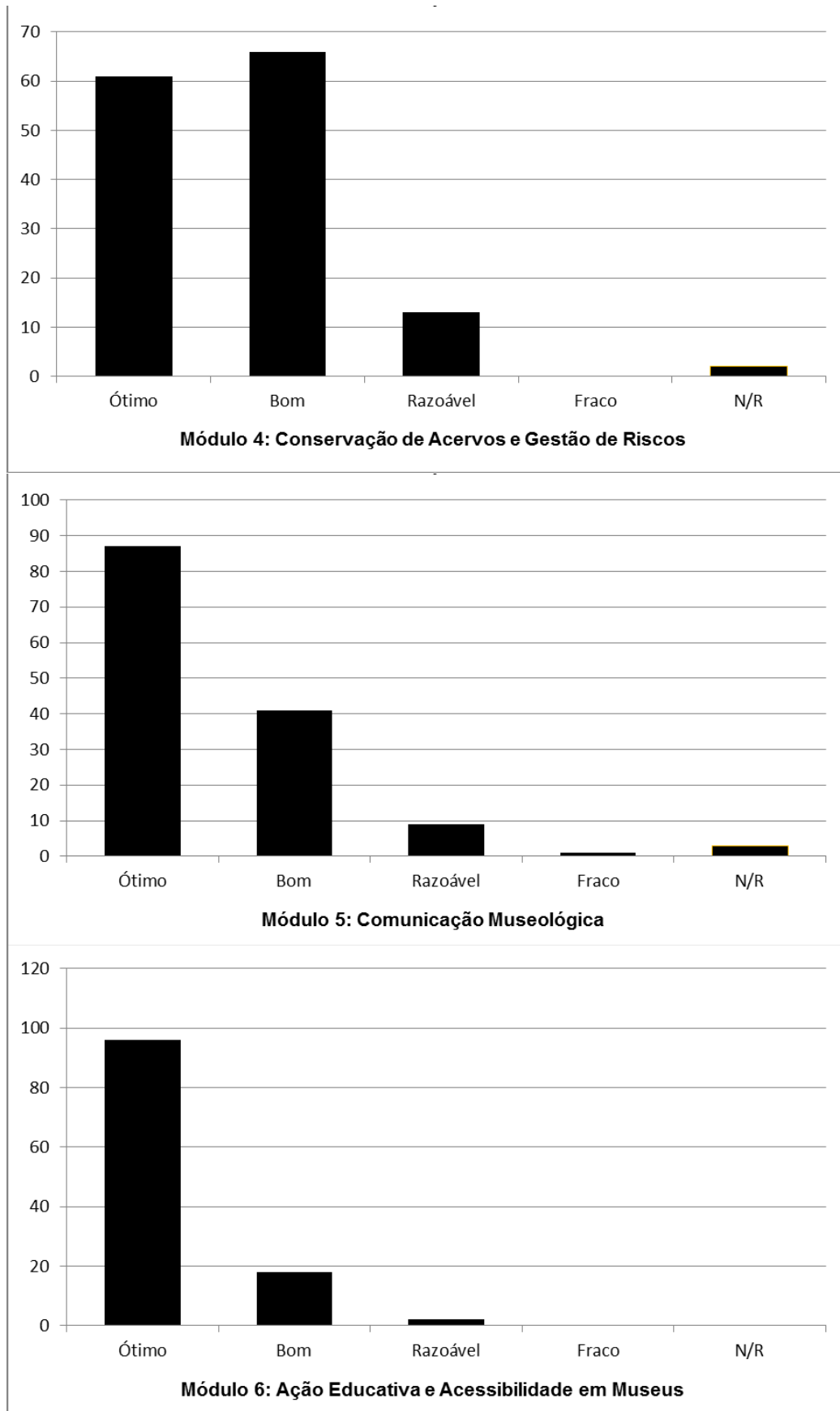


Gráfico 5 - Sequência das avaliações sobre a aplicabilidade das oficinas
 Fonte: Elaborado pelo pesquisador com informações cedidas pela FCC

O monitoramento das políticas públicas é limitado se levarmos em consideração apenas os montantes de gastos, os recursos humanos, os indicadores de esforço público, outputs, a realização de metas e objetivos, a medida de custos, a construção de índices sociais etc. As interações e os conflitos cognitivos fazem parte de toda realidade social estruturada, inclusive das políticas públicas, que se referem a estruturas sociais que constroem, produzem e negociam significações (SILVA, 2013, p. 94)

Foi ponto pacífico dessa pesquisa, desde o seu início, de que seria necessário ir além das respostas objetivas, que exigiam pouco raciocínio do público-alvo do PCM, para avançar para uma avaliação qualitativa das expectativas e impactos iniciais do Programa na formação dos técnicos participantes.

Já no âmbito das avaliações dissertativas, com inúmeras opiniões, a seleção não foi uma tarefa fácil. Palavras, frases, textos e dissertações. Como e o que escolher? Diante da infinidade de possibilidades de seleção optou-se por fazer um recorte dessas avaliações e eleger as análises que discorreram sobre dois aspectos:

a) a contribuição (ou não) das capacitações para o desenvolvimento do trabalho dos participantes;

b) os aspectos externos que influenciaram no desenvolvimento da oficina.

Nos textos fica evidente o quanto as pessoas ressaltaram a importância de iniciativas relacionadas à formação dos agentes atuantes em museus, como por exemplo, nos trechos abaixo:

Capacitações como essas são sempre muito instrutivas e a troca de experiências entre os participantes e suas realidades também, por isso seria ótimo ter novas oficinas após o término desse programa (MÓDULO 1).

Foi muito construtivo todos os temas abordados, pois irão contribuir para o início da documentação e registro, assim como quando houver a abordagem dos temas de conservação. Aproveito para solicitar que hajam (sic) mais oficinas temáticas, pois temos necessidades destas capacitações (MÓDULO 2).

Considero a capacitação extremamente importante para formação dos agentes culturais ligados ao museu, pois traz conteúdos na prática e nas vivências. Portanto, o curso deveria ter uma carga horária maior (MÓDULO 3).

Estamos longe de chegar onde queremos, mas o esforço de vocês é merecedor de respeito e apesar de todas as nossas limitações, todas

as informações passadas foram ótimas. Vocês nos deram o suporte e a esperança de que podemos conseguir! Obrigada (MÓDULO 4).

É de suma importância a capacitação que foi oferecida, porém sugiro que elas não sejam realizadas nos últimos meses do ano, pois dificulta nossa liberação para concessão de diárias na prefeitura (MÓDULO 3).

Infelizmente não tive acesso aos cursos anteriores, provavelmente tenha sido a primeira pessoa do meu município a fazer a capacitação museológica. Com certeza o conhecimento apreendido será multiplicado com meus pares da cultura e educação. Continuem com essa dedicação (MÓDULO 6).

A análise evidencia o interesse dos técnicos com a formação que foi desenvolvida pelo PCM. Por outro lado, remete a reflexões sobre as implicações que um programa desta natureza - concentrado, e continuado traz para a qualidade da formação técnica. Este é um cuidado que deve orientar as decisões e ações do programa, sendo necessário pensar estratégias de ensino que contemplem as condições reais de trabalho dos participantes.

Surgiram nos formulários críticas que denotam a necessidade de revisão quanto à metodologia e aplicabilidade dos cursos. Um ponto que desperta a atenção foi a escolha de algumas cidades que sediaram os encontros, especialmente no que tange aos Módulos 1, 2 e 3 (2011 e 2012). Era consenso entre a equipe do SEM/SC a opção por cidades menores, e assim destacar ainda mais a interiorização do referido programa. No entanto, fica claro na avaliação, que isso dificultou o acesso de alguns interessados.

O curso deveria ser realizado em local que contempla vários municípios com uma boa estrutura de acesso para receber os profissionais. Tive dificuldade de encontrar horários de ônibus que coincidisse com os horários do curso (MÓDULO 3).

Sempre pensar em polos de fácil acesso aos participantes e que as oficinas sejam dadas continuamente (MÓDULO 2)

Ao mesmo tempo em que a iniciativa também recebeu elogios, porém em número menor:

O SEM/SC é a presença mais concreta da FCC no interior do estado. Os outros setores da Fundação deveriam buscar ações semelhantes e oferecer suporte aos municípios menores (MÓDULO 2).

Percebendo essa dificuldade de ingresso a locais remotos, a partir do Módulo 4, optou-se por concentrar as oficinas em cidades maiores (polos regionais) que poderiam oferecer melhor infraestrutura (acesso, hospedagem e alimentação). A partir de então as críticas relacionadas a este tema cessaram.

Outro aspecto percebido nos formulários foi o político. Como já informado a maior parte dos museus catarinenses estão vinculados à estrutura administrativa pública municipal, o que torna as instituições museológicas, muitas vezes, suscetíveis a oscilações que prejudicam a continuidade das ações museológicas.

Realmente na prática não funciona, pois existe a tal política, onde eles veem que a cultura não traz votos. Isso muito me entristece (MÓDULO 5).

Nossos gestores deveriam participar dessas oficinas. Seria importante para que as autoridades percebessem suas responsabilidades com o patrimônio cultural e não deixassem nosso museu relegado ao descaso (MÓDULO 2).

Era de conhecimento do SEM/SC que uma parcela dos técnicos de museus já detinha conhecimento mais avançado sobre a museologia aplicada e que, portanto, os módulos não iriam corresponder a expectativa deste público; ávido por oportunidades que possibilitassem o aprofundamento de suas noções. E isso também apareceu nas avaliações:

No descritivo do curso e ficha de inscrição deixar claro o público alvo e nível de conhecimento exigido do participante. Talvez o curso seja muito elementar para alguns participantes (MÓDULO 1).

Um grande número de depoimentos requereu aumento na carga horária dos módulos, pois consideravam insuficientes as 16 horas disponibilizadas para aliar teoria e prática na metodologia das oficinas.

Muito bom, super importante os conceitos abordados. Todos podem ser adaptados para minha realidade de trabalho, porém com limitações específicas locais, onde tudo muda de figura. A carga horária poderia ser maior. Obrigada pela iniciativa (MÓDULO 4).

Senti que poderia ter havido mais prática do conteúdo apresentado. Não precisamos de tanta teoria, mas sim soluções rápidas e efetivas para atender nossas necessidades (MÓDULO 2).

Na minha opinião a logística do curso está ótima. Dois dias, o dia inteiro, com visitas aos museus locais. Porém, creio que se tivessem mais partes práticas, ou mesmo, em que houvesse espaço ou atividades que estimulassem as trocas de experiências, nossas bagagens ficariam muito mais enriquecidas (MÓDULO 5)

A temporalidade do programa, estimada em quatro anos, também foi alvo de críticas, pela percepção de que a rotatividade do quadro funcional dos museus ainda é alta. Também foi destacada por alguns participantes o período de realização das oficinas.

Que o SEM sempre venha proporcionando cursos para facilitar o trabalho de preservação do patrimônio cultural nos municípios. Todos os módulos deveriam ser ministrados em dois anos, no máximo (MÓDULO 4).

Este módulo foi ótimo, novamente satisfazendo as expectativas. Gostaria de solicitar maior efetividade nas sequencias dos módulos, 2 a 3 por ano. Senão a formação se estende demais. E para nós é muito útil e importante. Grata (MÓDULO 4).

A data escolhida para realização do curso torna difícil a participação pelo acúmulo de atividades no final do ano (MÓDULO 3).

Por fim fica o registro e anseio dos participantes quanto à continuidade, finalização e aprofundamento do PCM, algo que não foi concretizado.

Ao término dos módulos da capacitação museológica seria muito proveitosa a continuação da oferta de oficinas nesse mesmo sistema de variação de cidades, pois tem sido extremamente útil e gratificante. Ficarei aguardando o último módulo, pois minha cidade precisa aproveitar o fluxo turístico para atrair mais visitantes para os museus (MÓDULO 6)

Acredito que seria bastante importante que o Programa de Capacitação Museológica fosse além do módulo VII, previsto para 2015. As oficinas têm se mostrado relevantes, bem como a troca de experiências com outros profissionais (MÓDULO 5).

Mais capacitações! Que os inscitos tenham acesso a outros módulos e assim possam completar todos os módulos (MÓDULO 3).

Nesta breve análise das avaliações dos participantes do Programa de Capacitação Museológica se percebe como o referido projeto, apesar dos percalços que atingiram o seu cronograma e conseqüentemente a sua interrupção - já nos

estertores de sua finalização, correspondeu à expectativa da maioria de seu público-alvo.

Porém, é recorrente nestas mesmas avaliações, a preocupação dos participantes quanto à perenidade e aprofundamento dessas capacitações – algo que a gestão da FCC, ao longo de sua história ainda não conseguiu romper: os processos viciosos de descontinuidade e personalismo nas suas ações.

3.3 Confrontando dados: os reflexos do PCM para os museus catarinenses

[...] somos todos favoráveis à avaliação, mas nunca consideramos chegado o momento da avaliação. Sempre nos parece preciso prepará-lo mais e melhor; sempre é possível, conseqüentemente, retardar o instante de sua efetivação (SILVA JUNIOR, 1999, p. 10).

Para uma discussão mais aprofundada sobre o impacto do Programa de Capacitação Museológica é preciso, conforme já destacado anteriormente, cruzar informações de forma articulada - propiciando elementos e subsídios para uma avaliação mais precisa e destacando singularidade e aspectos que necessitam de uma reflexão para a continuidade, aprofundamento e por fim a qualificação do público alvo do projeto.

Para tanto, após a apresentação das avaliações dos participantes do PCM no item anterior, cabe agora trazer indicadores oficiais que podem mensurar possíveis reflexos das oficinas para os profissionais de museus e conseqüentemente suas instituições de atuação. Silva (2007) aborda de forma clara a importância da utilização dos indicadores como parte essencial para um processo de avaliação:

É possível conhecer e diagnosticar aspectos da cultura de uma sociedade por meio da produção de informações e estatísticas culturais; e também pela elaboração e aplicação de indicadores culturais, instrumentos capazes de captar informações sobre o processo cultural, sejam no âmbito local, regional ou nacional. Os indicadores são aproximações da realidade que servem de referência para ajudar na compreensão de processos que ocorrem nas mais variadas esferas, não podendo, entretanto, ser considerados como verdades absolutas. Um indicador não é uma estatística pura e sim uma estatística processada com o objetivo de fornecer uma informação específica. Mais do que um dado, é uma ferramenta desenhada a partir de dados que lhe dão sentido

e facilitam a compreensão da informação. Pode ser caracterizado como uma informação sintética que orienta, por exemplo, sobre a situação em que se encontra uma determinada política. Também pode ser visto como ferramenta para estudo de aspectos do passado e/ou do presente, capaz de fornecer elementos para decisões posteriores. É, portanto, uma forma de conhecimento da realidade capaz de orientar políticas, investimentos de recursos, programas, entre outros. Pode também ser considerado como um sinalizador de processos e resultados relativos a uma determinada ação planejada, criado para orientar a observação, o registro e a avaliação de planos, programas e ações (SILVA, 2007, p.5).

Esta pesquisa, portanto, escolheu dois indicadores projetados especificamente para coleta de informações sobre o campo museal brasileiro, sendo eles:

a) Cadastro Nacional de Museus (CNM):

Criado em 2006, o CNM é um dos instrumentos da Política Nacional de Museus, gerenciado pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Formado por uma série de pesquisas periódicas, possui entre seus objetivos o aprofundamento do conhecimento sobre o campo museal, através da coleta, registro e disseminação de informações sobre as instituições museológicas brasileiras. Desde a sua implantação, já mapeou mais de 3,4 mil instituições museológicas em todo o Brasil (IBRAM, 2011).

Seus dados têm sido utilizados para o aprimoramento de políticas públicas, especialmente no âmbito federal, voltadas para o setor museal. Seus indicadores foram também utilizados para a formatação de duas publicações referenciais sobre os museus no Brasil: Guia dos Museus Brasileiros e Museus em Números, ambos publicados em 2011. Até o ano de 2010 o formulário principal estava dividido em 7 áreas, que procuram mapear desde informações administrativas e estruturais até as principais ações desenvolvidas pelos museus, sendo elas: Dados institucionais (1); Acervo (2); Acesso ao público (3); Caracterização física (4); Orçamento (5)⁵¹; Atividades (6); Recursos Humanos (7). As informações nesta pesquisa que se utilizam dos indicadores do CNM foram fornecidas pela Coordenação-Geral de Sistemas de Informação Museal (CGSIM) do IBRAM e tem como data de corte o final do ano de 2010, ou seja, um pouco antes do início da execução do PCM.

b) Cadastro Catarinense de Museus (CCM):

⁵¹ Os indicadores referentes ao campo "Orçamento" não foram disponibilizados pela CGSIM/IBRAM por serem considerados sigilosos e de uso interno da instituição.

Conforme já explicitado anteriormente, o CCM foi projetado em 2013 e executado em 2014 pela Fundação Catarinense de Cultura, por meio do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina, o CCM teve seu desenvolvimento a partir da necessidade de uma maior produção de informações, de forma sistêmica, periódica e mais próxima da realidade do campo museal catarinense. Assim como no âmbito federal é intuito que os indicadores coletados possam qualificar as propostas de políticas públicas para os museus de Santa Catarina.

O questionário foi formatado com 96 perguntas divididas em seis blocos informacionais buscando, assim como o CNM, alcançar um panorama sobre a realidade dos museus. Os seis blocos projetados pelo CCM são: Identificação (1); Informações institucionais (2); Estrutura e funcionalidade (3); Atividades museológicas (4); Informações do responsável pelo preenchimento do cadastro (5); Avaliação (6).

Os dados utilizados para esta pesquisa foram mensurados no início do ano de 2015, portanto meses após a realização do sexto módulo do PCM. Até aquele ano, dos 193 museus aderidos ao SEM/SC, 140 atenderam ao chamado da FCC e responderam o questionário, denotando uma participação de mais de 72% das instituições pertencentes à rede do Sistema Estadual de Museus (RAFAEL; CITTADIN, 2016). Portanto, a apresentação de gráficos a seguir propõe um comparativo de algumas informações dos museus que participaram de todos os seis módulos do PCM, que foram executados, com dados de 2010 (antes) e 2015 (depois) da realização do programa. O confronto destes indicadores permite analisar a qualificação (ou não) dos serviços e estruturação das instituições museológicas a partir de questões selecionadas dos dois cadastrados e que tenham relação direta com a temática, discussões e práticas propostas pelas oficinas do PCM.

Cabe salientar que, dos 48 museus participantes de todos os módulos, 7 deles não responderam ao CNM (2010) e 3 ao CCM (2015). Diante da impossibilidade de mensurar os reflexos do PCM para estes 7 museus, os indicadores a serem apresentados remetem-se a reunião de informações de 41 museus que atenderam aos chamados dos dois questionários. Abaixo segue a listagem dos museus participantes de todos os módulos do Programa de Capacitação Museológica e que possuem indicadores para análises, seguido dos 7 museus que foram eliminados da amostragem pelos motivos supracitados.

Nº	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	RESPONDEU AO CNM (2010)	REPONDEU AO CCM (2015)
1	Casa da Memória da Escola nº 1	Blumenau	Sim	Sim
2	Casa do Poeta Lindolf Bell	Timbó	Sim	Sim
3	Centro de Documentação Casa da Memória	Florianópolis	Sim	Sim
4	Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina –	Chapecó	Sim	Sim
5	Memorial Casa do Agente Ferroviário Mario Ghisi	Criciúma	Sim	Sim
6	Memorial Paulo de Siqueira	Chapecó	Sim	Sim
7	Museu Almiro Theobaldo Muller	Itapiranga	Sim	Sim
8	Museu Antônio Selistre de Campos	Chapecó	Sim	Sim
9	Museu ao Ar Livre Princesa Isabel - MALO	Orleans	Sim	Sim
10	Museu Arqueológico Nossa Senhora dos Navegantes	Balneário Rincão	Sim	Sim
11	Museu Casa do Agente Ferroviário	Içara	Sim	Sim
12	Museu da Colonização de Chapecó	Chapecó	Sim	Sim
13	Museu da Família Colonial	Blumenau	Sim	Sim
14	Museu da Infância	Criciúma	Sim	Sim
15	Museu da Música	Timbó	Sim	Sim
16	Museu da Terra e da Vida	Mafra	Sim	Sim
17	Museu de Arte de Blumenau – MAB	Blumenau	Sim	Sim
18	Museu de Arte de Joinville	Joinville	Sim	Sim
19	Museu de Artes Willy Alfredo Zumblick	Tubarão	Sim	Sim
20	Museu de Hábitos e Costumes – MHC	Blumenau	Sim	Sim
21	Museu de História e Arte de Chapecó - MHAC	Chapecó	Sim	Sim
22	Museu de Zoologia Prof. ^a Morgana Cirimbelli	Criciúma	Sim	Sim
23	Museu do Vinho Mário de Pellegrin	Videira	Sim	Sim
24	Museu dos Clubes de Caça e Tiro de Blumenau -	Blumenau	Sim	Sim
25	Museu Etno-Arqueológico de Itajaí	Itajaí	Sim	Sim
26	Museu Ferroviário	Lages	Sim	Sim
27	Museu Ferroviário de Tubarão – MFT	Tubarão	Sim	Sim
28	Museu Frei Miguel	Luzerna	Sim	Sim

29	Museu Hering - MH	Blumenau	Sim	Sim
30	Museu Histórico de Itajaí	Itajaí	Sim	Sim
31	Museu Histórico de Pinhalzinho	Pinhalzinho	Sim	Sim
32	Museu Histórico do Vale do Itajaí-Mirim	Brusque	Sim	Sim
33	Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado - MHARC	Caçador	Sim	Sim
34	Museu Histórico e Geográfico Augusto	Criciúma	Sim	Sim
35	Museu Histórico Municipal Dr. Felipe Maria Wolff	São Bento do Sul	Sim	Sim
36	Museu Histórico Thiago de Castro – MTC	Lages	Sim	Sim
37	Museu Municipal Carlos Lampe – MMCL	Rio Negrinho	Sim	Sim
38	Museu Municipal Padre Fernando	Maravilha	Sim	Sim
39	Museu Nacional de Imigração e Colonização –	Joinville	Sim	Sim
40	Museu Sacro da Capela Menino Deus	Florianópolis	Sim	Sim
41	Museu Wolfgang Weege - Parque Malwee	Jaraguá do Sul	Sim	Sim

Quadro 8 - Relação das instituições participantes de todos os módulos do PCM e respondentes do CNM e CCM

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com informações cedidas pelo IBRAM e FCC

Nº	INSTITUIÇÃO	MUNICÍPIO	RESPONDEU AO CNM (2010)	REPONDEU AO CCM (2015)
01	Casa da Memória de Piratuba	Piratuba	Não	Sim
02	Casa da Memória de São Carlos	São Carlos	Não	Não
03	Casa de Campo do Governador Hercílio Luz	Rancho Queimado	Sim	Não
04	Instituto do Bordado	Blumenau	Não	Não
05	Memorial Nereu Ramos	Lages	Não	Sim
06	Museu da Madeira	Rio do Sul	Não	Sim
07	Museu do Instituto Federal Catarinense – Campus Sombrio	Santa Rosa do Sul	Não	Sim

Quadro 9 - Relação das instituições participantes de todos os módulos do PCM, porém não respondentes do CNM e/ou CCM

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com informações cedidas pelo IBRAM e FCC

As primeiras informações apresentadas por esta parte da pesquisa tangenciam o campo da gestão museológica correlacionam-se com o **Módulo 1 do PCM, “Gestão e Planejamento Museológico”**, considerada pelo SEM/SC, como uma oficina introdutória e basilar para os demais módulos, de apresentação das demais oficinas do programa, com abordagens de assuntos que permeiam os processos museológicos e que aprofundava discussões teóricas e práticas sobre o campo da gestão museológica.

Como um dos desafios atuais, a gestão é um processo imprescindível para a qualificação das instituições museológicas. É por meio dela que tais instituições implementam sua missão, visando ao cumprimento de seus objetivos. Ou, ainda, como aponta a professora Manuelina Duarte Cândido sobre a relação intrínseca entre gestão e qualificação dos museus:

No que tange à gestão, o desafio já começa com a difícil definição de contornos entre o que é ou não um museu, e mais ainda sobre o que é um bom museu: um ideal de qualidade em museus também não é algo que possa ser definido no singular, e é mais factível pensar em metas de qualificação institucional estabelecidas por cada museu para alcançar determinados prazos (CÂNDIDO, 2014, p.51).

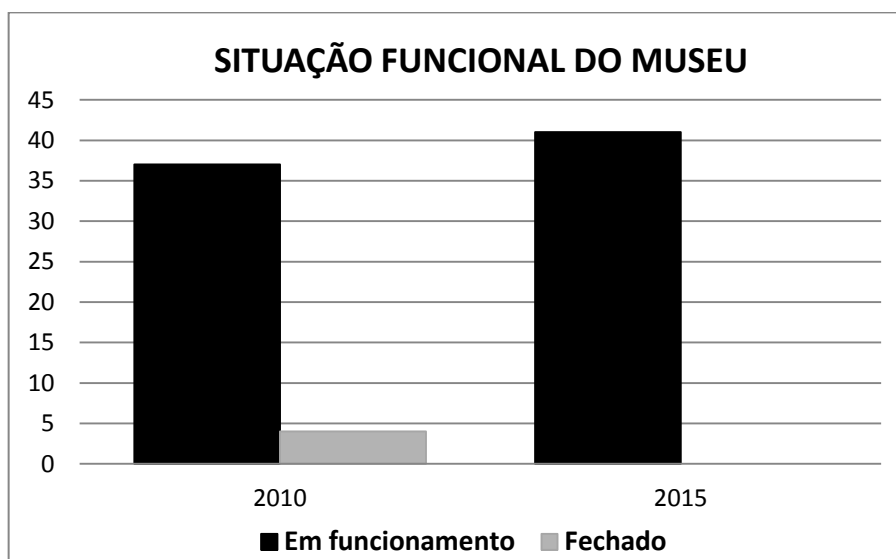


Gráfico 6 - Situação funcional da instituição

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações coletadas no CNM e CCM

Em 2010, dos 41 museus analisados, 4 deles (ou 10% aproximadamente) estavam fechados ao público externo e com suas atividades técnicas paralisadas,

por motivos variados (falta de orçamento, escassez de corpo técnico ou problemas estruturais na edificação que abriga a instituição). Cinco anos depois não havia nenhuma instituição inativa, com todas elas desenvolvendo atividades regulares.

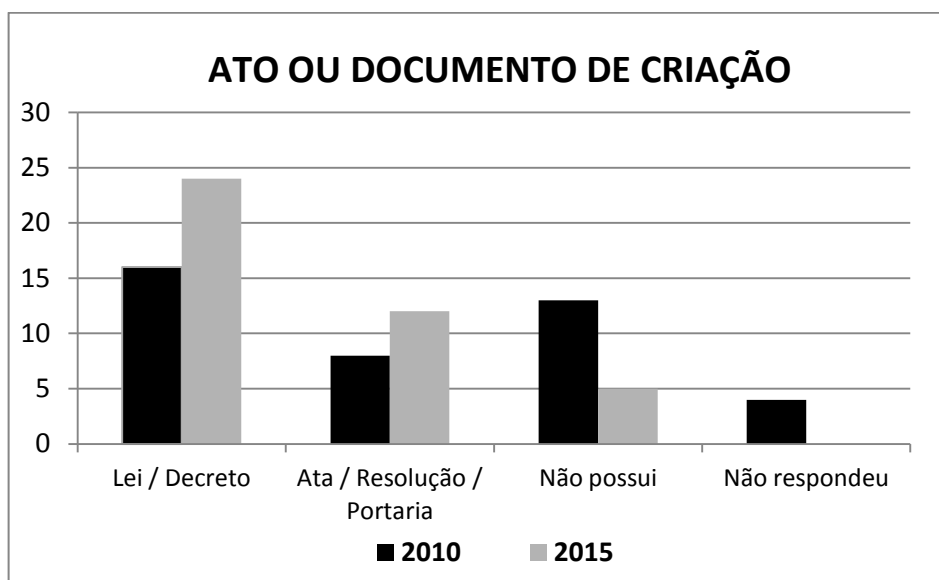


Gráfico 7 - Documentação jurídica de existência da instituição

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações coletadas no CNM e CCM

Uma instituição museológica, seja ela pública ou privada, deve ser criada e regida por documentos basilares que atendam as regras legais existentes. O não registro impossibilita qualquer ação externa, como participação em mecanismos públicos de fomento e financiamento, recebimento e regulamentação de doação de acervos, emissão de alvarás e certidões, dentre outras ações, além de estarem sujeitas a imputações e penalizações judiciais.

Contudo, apesar de ser uma condicionante básica para a existência legal de um museu, o quadro apresentado pelo CNM em 2010 era alarmante: 14 museus (mais de 34% do total) não tinham nenhuma documentação que comprovasse a criação / existência da instituição e 4 (quase 10%) não haviam respondido esta questão. As informações de 2015 denotam um panorama diferente, com a redução para 5 museus (ou 12%) que ainda não conseguiram regularizar sua situação jurídica. As demais (36) estavam legalizadas por meio de uma legislação de criação (24) ou instrumentos normativos (12).

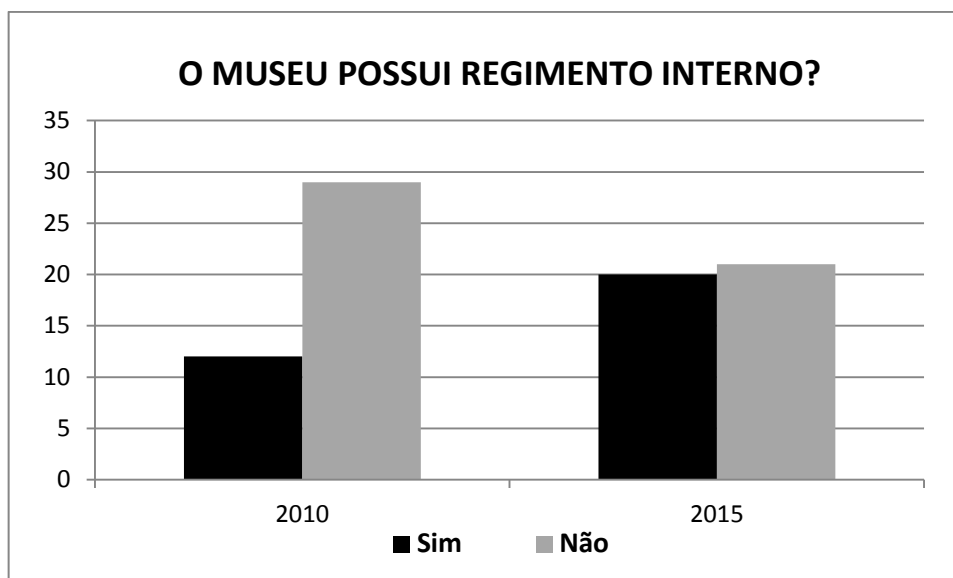


Gráfico 8 - Existência de regimento interno da instituição

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações coletadas no CNM e CCM

Outro documento basilar considerado de suma importância para a gestão de qualquer instituição é o regimento interno, que se caracteriza por um conjunto de regras estabelecidas com o objetivo de regulamentar as atividades e funcionamento do estabelecimento em questão. Nesse documento devem constar, ainda, as especificações das funções de cada um dos setores e/ou departamentos, bem como da direção e dos conselhos vinculados à instituição.

Em 2010 apenas 12 museus, que correspondem a pouco mais de 29% do quadro total, possuíam seu regulamento em exercício, versus 29 (mais de 70%) que ainda não possuíam. Quase cinco anos depois, apesar da diminuição do índice, o número de instituições sem regimento interno ainda é considerável (21 museus ou 51%) contra 20 (em torno de 49%) que já detinham essa ferramenta de gestão.

Uma das premissas da Lei Federal 11.904/2009, mais conhecida como Estatuto de Museus, consiste na exigência para que todas as instituições museológicas tenham um planejamento museológico elaborado, aplicado e divulgado. Segundo a referida legislação, o plano museológico é

compreendido como ferramenta básica de planejamento estratégico, de sentido global e integrador, indispensável para a identificação da vocação da instituição museológica para a definição, o ordenamento e a priorização dos objetivos e das ações de cada uma de suas

áreas de funcionamento, bem como fundamenta a criação ou a fusão de museus, constituindo instrumento fundamental para a sistematização do trabalho interno e para a atuação dos museus na sociedade (BRASIL, 2009).

Ainda de acordo com o Decreto Federal 8.124/2013, que regulamenta o Estatuto de Museus, tal documento deverá abranger obrigatoriamente o diagnóstico e formatação de 11 programas que abarcam o funcionamento de um museu, sendo eles: Institucional; Gestão de Pessoas; Acervos; Exposições; Educativo e Cultural; Pesquisa; Arquitetônico-urbanístico; Segurança; Financiamento e Fomento; Comunicação e Socioambiental. Conforme o professor Cícero Antônio de Almeida (2013) explicita, seus pontos fundamentais são:

1. Possibilitar o equilíbrio e a estabilidade na gestão do museu, independentemente de sua direção e de seu corpo de trabalhadores;
2. Implantar uma estrutura básica de funcionamento dentro da qual podem ser tomadas decisões estratégicas;
3. Assegurar a salvaguarda do acervo;
4. Tornar clara a missão e as ações do museu tanto para funcionários quanto para o público;
5. Definir com clareza as ações coletivas e individuais no interior do museu, estabelecendo as responsabilidades de cada área de trabalho;
6. Propiciar o uso mais eficaz dos recursos;
7. Pensar no museu como um organismo complexo e interdependente, a partir dos princípios estabelecidos no Estatuto de Museus e demais documentos normativos, e na importância de estabelecer um equilíbrio entre as suas partes;
8. Identificar situações emergenciais ou de risco iminente;
9. Levantar em consideração a capacidade de solução dos problemas, através dos recursos de pessoal e orçamentários disponíveis;
10. Preparar o museu para novas realidades (ALMEIDA, 2013, p. 29-30).

Avançando para o próximo gráfico é possível identificar que, reside aí, um dos principais desafios para os museus e para os órgãos formuladores de políticas públicas. Apesar do número de instituições que possuem o Plano Museológico ter dobrado (de 5 para 10 museus), este número ainda é considerado muito aquém do desejável, tendo em vista que a legislação que impõe tal normativa é do ano de 2009 e que, além do não atendimento às exigências legais para seu funcionamento, este índice também denota a vulnerabilidade, no âmbito administrativo, operacional e técnico, da maioria das instituições, que ainda não avançaram na elaboração de seu planejamento.

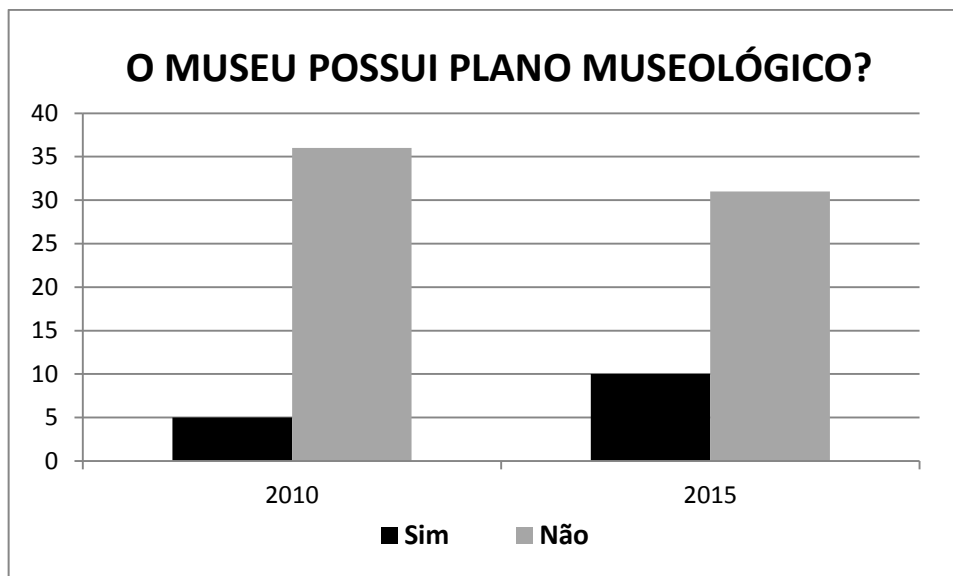


Gráfico 9 - Existência de plano museológico da instituição

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações coletadas no CNM e CCM

Também vale ponderar que um dos fatores possíveis para a dificuldade no crescimento deste índice recai sobre a exigência do plano museológico ser coordenado por um museólogo, consonante com a legislação que regulamenta a atuação deste profissional (Lei Federal 7.287/1984), aliado a existência de poucos profissionais com esta habilitação em Santa Catarina.⁵²

Fruto de avanços teóricos e práticos, especialmente a partir da Mesa Redonda de Santiago (1972, Chile), e aprofundada nas décadas de 1980 e 1990, a redefinição da função social do museu e sua atuação em consonância com a comunidade de seu entorno também foi tema do Módulo 1, com o objetivo de destacar o papel crítico e transformador dos museus na sociedade. Retomando os preceitos da Nova Museologia, Maria Helena Martins aponta:

a Nova Museologia deve partir do público, ou seja, de dois tipos de usuários: a sociedade e o indivíduo. Em lugar de estar a serviço dos objetos, o museu deveria estar a serviço dos homens. Em vez do museu “de alguma coisa”, o museu “para alguma coisa”: para a educação, a identificação, a confrontação, a conscientização, enfim, museu para uma comunidade, função dessa mesma comunidade. (MARTINS, 1999, p. 39)

⁵² Segundo o Conselho Regional de Museologia – 5ª Região PR/SC, no ano de 2016, 62 museólogos estavam registrados e habilitados a exercer sua função nos estados de Santa Catarina e no Paraná.

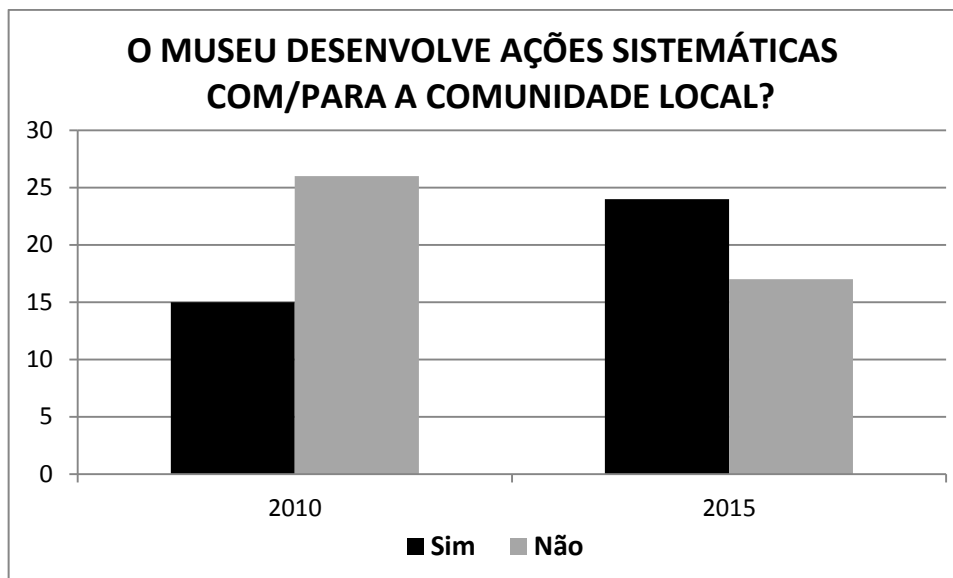


Gráfico 10 - Atividades integradas com a comunidade externa

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações coletadas no CNM e CCM

Portanto, esta pesquisa compreende que uma das questões essenciais para análise dos reflexos do PCM é a atuação das instituições museológicas junto à sua comunidade. Dos 41 museus analisados, 26 (em torno de 63%) responderam em 2010 que não desenvolviam ações contínuas que envolvessem a participação da comunidade, seja no planejamento ou na recepção das ações culturais desenvolvidas pela instituição. Considera-se um índice preocupante e que vai contra ao pensamento museológico estabelecido há mais de 40 anos sobre a relação museu x comunidade. Posteriormente, anos depois, os indicadores praticamente se inverteram, com 24 museus (mais de 58%) que reconheciam sua atuação próxima da sociedade que o circunda.

Progredindo nas análises e reflexões sobre reverberações do Programa de Capacitação Museológica para o campo museal catarinense, a pesquisa avança para as questões que são relacionadas ao **Módulo 2 do PCM – Documentação Museológica e Gestão de Acervos**.

Uma das premissas básicas para o gerenciamento das coleções pertencentes ao acervo de um museu é a sua correta documentação. Esta é uma etapa que visa o registro e processamento de informações dos objetos incorporados ao acervo do museu: vai do levantamento e identificação geral do acervo até a análise individual

de cada peça e avançando até a informatização desses dados. Segundo Padilha (2014, p. 38):

A documentação cuidadosa do acervo é uma ação determinante para todas as atividades desenvolvidas no museu. Por intermédio dela é que se estabelecem os caminhos para a utilização do acervo, seja por meio de exposições, publicações, ações educativas, atividades administrativas, interoperabilidade institucional ou de apoio para pesquisas internas e externas ao museu. Nesse contexto, serão destacados os passos para o tratamento documental, que devem ser realizados desde o momento em que o museu adquire o objeto e/ou a coleção até o seu processo de interpretação e organização.

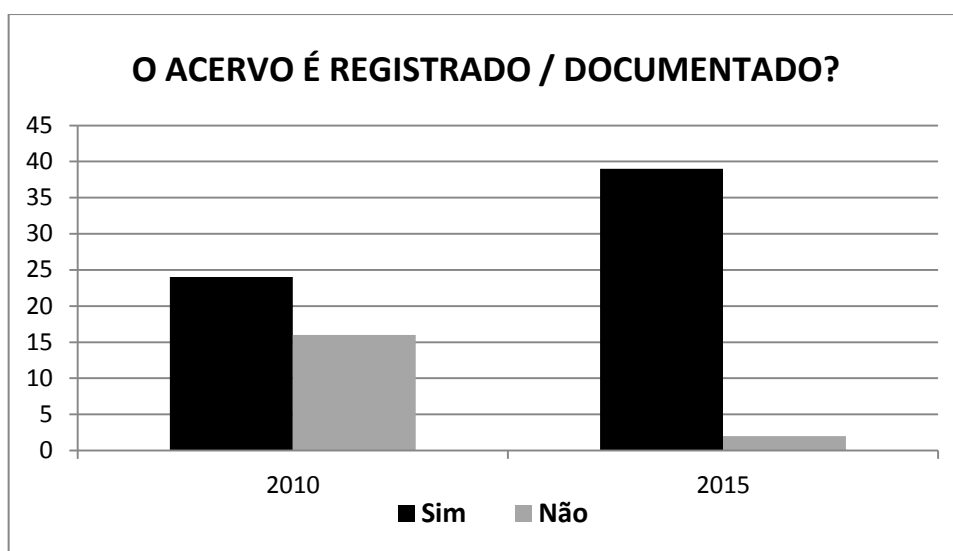


Gráfico 11 - Registro do acervo museológico na instituição

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações coletadas no CNM e CCM

Antes da execução do Programa de Capacitação Museológica e de acordo com o gráfico 11, um índice de 24 museus, ou pouco mais de 58%, mantinham algum tipo de gerenciamento de seu acervo (arrolamento, inventário, catalogação, tombamento e/ou inclusão dessas informações em plataformas informatizadas de gerenciamento).

Já após o PCM quase a totalidade dos museus (39 museus) participantes das oficinas detinham algum tipo de controle sobre o registro / documentação de suas coleções, chegando ao índice de mais de 95%.

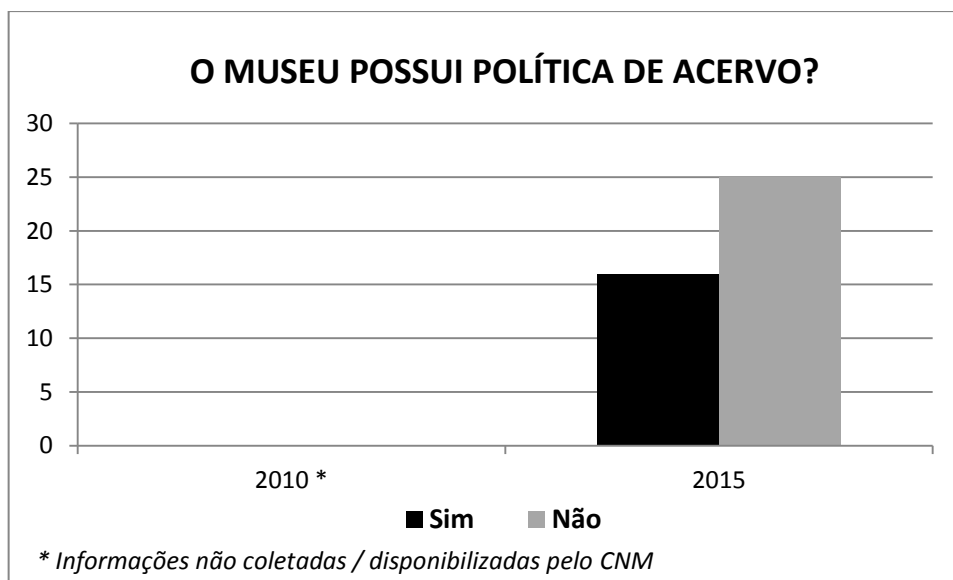


Gráfico 12 - Museus que possuem Política de Acervo estabelecida.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações coletadas no CNM e CCM

Tão necessário quanto o Regimento Interno ou o Plano Museológico para um museu é o estabelecimento de uma política que rege incorporações, descartes e todo o processamento dos bens culturais pertencentes ao acervo de uma instituição museológica. Padilha (2014, p. 56) explica de forma mais detalhada a função de uma Política de Acervo:

Trata-se de uma política registrada, que estabelece os parâmetros de aquisição, preservação, uso e descarte do acervo. Esse documento objetiva identificar e selecionar o tipo de acervo que vai ser adquirido e descartado pelo museu, tendo em vista a missão e os objetivos da instituição, a necessidade de investigação do acervo e os caminhos que devem ser tomados para a sua preservação.

Apesar do Cadastro Nacional de Museus não ter solicitado esta informação das instituições no ano de 2010, o que impossibilita um comparativo temporal, a pesquisa julga pertinente a apresentação dos índices coletados pelo Cadastro Catarinense de Museus. Afinal, no ano de 2015 dos 41 museus que são objetos desta análise, 25 deles (mais de 60%) declararam a existência desta normativa em suas instituições, um índice considerável razoável.

Para o **Módulo 3 do PCM – Sustentabilidade dos Museus**, a análise fica parcialmente comprometida pela falta de informações da área temática “Orçamento” do Cadastro Nacional de Museus. Contudo, considera-se salutar apresentar os dados referentes ao ano de 2015 e que se concatenam com a temática do referido módulo.

O gráfico 13, apresentado a seguir, ilustra que boa parcela dos museus já foi contemplada com recursos financeiros externos para realização de suas atividades, o que denota atenção e preparo destas instituições quanto aos mecanismos ainda existentes para incremento orçamentário e/ou patrocínio. A maior parte deste índice expõe que os editais públicos ainda são a maior fonte de recursos financeiros externos (18 museus ou 43% do total).

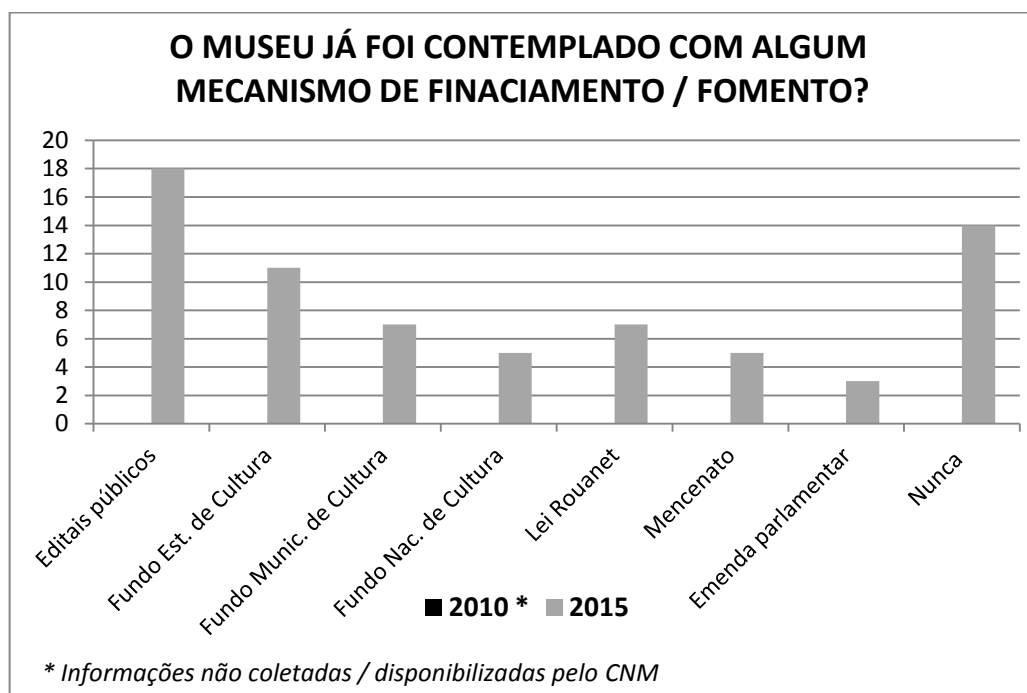


Gráfico 13 - Museus que receberam apoio financeiro externo
 Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações coletadas no CNM e CCM

Os indicadores também apontam as possibilidades ainda a serem exploradas no âmbito da elaboração de projetos para apoio externo, como por exemplo, submissão à Lei Rouanet e via patrocínio direto (mecenato). Na outra ponta deste apontamento, dos 41 museus da amostra, 14 deles (pouco mais de 34%) manifestaram que nunca receberam apoio financeiro externo, seja por falta de interesse ou de conhecimento técnico quanto à elaboração de projetos que

conquistem a atenção dos avaliadores ou patrocinadores. Contudo, foi intuito da oficina extrapolar o ensino de metodologias de modelagem e formação de projetos culturais para submissão a editais de apoio financeiro. Desta forma o módulo explorou alternativas de recursos e apoio (não necessariamente financeiro) aos museus, como parcerias institucionais e o estabelecimento de redes regionais e temáticas de museus.

Já o gráfico 14 ilustra que os museus participantes dos módulos do PCM, em sua maioria, estabelecem cooperações com outras instituições, tornando viável a realização de projetos e ações museológicas. 26 museus, ou aproximadamente 63%, firmam parcerias com instituições congêneres, seguido de perto por cooperações com universidades (20 museus). Ainda cabe salientar que apenas 5 instituições se utilizam de Associações de Amigos de Museus, mecanismo institucional que já foi mais explorado para apoio financeiro.

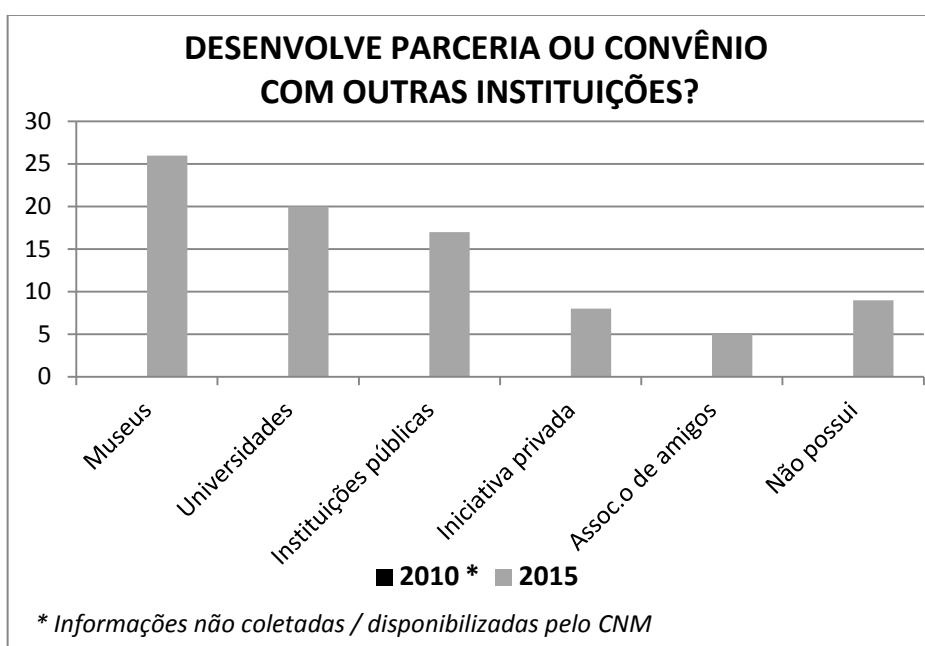


Gráfico 14 - Parcerias para sustentabilidade das ações museológicas
Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações coletadas no CNM e CCM

Obviamente que não seria adequado, diante da falta de informações anteriores, à aplicação da oficina, afirmar categoricamente que a capacitação do módulo 3 influenciou diretamente nos índices destes últimos dois gráficos, considerados razoáveis para a amostra. Porém é possível acreditar que as discussões e práticas desenvolvidas durante o curso possam ter ampliado o campo

de visão dos profissionais participantes quanto a outras formas de sustentabilidade dos museus.

A mesma impossibilidade, de cruzamento de dados entre o CNM e o CCM, configura-se para a análise dos índices concatenados ao Módulo 4 do PCM – Conservação de Acervos e Gestão de Riscos. A impossibilidade de ter acesso a informações relativas ao gerenciamento de risco e estado de conservação dos acervos dos museus, considerada pela CGSIM/IBRAM como sigilosas e de uso interno, limita a exposição dos indicadores de 2015, referentes ao Cadastro Catarinense de Museus.

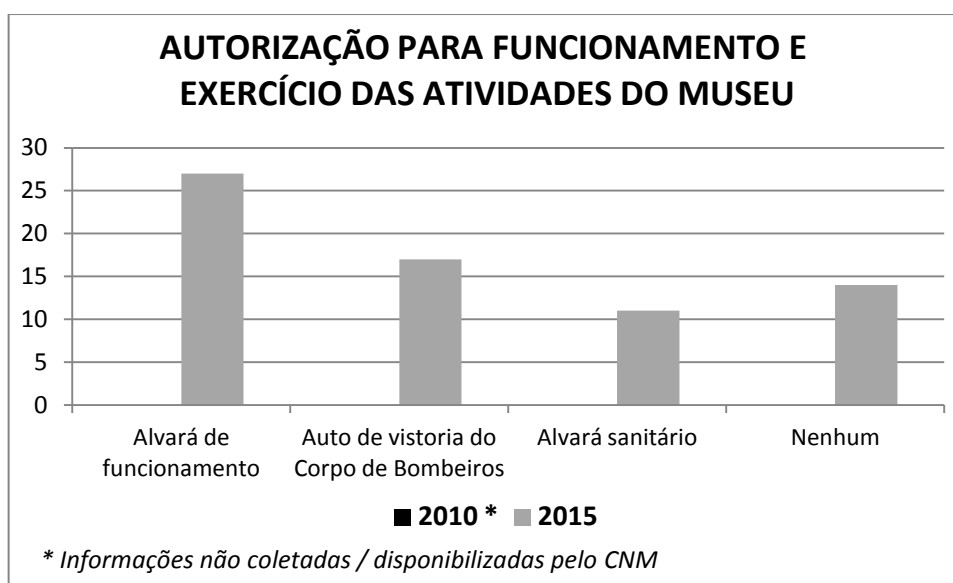


Gráfico 15 - Licenciamento para funcionamento do museu

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações coletadas no CNM e CCM

De acordo com legislações específicas (municipal, estadual e federal) nenhuma instituição pública ou privada poderá funcionar sem a prévia autorização da Prefeitura e sem o aval do Corpo de Bombeiros. Neste aspecto os indicadores apresentam dados desafiantes para os museus catarinenses. Do total da amostragem 14 (mais de 34%) não possuem nenhuma documentação de vistoria e que autorize o desenvolvimento de atividades públicas. Além do não cumprimento das normas legais essas instituições colocam-se em situação vulnerável quanto à segurança de seus funcionários e dos visitantes.

A maior parcela dos museus analisados (27, quase 66%) possui o alvará de funcionamento emitido pelo município onde a instituição está inserida. Porém

apenas 17, ou 41%, sinalizaram que possuem o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), instrumento essencial para verificação sobre o atendimento de qualquer estabelecimento às normas de segurança (disponibilização de equipamentos de combate a incêndios, sinistros, saídas de emergência, acessibilidade, dentre outros aspectos a serem verificados).

Ainda cabe citar que 27 museus (65%) estão instalados em edificações cujo valor histórico, arquitetônico e/ou cultural justificou a promulgação do instrumento jurídico de proteção denominado tombamento. Desta forma apresentam limitações para adaptação de seus espaços e até adequações às normatizações vigentes, incumbindo às gestões destas instituições a interlocução com os órgãos fiscalizadores e reguladores para uma resolução que permita a segurança das pessoas que circulam pelo museu e de seu acervo.

Sobre este quadro apresentado vale a reflexão sobre uma ação mais intensiva e integrada que extrapole a capacitação de profissionais. Projetos integrados envolvendo além do SEM/SC e dos seus museus aderidos, o Comitê do Escudo Azul, o Corpo de Bombeiros, a Associação Catarinense de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais e demais órgãos que possam auxiliar na realização de um programa de proteção ao patrimônio cultural presente nos museus, com um projeto de avaliação de riscos, bem como ações que visem à segurança das pessoas que circulam por estes espaços.

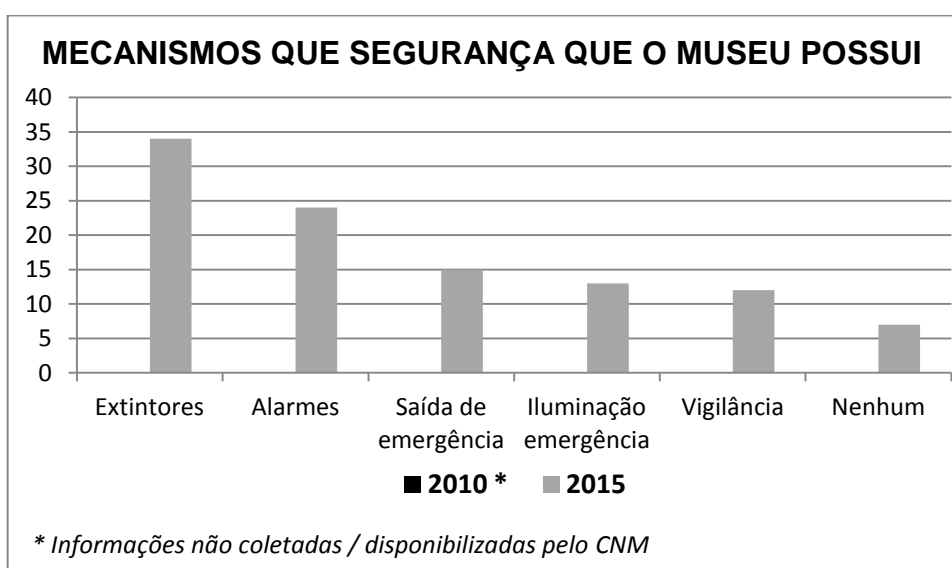


Gráfico 16 - Mecanismos de segurança utilizados pelo museu

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações coletadas no CNM e CCM

Ainda no campo das reflexões sobre gestão de riscos em museus, esta pesquisa analisa o uso de equipamentos ou mecanismos que identifiquem, detectem e/ou bloqueiem situações de risco e deterioração do acervo museológico e do público (interno e externo) da instituição. Segundo orientações contidas na publicação “Conservação Preventiva de Acervos”, editada pela FCC, a utilização de equipamentos deve aliar-se ao trabalho de vigilância presencial e eletrônica.

A segurança em museus, de maneira geral, envolve cuidados de proteção contra incêndio, roubo e depredações, proteção contra danos causados por condições de guarda e exposição inadequadas e medidas para salvaguarda contra catástrofes. Estes cuidados devem ser observados e implantados prontamente, e não depois que o incidente ocorreu com o objeto. O acervo museológico deve ser monitorado por vigilância eletrônica e por vigilantes, ininterruptamente. Os vigilantes devem ser capacitados para observar os objetos e o ambiente, relatando se algo estranho ou anormal esteja acontecendo (TEIXEIRA; GHIZZONI, 2012, p.28)

Dos museus consultados, apenas 6, representando um universo de 14% da amostragem, não possuem nenhum mecanismo específico para salvaguarda da edificação e do seu acervo museológico. A grande parcela (34 ou 82%) resguarda-se com o abastecimento de extintores de combate a incêndio. Outros mecanismos utilizados são a instalação de alarmes (24 museus), disponibilização de saídas de emergência (15), iluminação de emergência (13) e, por fim, apenas 12 são protegidos por vigilância (eletrônica ou presencial). Esses dados também podem justificar o número expressivo de museus que ainda não conseguiram receber o AVCB, ilustrado no gráfico 15 desta pesquisa.

Avançando a etapa seguinte do PCM, **Módulo 5 - Comunicação Museológica**, que abordou aspectos tangentes a formas de extroversão do conhecimento produzido pelos museus. Esta comunicação pode ocorrer de diversas formas, mas seu veículo principal são as exposições, como principal forma de o museu apresentar os bens culturais que salvaguarda.

Dentro da comunicação museológica aliam-se o conhecimento de outras áreas da comunicação e da avaliação, para aperfeiçoar e desenvolvê-la. As abordagens mais contemporâneas privilegiam o estudo do público. Os estudos de recepção vêm sendo empregados e discutidos para desenvolver a relação público e museu, e compreender a partir da ótica dele (público) seu cotidiano,

expectativas e referências culturais. Nas novas tendências, o público é colocado como sujeito do processo de emissão e recepção estabelecido na exposição, enquanto canal de comunicação. Interessa, nesse sentido, lançar foco sob as mediações culturais e não apenas dos meios [ferramentas de comunicação] (CURY, 2008, p. 270).

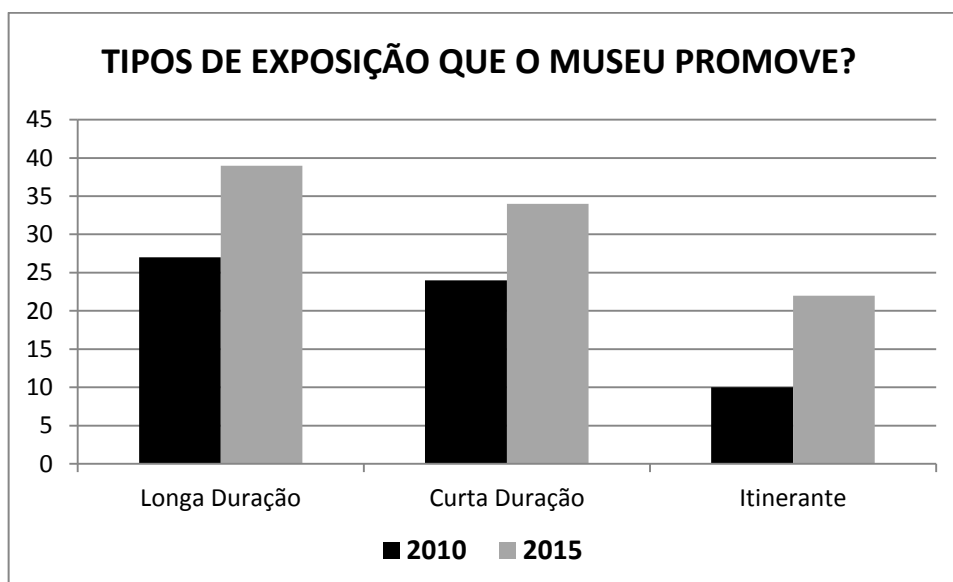


Gráfico 17 - Tipos de exposições promovidas pelo museu

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações coletadas no CNM e CCM

Como já dito no parágrafo anterior, as exposições são a forma mais comum de extroversão de uma instituição museológica. Baseado em Cury (2005) é possível afirmar que há três tipologias, bastante usuais, de exposições museológicas, sendo elas:

- a) Exposição de longa duração: quando é concebida para ser exibida, sem modificações substanciais, por longos períodos de tempo. Habitualmente tem a finalidade apresentar ao visitante uma visão global sobre o campo de atuação temática (acervo, pesquisa e história institucional) de determinada instituição museológica;
- b) Exposição temporária: é exibida por um período limitado de tempo. Ela é organizada a partir de um tema específico, de uma comemoração ou situação contemporânea que tenha relação com a missão e valores institucionais.

Utilizada também para propiciar a dinamização, maior circulação e o retorno de visitantes que já estiveram no museu;

- c) Exposição itinerante: também recorre às temáticas, sendo que ela é projetada para ser transportada de um lugar para outro e apresentar determinado tema pesquisado para públicos mais abrangentes e até em espaços não institucionais.

Pelo gráfico 17 é possível constatar o crescimento das exposições de longa duração, alcançando em 2015 quase a totalidade dos museus da amostra (39 ou 95% deles) em comparação ao ano de 2010, quando 26 (ou pouco mais de 63%) usavam dessa estratégia de extroversão. Mesmo crescimento, porém em menor escala, é percebido na utilização de exposições de curta duração quando, no ano de 2010, 24 museus (em torno de 58%) relatavam manter essa tipologia comunicacional; já em 2015 esse número cresce para 34, representando quase 83% da amostragem.

Porém o crescimento mais substancial foi percebido na elaboração de exposições itinerantes, tendo o número de instituições dobrado (22 museus em 2015) em relação ao período anterior (10 museus).

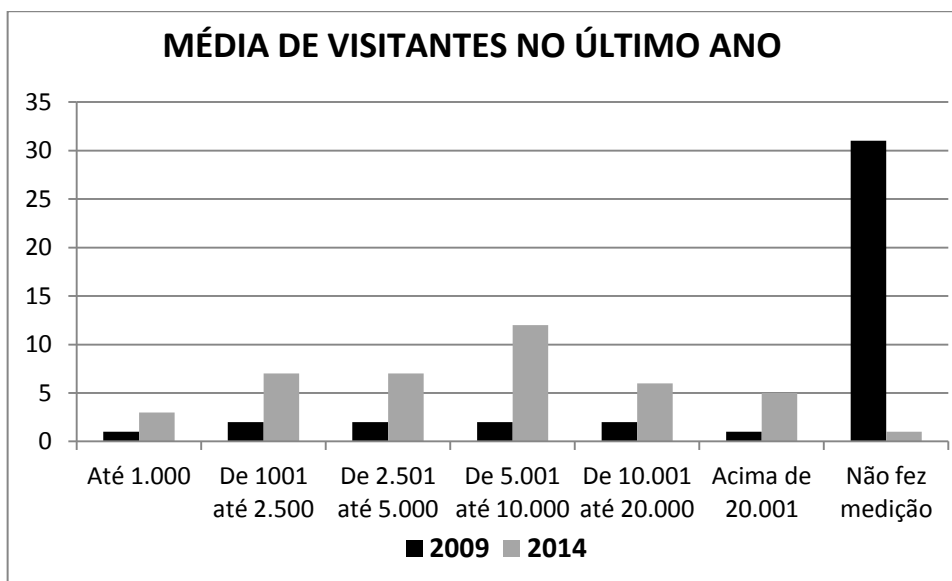


Gráfico 18 - Média anual de visitantes

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações coletadas no CNM e CCM

Outra abordagem explorada durante a oficina do Módulo 5 foi a necessidade de realização de pesquisas, quantitativas e qualitativas, de público – como estratégia de ciência e aproximação do visitante usual, bem como a prospecção de novos públicos para a instituição. Pesquisas de público também são importantes para apresentação de projetos que buscam patrocínio financeiro de suas atividades, possibilitando ao possível apoiador o conhecimento do público potencial a ser atingido.

Nas análises que esta pesquisa promoveu reside, neste campo, o maior avanço comparativo quanto à contagem de público e número de visitas aos museus. Também aqui há uma diferença em relação à metodologia adotada na análise dos demais gráficos, já que o período de corte dos dois cadastros ocorreu em meados dos anos de 2010 e 2015, respectivamente. Desta forma, a pesquisa buscou nos anos anteriores (2009 e 2014) as informações que pudessem abranger 12 meses, e por consequência, uma apuração mais precisa.

Mais de 75% dos museus (31) não realizavam, até o ano de 2009, a quantificação anual do seu público visitante, uma atividade considerada simples, exigindo da instituição, ao menos, a disponibilização de um livro de visitas e consequente aferição por funcionário ao final de determinado período. Já em 2015 esse quadro se modificou substancialmente, quando apenas 1 museu (pouco mais de 2%) não realizava a referida quantificação.

Essa mudança na cultura organizacional destes museus se refletiu nos índices de visitação contabilizados pelos dois cadastros onde o crescimento de público ocorreu em todos os parâmetros estabelecidos pelos questionários, mas vale destacar o crescimento ocorrido na faixa quantitativa que abrange um público entre 5.001 até 10.000 visitantes anuais. Esse campo cresceu seis vezes (de 2 museus para 12) de 2009 para 2014.

Também é importante fazer a ressalva que uma parcela significativa deste crescimento se deve à simples quantificação, não realizada pela maioria dos museus no primeiro período. Todavia fica evidenciada a importância de uma ação simples e que pode ser aprofundada em diferentes perspectivas (faixa etária, gênero, ocupação profissional, localização, dentre outros).

Neste estágio a pesquisa alcança a apresentação e análise de questões vinculadas à abordagem do **Módulo 6 do PCM – Ação Educativa e Acessibilidade em Museus**.

É consenso - praticamente inquestionável - após as inúmeras discussões e avanços ocorridos no campo da Museologia, sobre a relação entre museus e processos não formais de educação, a partir da produção de conhecimento gerado pela instituição e da mediação deste produto com as pessoas. Nessa perspectiva, todas as ações museológicas têm uma preocupação educativa, entendendo a educação como algo que acontece de forma permanente na vida de todo homem, resultado das práticas culturais dos grupos sociais.

A oficina trouxe para discussão, elementos que apontam de algum modo, na sua relação com o público, quanto o museu ensina, troca e aprende por meio de um diálogo cultural permanente, e que esse processo só pode ser completado com o acesso universal dos diferentes públicos existente (e suas distintas limitações – físicas e intelectuais).

Contudo, conforme argumenta o professor Camilo Vasconcellos essa relação ainda se configura como um desafio para os museus:

A concretização da dimensão educativa do museu representa, portanto, uma empreitada complexa que implica vontade política, apoio institucional, existência e disponibilidade de profissionais, criação de espaços de discussão e reflexão contínuos, articulação e atuação junto às diversas áreas do museu, elaboração de instrumentos de avaliação e pesquisas de público (VASCONCELLOS, 2010, p. 220)

Um dos fatores que podem contribuir para o alcance dessa dimensão educativa está na implantação de um núcleo, setor ou até departamento de ações culturais e educativas nos museus, com recursos humanos qualificados e preparados para promover a necessária mediação entre o patrimônio cultural e a sociedade. Sua função primordial seria trabalhar as temáticas do museu para contribuição de processos comunicacionais reflexivos, questionadores e libertadores - termo muito utilizado pelo educador e filósofo Paulo Freire, notório influenciador de uma pedagogia crítica nas instituições museológicas.

Essa foi uma das questões abordadas nos dois cadastrados, com perguntas que apresentavam textos distintos, porém com abordagem sobre existência um setor para trabalhos específicos em ação educativa.

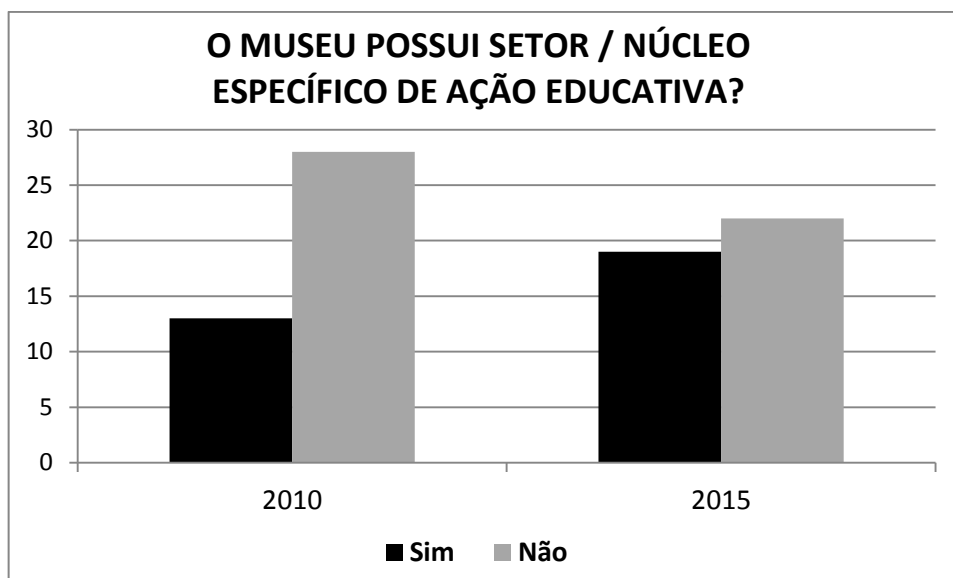


Gráfico 19 - Existência de setor específico para mediação e ações educativas
Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações do CNM e CCM

As respostas emitidas pelos dois cadastros apontam que, apesar da maioria dos museus (22 ou quase 54%) ainda não possuírem uma equipe ou trabalhos especializados no âmbito da ação educativa, ocorreu um crescimento de mais de 46% (de 13 para 19) no número de museus que conseguiram avançar e implantar este tipo de trabalho.

O acanhamento na evolução dos índices deste segmento pode encontrar justificativa na dificuldade que as instituições ainda têm para ampliação de sua equipe técnica – necessária para a desejável segmentação dos trabalhos técnicos, e consequente atendimento à cadeia operatória museológica. Mais adiante, ao final deste capítulo será apresentado o Gráfico 22, que corrobora com esta reflexão.

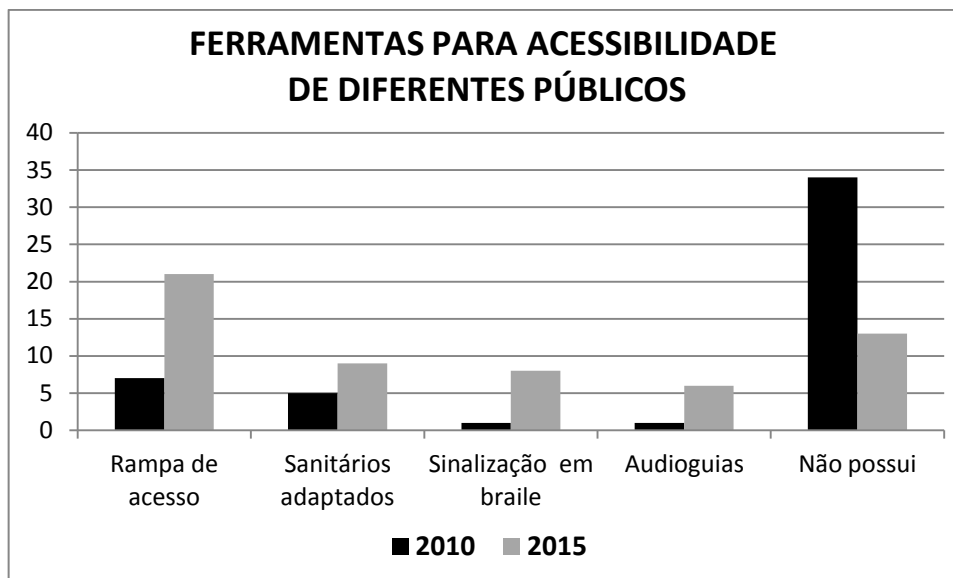


Gráfico 20 - Ferramentas utilizadas para propiciar acessibilidade nos museus

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações coletadas no CNM e CCM.

Outra abordagem da oficina, a acessibilidade em espaços museológicos, também foi mensurada por esta pesquisa. Apesar da perspectiva de a acessibilidade universal tangenciar a acessibilidade econômica, informacional, cultural, dentre outros aspectos; os dois cadastrados apresentam respostas que focam especificamente a acessibilidade física, ou seja, na disponibilização de infraestrutura física e comunicacional para receber os visitantes com limitações motoras, auditivas ou visuais. O quantitativo de museus que apresentam alguma ferramenta de acessibilidade física mais que dobrou nos últimos cinco anos. Em 2010 apenas 7 instituições (ou 17%) ofereciam um acesso físico mais facilitado em sua edificação ou ao seu conteúdo exposto. Já em 2015 esse quadro apresenta forte alteração com oferta de alguma ferramenta de acessibilidade por 28 museus (salto para 68%).

As ferramentas mais disponibilizadas pelos museus são: rampas de acesso 21 museus (51%) e sanitários adaptados (8 ou quase 20%). Ainda há muito para avançar na oferta de outras ferramentas e mecanismos que propiciem, de fato, o acesso físico e intelectual aos museus catarinenses, como por exemplo, textos em braile, audioguias, intérpretes em LIBRAS⁵³ (esta última não contemplada nos cadastros).

⁵³ Língua Brasileira de Sinais.

Por último seguem dois gráficos se relacionam com os demais já apresentados e justificam, em parte, a dificuldade dos museus da amostragem proposta em alcançar índices mais elevados no âmbito da qualificação de suas atividades. O primeiro deles versa sobre o quantitativo dos profissionais contratados ou mantidos no museu para o desenvolvimento das atividades técnicas, administrativas e operacionais.

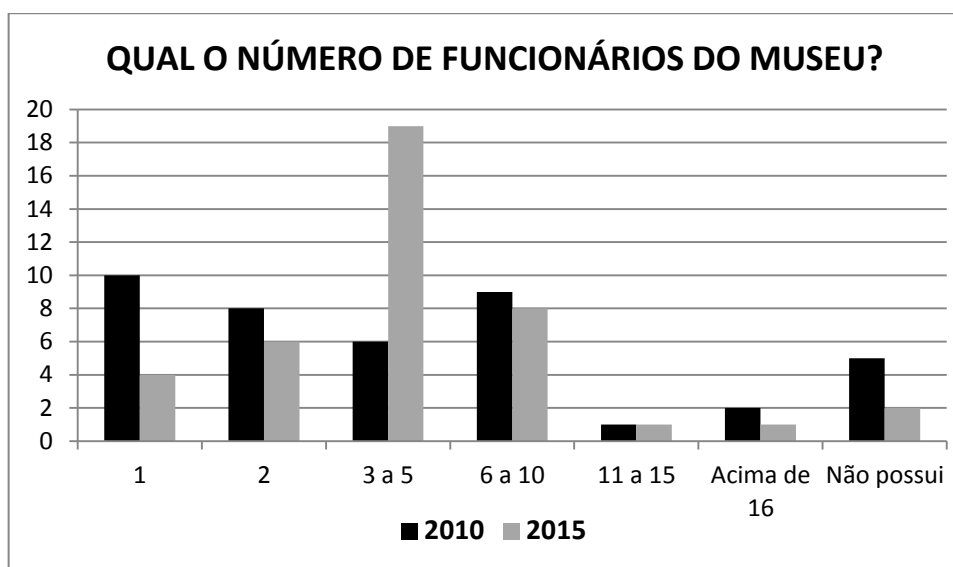


Gráfico 21 - Quantitativo de funcionários presentes nos museus

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações coletadas no CNM e CCM

As equipes dos museus, participantes deste recorte, ainda são diminutas o que, provavelmente, pode dificultar no desenvolvimento dos processos museológicos destas instituições. Contudo observam-se avanços neste quadro.

Em 2010 a maior parcela dos museus (10 ou 24%) possuía apenas 1 funcionário para desenvolver todas as atividades internas e externas. Obviamente as ações desenvolvidas ficam comprometidas com este número, considerado insuficiente para qualquer instituição. Em 2015 a maioria das instituições (19 ou 46%) detém de 3 a 5 profissionais, ao tempo que o índice dos museus que contam com 1 técnico diminuíram 150% (agora apenas 4 perante 10 nos dados do CNM).

Outra queda acentuada foi no número de estabelecimentos que não possuíam nenhum funcionário exclusivo para desenvolver atividades no museu. De 2010 até 2015 a quantidade diminuiu de 5 para 2 museus (queda de 60%).

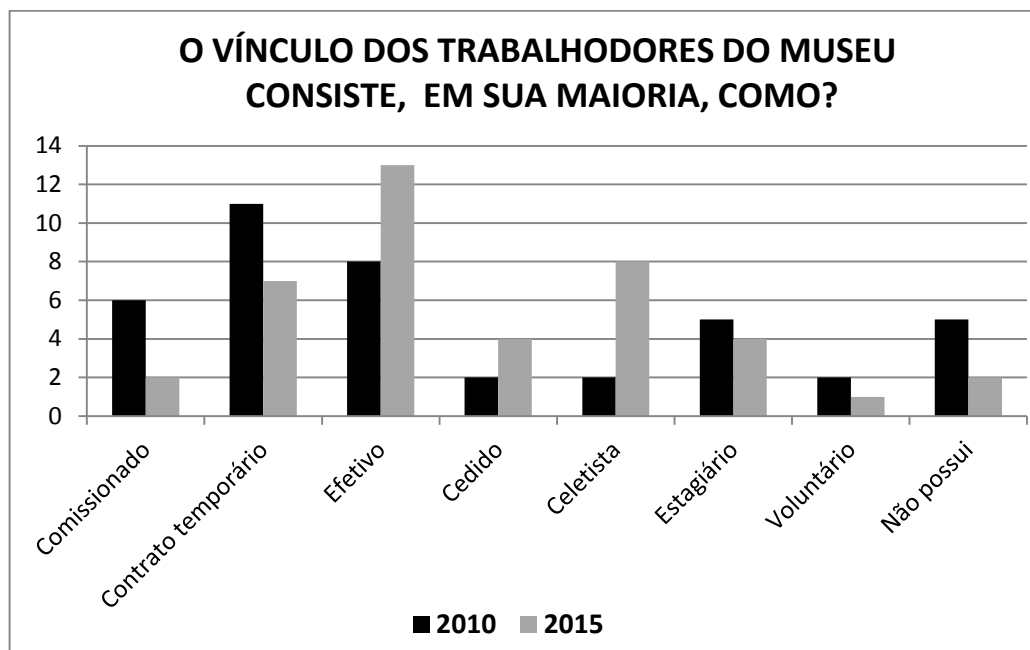


Gráfico 22 - Vínculo empregatício dos profissionais de museus

Fonte: Elaborado pelo pesquisador a partir de informações coletadas no CNM e CCM

Complementado a informação anterior está o vínculo empregatício destes profissionais, que também apresenta avanços no sentido de consolidação de uma equipe técnica perene e que desenvolva trabalhos contínuos.

No espectro de 41 instituições museológicas - sendo 29 museus públicos (70%) e os demais se dividindo entre natureza administrativa de ordem privada (9 museus ou quase 22%) ou mista (3 museus ou pouco mais de 7%) – o desejável, para atendimento das atribuições que se espera de um museu, é que os vínculos empregatícios sejam efetivo (para museus de natureza administrativa pública) ou contrato celetista, no caso de instituições privadas ou de administrações mistas (parceria público-privada).

No comparativo entre os dois períodos em que esta pesquisa se debruça, o número de museus que efetivaram contratações via concurso público (para museus vinculados a estruturas públicas) aumentou de 8 para 13, representando um

aumento de pouco mais de 61% neste tipo de contrato. Proporcionalmente o número de instituições que realizaram contratações apoiados no regime celetista saltou de 2 para 8, um crescimento de 400%.

Já o quantitativo de museus que utilizam contratos temporários para arregimentação de sua equipe diminuiu de 11 para 7, uma queda de quase 40%.

Por fim, a amplitude das informações trazidas neste último capítulo revela, além da complexidade e responsabilidade na formulação de políticas públicas, a importância de processos avaliativos concatenados com indicadores que identifiquem os impactos causados de determinado projeto no seu público-alvo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

[...] nosso desenvolvimento só será verdadeiramente harmonioso na medida em que o conhecimento dos valores reiterados pelo processo histórico passe a informar o conjunto de decisões tomadas com vistas a solução de nossos problemas de hoje. A continuidade da trajetória de uma cultura em processo ininterrupto de transformação como a nossa não pode prescindir do constante aferimento dos valores da anterioridade a de identificar os caminhos do tempo projetivo (MAGALHÃES, 1997, p.128-129).

A partir das pontuações apresentadas por essa pesquisa cabe, neste momento, uma questão: qual o papel do Estado no processo de formação e instrumentalização de recursos humanos qualificados para os profissionais atuantes em museus?

E indo além, quais conclusões tirar, pelo menos provisoriamente, das respostas obtidas nos formulários de avaliação dos participantes do Programa de Capacitação Museológica, dos indicadores obtidos em períodos pré e pós PCM, e por fim, das variações, oscilações e rupturas ocorridas ao longo do processo de execução dos módulos?

Longe de propor soluções, apresentam-se aqui algumas ponderações que poderão ser úteis para a implantação de políticas futuras que almejem a formação dos agentes atuantes em museus. Afinal, essa pauta já vem sendo discutida há décadas, e como exemplificação desta preocupação, a pesquisa aponta um trecho da Declaração de Caracas - documento elaborado na Venezuela em 1992, quando museólogos e demais profissionais do campo museal latino-americano rediscutiram as funções do museu no atual momento. Em determinado ponto do documento foram destacados os novos desafios para os museus latino-americanos.

O Museu da América Latina deve responder aos desafios que lhe são impostos hoje pelo meio social no qual está inserido, pela comunidade a que pertence e pelo público que se comunica. Para enfrenta-los é necessário:

- 1) Desenvolver sua qualidade, como espaço de relação entre os indivíduos e seu patrimônio, onde se propicia o reconhecimento coletivo e se estimula a consciência crítica.
- 2) Abrir caminhos de relação entre o Museu e os dirigentes políticos para que estes compreendam sua ação e se comprometam com ela.

- 3) Desenvolver a especificidade da linguagem museológica como mensagem aberta, democrática e participativa.
- 4) Refletir as diferentes linguagens culturais com base em códigos comuns, acessíveis e reconhecíveis pela maioria.
- 5) Revisar o conceito tradicional de patrimônio museal de uma nova perspectiva, onde o entorno seja ponto de partida e de referência obrigatório.
- 6) Adotar o inventário como instrumento básico para a gestão do patrimônio.
- 7) Lutar pela valorização social do funcionário de museus em termos de reconhecimento, estabilidade e remuneração.**
- 8) Priorizar na instituição museológica a formação profissional integral do funcionário de museus.**
- 9) Estabelecer mecanismos de administração e captação de recursos como base para uma gerência eficaz⁵⁴ (BRUNO, 2010, p. 80).**

Os grifos destacados denotam a importância da instrumentalização, teórica e técnica, do trabalhador do museu para o atendimento de forma exitosa das atividades inerentes a uma instituição museológica. E aqui cabe outra reflexão sobre o papel dos gestores dessas instituições de forma a criar condições propícias para que seus profissionais possam, além de participar de oportunidades de qualificação, desenvolver as práticas abordadas nos cursos e oficinas.

Retomando a Declaração de Caracas

A profissionalização do funcionário de museus é uma prioridade que essa instituição deve encarar, como premissa para contribuir para o desenvolvimento integral dos povos. Sua formação deve capacitá-lo para desempenhar a tarefa interdisciplinar própria do museu atual, ao mesmo tempo em que lhe conceda os elementos indispensáveis para exercer uma liderança social, uma gerência eficiente e uma comunicação adequada. (BRUNO, 2010, p. 80)

As variáveis territoriais e políticas compõem as experiências e formatam diferentes lógicas que motivaram ou desmotivaram a frequência aos módulos, o que pode ser descrito pelos diferenciais de assiduidade de cada oficina e a relativa adesão dos museus a todos os módulos executados.

O recorte escolhido por este trabalho - haja vista as outras possibilidades de avaliação do PCM - revela que a divisão e distribuição territorial, tão defendida como forma de facilitar o acesso aos cursos, não tenha funcionado com o êxito desejado. Outra questão levantada como condicionante das práticas foi o simples desinteresse

⁵⁴ Grifo desta pesquisa

por alguns dos cursos oferecidos, tendo em vista o que foi percebido especialmente na frequência do módulo 3 (Sustentabilidade dos Museus), que abordava em seu conteúdo estratégias de fomento e financiamento das atividades dos museus. Ainda há a preferência, por parte dos profissionais, de cursos e oficinas de cunho mais tecnicista, esquecendo-se que são as estratégias de gestão e financiamento que subsidiam a ampliação da função social dos museus.

As avaliações também indicam a necessidade do aprofundamento teórico e consequente especialização temática dos cursos. Muitos participantes, por exemplo, denotavam a importância de subdividir o módulo 4 (Conservação de Acervos e Gestão de Riscos) em mini-cursos que aprofundassem as orientações técnicas por tipologia e composição do material de suporte de determinada coleção (madeira, tecido, metal, etc). Aliás, esse aprofundamento estava sendo estudado para execução após o término dos módulos básicos do Programa, interrompido em sua fase final pela FCC.

É importante também apontar que a impossibilidade de apresentar dados do Cadastro Nacional de Museus, relativos aos conteúdos abordados nos Módulos 3 e 4, prejudicou uma avaliação mais precisa sobre os reflexos dessas oficinas para os museus. Porém, os índices apresentados pelo Cadastro Catarinense de Museus, apontam para números que refletem o olhar das instituições museológicas para os parâmetros de segurança e sobre a necessidade de implementar parcerias e atuação em rede, visando a sustentabilidade das atividades técnicas para além dos editais públicos.

Mesmo após quase uma década de implementação de um importante marco regulatório para o campo museal brasileiro (Lei Federal 11.904/2009 - Estatuto de Museus), ainda são poucas instituições catarinenses que conseguiram atender aos pressupostos na legislação. O plano museológico, por exemplo, ferramenta de fundamental de planejamento estratégico ainda não é uma prática presente na maioria dos museus de Santa Catarina.

Mesmo com alguns dados, que ainda se apresentam rasos, observa-se, que os objetivos iniciais do PCM foram parcialmente atendidos, pois o público considerou que os conteúdos abordados tinham aplicabilidade junto às realidades enfrentadas em suas instituições, inclusive com relatos externos sobre a contribuição dos cursos

desenvolvidos na resolução de problemas emergenciais que acometem os museus catarinenses⁵⁵.

Houve o reconhecimento de que este foi um dos projetos da FCC que obtiveram êxito no que tange à interiorização e ressonância em todas as regiões catarinenses. Também houve um movimento de articulação entre os profissionais participantes, que propiciou a formação de redes informais para diálogos, intercâmbios de conhecimento e itinerância de exposições.

Porém, a mudança do cronograma de execução dos módulos, por conta das eleições municipais de 2012, foi um dos pontos cruciais para a não realização de todos os módulos. Caso o calendário inicial fosse mantido o Programa teria alcançado o ano de 2014 com todos os módulos executados e possibilidades maiores de avaliação e continuidade. A interrupção das capacitações foi, sem dúvida, prejudicial e quase impossibilitou uma avaliação mais consistente sobre a influência das oficinas no desenvolvimento das práticas museológicas aplicadas pelos profissionais das instituições.

É preciso ainda ponderar que, apesar de 80% dos museus terem participado em algum dos módulos do PCM, apenas 30% (48 museus) estiveram presentes em todas as etapas oferecidas – um percentual considerado abaixo do satisfatório. Pela análise das avaliações recebidas observa-se que um dos principais motivos desse índice foi a temporalidade do Programa, considerada demasiadamente longa, diante da alta rotatividade do quadro técnico dos museus.

Fatores externos também interferiram no desenvolvimento do Programa, com destaque para o desconhecimento ou resistência que os gestores públicos municipais, responsáveis pela administração da maioria dos museus catarinenses, têm para compreender suas responsabilidades no âmbito da preservação do patrimônio cultural. Em muitos depoimentos fica entendido que, apesar da contribuição das oficinas para a instrumentalização, o conhecimento adquirido não é posto em prática por restrições orçamentárias e até políticas impostas aquele museu.

Aqui vale uma ponderação sobre a atuação política do SEM/SC. Não basta capacitar os agentes técnicos de museus, mas também é preciso uma ação mais efetiva de articulação e sensibilização junto aos prefeitos, secretários, presidentes

⁵⁵ Ver Anexo B desta pesquisa.

de fundações e autarquias municipais sobre o potencial dos museus como espaços da construção de conhecimento, tomada de consciência e, por fim, de transformação social. Além disso, cabe a orientação quanto às responsabilidades as quais a legislação brasileira compromete esses gestores, no que diz respeito à preservação e difusão do patrimônio cultural, especialmente à Lei Federal 11.904/2009 e ao Decreto 8.124/2013.

Enfim, do ponto de vista das políticas culturais, essas constatações exigiriam iniciativas de reorganização do PCM, aproximando-as dos interesses e necessidade de seu público-alvo. Talvez, se os formulários de avaliação (especialmente as respostas dissertativas) fossem mensurados imediatamente após a realização dos módulos, algumas questões problematizadas durante a pesquisa pudessem ser identificadas e sanadas de forma mais rápida e eficaz. Fica a reflexão da importância da instância de avaliação ser um processo contínuo de acompanhamento, desde o início da execução de qualquer projeto, e não meramente um instrumento formalizador de conclusão de uma ação.

Apesar do esforço existente, especialmente no âmbito federal, na elaboração de políticas de longo prazo, formatados a partir de instrumentos de gestão tais como planos, conferências e conselhos, esse quadro não se reflete em boa parte dos estados brasileiros, como é o caso de Santa Catarina. Na maioria das vezes as ações implementadas no campo da cultura são marcadas pela falta de planejamento, pelo personalismo e pelo desenvolvimento de ações culturais esporádicas.

O PCM foi alvo dessa tradição de descontinuidade existente na gestão pública da cultura, sendo suspenso por tempo indeterminado, sob a justificativa de contingenciamento orçamentário, aplicada no momento de alteração na gestão da Fundação Catarinense de Cultura no ano de 2014. Essa suspensão colocou em xeque a construção coletiva de uma política pública para o campo museal, e frustra a expectativa de profissionais que aguardavam a realização do módulo 7 (Museus e Turismo) para finalizar esse processo de formação continuada.

É preciso considerar que, não raro, em trabalhos desta natureza podem ocorrer flutuações e descontinuidades, contribuindo para a fragmentação do trabalho e um eterno recomeçar. Há dificuldades próprias à construção de um processo avaliativo, assim como algumas perspectivas que revelam novas e nem sempre possibilidades animadoras. Barros (2012, p.2) aponta, de forma mais clara os

desafios ainda a serem encarados para implantação de uma cultura de avaliação nos projetos de políticas públicas.

A questão que emerge, no caso específico do Brasil, é a de saber como tornar a avaliação um princípio de gestão pública em tempos que se reconhece a urgência e a legitimidade de ações que promovem, de forma ampla e horizontal, a inclusão de grande parte da população, até então excluída das políticas públicas de cultura. Como articular o tempo político da inclusão com o tempo e as práticas de análise crítica? Como não limitar a avaliação a rápidas análises de conjuntura ou acompanhamento de processo?

Seguindo a mesma linha de reflexão proposta por Barros (2012, p.3) é preciso “superar a ausência de sinergia entre a formulação de políticas, desenvolvimento institucional e alocação orçamentária”.

Da mesma forma, essas percepções permitem desenhar um quadro mais preciso a respeito das dificuldades de se efetivar um programa de formação continuada, com quatro anos de duração – o que requer um amadurecimento e comprometimento da instituição executora para o desenvolvimento e finalização do projeto.

Os resultados apresentados por esta pesquisa, bem como o aporte teórico levantado, apontam para a importância de uma atuação efetiva do Estado na formulação de políticas públicas direcionadas à capacitação de recursos humanos para equipamentos culturais – neste caso específico para os museus. Os índices apresentados, especialmente após a execução do PCM, atestam a deficiência ainda existente nos museus catarinenses. Profissionais que possuam formação específica em Museologia ainda são minoria no campo museal.

O estado de Santa Catarina possui forte tradição e atuação no âmbito de cursos e oficinas para técnicos em museus, com pequenas remodelações de propostas pedagógicas, mas com o mesmo objetivo. Portanto, a iniciativa de capacitação de recursos humanos já existe, porém ainda faltam elementos que transformem essas experiências de qualificação em ações técnicas exitosas de reverberação no campo museal catarinense. Um desses elementos de consolidação é o processo de avaliação, como forma de identificar o que precisa ser corrigido e otimizar recursos financeiros e humanos – contribuindo para uma gestão eficiente para a área.

Apesar das iniciativas e ações já realizadas ao longo dos últimos anos, ainda há uma longa caminhada a ser percorrida na consolidação de um programa de formação perene, que possibilite aprofundamentos teóricos e técnicos e que permita a consolidação de multiplicadores deste conhecimento disseminado. Também é preciso sanar as deficiências e dificuldades que se apresentam de longa data, como por exemplo, a elevada rotatividade do corpo técnico dos museus. Todavia, apenas ações de capacitação não atenderiam este objetivo, sendo necessária a transversalidade de outras ações e interlocuções no âmbito de políticas públicas.

O campo museal catarinense apresenta muitos desafios que precisam ser enfrentados conjuntamente pelo poder público, pelos técnicos atuantes nas instituições e pela sociedade – principal beneficiada pela ação museológica. Afinal, uma política cultural não se restringe à atuação governamental, pois envolve diversos atores - públicos, privados e da sociedade civil, que validam (ou não) determinado projeto

O Estado possui papel protagonista nas relações de estruturação do campo organizacional dos museus, que ainda ficam à mercê da influência e dependência, em especial financeira, por parte do poder público. Partindo desse pressuposto, é possível intuir que, apesar da consciência sobre importância da cultura para o desenvolvimento social e, conseqüentemente a formação de gestores e técnicos culturais ser uma das ferramentas para esse processo, ainda é, no entanto, uma ação continuamente preterida perante tantas demandas de políticas personalistas e descontinuadas.

REFERÊNCIAS⁵⁶

ABREU, Regina. **A fabricação do imortal**: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história. Bauru: Edusp, 2007

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. Plano museológico – marco de regulação da gestão museal no Brasil. In: BARJA, Wagner (org.). **Seminário Internacional sobre Gestão Museológica**: Questões Teóricas e Práticas. Brasília: Câmara dos Deputados: Edições Câmara, 2013, p. 27-32. Série Obras em Parceria, 7.

ALOÍSIO Magalhães. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2017. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa10144/aloisio-magalhaes>>. Acesso em: 29 mai. 2016. Verbetes da Enciclopédia.

ANGELI, Margarita Nilda Barreto. **Museus por teimosia**: uma análise da utilidade dos museus. 2003. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

BARBALHO, Alexandre. **A modernização da cultura**: políticas para o audiovisual nos governos Tasso Jereissati e Ciro Gomes. Fortaleza: UFC, 2005.

BARBALHO, Alexandre. **Por um conceito de política cultural**. [S.l.]: [s.n.], [2005]. Disponível em: <<https://politicasculturais.files.wordpress.com/2009/06/politica-cultural-i.doc>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

BARROS, José Márcio. Para uma cultura da avaliação da cultura. **Revista Observatório do Itaú Cultural**, n. 6, p.21-27, 2008.

BICUDO, Maria Aparecida Viggiani; SILVA JUNIOR, Celestino Alves da. (Orgs.). **Formação do educador e avaliação educacional**: formação inicial e contínua. São Paulo, Editora UNESP, 1999. v. 4.

BLOOM, Benjamin. **Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1983.

⁵⁶ De acordo com a Associação Brasileira de Norma Técnicas: NBR 6023.

BONFIM, Eduardo. Políticas públicas culturais. **Revista Princípios**, São Paulo, p. 78-79, ago./set./out. 2003.

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas culturais. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 73-83, abr./jun. 2001.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 mai. 2017.

BRASIL. Decreto nº 8.124 de 17 de outubro de 2013. Regulamenta dispositivos da Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009, que institui o Estatuto de Museus, e da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, que cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8124.htm>. Acesso em: 20 mai. 2017.

BRASIL. Decreto nº 91.775, de 15 de outubro de 1985. Regulamenta a Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, que dispõe sobre a profissão de Museólogo e autoriza a criação do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Museologia. Disponível em: <http://cofem.org.br/legislacao_/legislacao/#decreto-91775>. Acesso em: 30 abr. 2016.

BRASIL. Lei Federal nº 11.904 de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm>. Acesso em: 20 mai. 2017.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política nacional de museus**. Brasília: MinC, 2003.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Política nacional de museus: relatório de gestão 2003-2006**. Brasília: MinC/IPHAN/DEMU, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Departamento de Assuntos Culturais. Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. **Subsídios para implantação de uma política museológica brasileira**. Recife: MEC/DAC/IJNPS. 1976.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A reforma do aparelho do Estado e a Constituição Brasileira**. Brasília: ENAP, 1995.

BREUS, Thiago Lima. **Políticas públicas no Estado constitucional**: problemática da concretização dos direitos fundamentais pela administração pública brasileira contemporânea. Belo Horizonte: Fórum, 2007.

BRUNHS, Katiane. **O Museu Histórico de Santa Catarina**: discurso, patrimônio e poder (1970 – 1990). 2010. 169 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Estudos de Cultura Material e Coleções Museológicas: avanços, retrocesso e desafios. In: GRANATO, Marcos e RANGEL, Márcio. Rangel. (Org.). **Cultural material e patrimônio da ciência e tecnologia**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e ciências Afins-MAST, 2009. v. 1, p. 14-25.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **O ICOM- Brasil e o pensamento museológico brasileiro**: documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, 2010a. v. 2. 402 p.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museu e Patrimônio Universal. In: ENCONTRO DO ICOM BRASIL, 5., 2007, Recife. Fórum dos Museus de Pernambuco. Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/museus-e-patrimonio-universal.html>>. Acesso em 20 mai. 2017.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Museus, identidades e patrimônio cultural. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, p. 145-151, 2008. Suplemento 7.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. Políticas Públicas no Brasil Contemporâneo: qual é o papel dos museus e dos Centros de Memória? **Cadernos Tramas da Memória**, Fortaleza, v. 1, p. 115-126, mai. 2011.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri**: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do ICOM, 2010b. v. 2. 499 p.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Consumidores e cidadãos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Políticas culturais na América Latina**. São Paulo: Novos Estudos CEBRAP, 1983.

CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Orientações para gestão e planejamento em museus**. Florianópolis: FCC, 2014. 82 p. Coleção Estudos Museológicos, v. 3.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, volume 17, número 3-4, jul./dez. 2003.

CAVALCANTE, Hermano Barreira. A implementação de políticas públicas culturais: fomento da cultura como forma de combate à exclusão social. In: ENCONTRO DE DIREITOS CULTURAIS, 1., 2012, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: CNPq, 2012. p. 71-83.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 19 n. 19, jun. 2009.

CHAGAS, Mário. Museus: antropofagia da memória e do patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n.31, p. 15-25, 2005.

CHAGAS, Mário de Souza e NASCIMENTO JUNIOR, José do (Org.). **Subsídios para a criação de Museus Municipais**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto Brasileiro de Museus e Centros Culturais/Departamento de Processos Museais, 2009.

COELHO, Teixeira. Banco de dados: do inerte cultural à cultura da vida. IN: CANCLINI, Nestor Garcia (Cord.). **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília: UNESCO, 2003. p.217-232.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Cultura e democracia na Constituição Federal de 1988**. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

CURY, Marília Xavier. **Comunicação museológica: uma perspectiva teórica e metodológica de recepção**. 2005. 366 f. Tese (Doutorado em Ciências da

Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CURY, Marília Xavier. Novas perspectivas para a Comunicação Museológica e os desafios da pesquisa de recepção em museus. In: **Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola**, 1., 2009, Porto. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8132.pdf>>. Acesso em 20 mai. 2017.

DIMAGGIO, Paul Joseph.; POWELL, Walter. A gaiola de ferro revisitada: isomorfismo institucional e racionalidade coletiva nos campos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 5, n.2, p. 74-89, 2005.

DIMAGGIO, Paul Joseph.; POWELL, Walter. **El nuevo institucionalismo en el análisis organizacional**. México: FCE, 1999. p.33-75.

DUARTE, Rosani Hobold. **Ação educativa no Museu ao Ar Livre de Orleans**. 2008. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Centro Universitário Barriga Verde, Orleans-SC, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

FRAGA, Thais Gomes. Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul: a incessante construção de uma política museológica. **Musas - Revista Brasileira de Museus e Museologia**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 107-120, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **4º Fórum de Museus de Santa Catarina – Caderno do Participante**: Florianópolis: FCC, 2013a.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Cadastro Catarinense de Museus**. Florianópolis: FCC, 2015.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Guia de Museus de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC, 2014a.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Relatório das atividades da Diretoria de Patrimônio Cultural – 1992**. Florianópolis: FCC, 1992.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Relatório das atividades do Sistema Estadual de Museus – 1987-1991**: Florianópolis: FCC, 1991.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Relatório das atividades do Sistema Estadual de Museus - 2011**: Florianópolis: FCC, 2011.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Relatório das atividades do Sistema Estadual de Museus - 2012**: Florianópolis: FCC, 2012.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Relatório das atividades do Sistema Estadual de Museus - 2013**: Florianópolis: FCC, 2013b.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Relatório das atividades do Sistema Estadual de Museus - 2014**: Florianópolis: FCC, 2014b.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Relatório do Cadastro Catarinense de Museus**. Florianópolis: FCC, 2016.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2017. Biografia de Rodrigo Melo Franco de Andrade. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/rodrigo_melo_franco_de_andrade>. Acesso em: 20 mai. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, Gilberto. **Discursos do ministro da cultura Gilberto Gil**. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

GONÇALVES, Janice. História, tempo presente e patrimônio cultural: dimensões contemporâneas do patrimônio urbano. In: NASCIMENTO, Dorval do; BITENCOURT, João Batista (Org.). **Dimensões do urbano: múltiplas facetas da cidade**. Chapecó: Argos, 2008. p. 105-124.

GOODE, Willian; HATT, Paul. **Métodos em Pesquisa Social**. 3. ed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

GUARNIERI, Waldísa Rússio Camargo. Texto III. In: ARANTES, Antonio Augusto. **Produzindo o Passado: estratégias de construção do patrimônio cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 59-88.

GUIMARÃES. Samuel Pinheiro. Por uma política cultural eficaz. **Correio da Cidadania**, São Paulo, ed. 328, 11 a 18 jan. 2003. Disponível em: <<http://www.correiocidadania.com.br/antigo/ed328/cultura3.htm>>. Acesso em 20 mai. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Sistema de informações e indicadores culturais 2003-2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Guia dos Museus Brasileiros**. Brasília: IBRAM, 2011a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Museus em Números**. Brasília: IBRAM, 2011b. v.2.

JULIÃO, Letícia. **Pesquisa histórica no museu**. In: CADERNO de diretrizes museológicas. 2. ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. p. 95-107.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

LEITE, Maria Isabel. **Experiência estética e formação cultural**: discutindo o papel da cidade e de seus equipamentos culturais. Orleans: UNIBAVE, 2006. Mimeografado.

LEITE, Maria Isabel. Museus de arte: espaços de educação e cultura. In: LEITE, Maria Isabel; OSTETTO, Luciana (Org.). **Museu, educação e cultura**: encontros de crianças e professores com a arte. Campinas: Papirus, 2005.

LOPES, João Teixeira. Estranhos no Museu. **Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Porto, v. 16, 2006. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4620.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

MARTINS, Maria Helena Pires. **Ação cultural em museus**. São Carlos: Olhar, 1999.

MEISTER, Elis Lorena. **A pesquisa em acervos museológicos**: estudo de caso nos museus Victor Meirelles e Museu de Arte de Santa Catarina. 2013. 71 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MIRANDA, Jorge. **O patrimônio cultural e a constituição: tópicos**. In: DIREITO do patrimônio cultural. Oeiras: Instituto Nacional de Administração, 1996.

MIZUKAMI, Luiz Fernando. **Redes e sistemas de museus**: um estudo a partir do Sistema Estadual de Museus de São Paulo. 2014. 227 f. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Interunidades em Museologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MOISÉS, José Álvaro. Estrutura institucional do setor cultural no Brasil. In: MOISÉS, José Álvaro et al. **Cultura e democracia**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo Nacional de Cultura, 2001. p.13-55.

NASCIMENTO JÚNIOR, José do; CHAGAS, Mário. **Museus e política: apontamentos de uma cartografia**. In: CADERNO de diretrizes museológicas. MinC/IPHAN/DEMU. 2.ed. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006. p. 11-16.

OLIVEIRA, Rafael Pereira. **Políticas culturais e o campo museal em Santa Catarina (1987-2006)**. 2007. 167 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

PADILHA, Renata Cardozo. **Documentação museológica e gestão de acervo**. Florianópolis: FCC, 2014. 71 p. Coleção Estudos Museológicos, v. 2.

PINTO, Viviane Cristina. **De Fernando Henrique Cardoso a Lula: uma análise das políticas públicas de cultura no Brasil**. 2010. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão de Processos Culturais e Organização de Eventos) – Centro de Estudos Latino-Americanos Sobre Cultura e Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PIRES, Elizabete Neves. **Histórico dos museus de Santa Catarina**. Orleans: Curso de Museologia – UNIBAVE, 2007. Apostila.

PIRES, Elizabete Neves. **Sistema Estadual de Museus/ Gerência de Organização e Funcionamento de Museus**. Florianópolis: Comunicação – FCC, 1996. Apostila.

RAFAEL, Maurício. **A invenção tradição nos museus de Santa Catarina**. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em História e Cultura no Brasil) – Universidade Gama Filho, São Paulo, 2013.

RAFAEL, Maurício; CITTADIN, Renata. **Cadastro Catarinense de Museus: a iniciativa de coletar e produzir informações sobre o campo museal no estado**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 7., 2016, Rio de Janeiro. Casa de Rui Barbosa. p. 1588-1601. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2016/06/Anais-do-VII-Semin%C3%A1rio-Int-Pol-Cult.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável**. Barueri: Manole, 2007.

REIS, Paula Félix dos. **Estado e políticas culturais**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2., 2011, Rio de Janeiro. Fundação Casa de Rui Barbosa. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_PaulaFelixReis_Estado_e_políticas_culturais.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SANTA CATARINA. Decreto nº 599, de 18 de outubro de 2011. Dispõe sobre o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina e estabelece outras providências. Disponível em: <<http://www.pge.sc.gov.br/index.php/legislacao-estadual-pge>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SANTA CATARINA. Decreto nº 615, de 10 de setembro de 1991. Institui o Sistema de Museus de Santa Catarina, cria o Museu Nacional do Mar-Núcleo das Embarcações Brasileiras, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.pge.sc.gov.br/index.php/legislacao-estadual-pge>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SANTA CATARINA. Decreto nº 4.163 de 29 de março de 2006. Institui o Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina – SEM/SC e estabelece outras providências. Disponível em: <<http://www.pge.sc.gov.br/index.php/legislacao-estadual-pge>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SANTA CATARINA. Lei nº 8.240, de 12 de abril de 1991. Dispõe sobre os órgãos da administração direta e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.pge.sc.gov.br/index.php/legislacao-estadual-pge>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura?** São Paulo: Brasiliense, 1983. Coleção primeiros passos, n. 110.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. A escola e o museu: uma história de confirmação dos interesses da classe dominante. **Cadernos de Museologia**, Lisboa, v. 3, n. 3, p. 45-74, 1994.

SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. Processo museológico e educação: construindo um museu didático-comunitário. **Cadernos de Sociomuseologia**, Lisboa, v. 7, n. 7, 1996.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Museus brasileiros e política cultural. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 55, p. 53-73, 2004.

SCIFONI, Simone. **A Unesco e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais**. In: ENCONTRO DA ANPPAS, 2., 2004, Indaiatuba. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT13/simone_scifoni.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2017.

SEMEDO, Alice. Práticas narrativas na profissão museológica: estratégias de exposição de competência e posicionamento da diferença. In: SEMEDO, Alice; LOPES, João Teixeira. (Org.). **Museus, discursos e representações**. Porto: Afrontamento, 2006, p. 69-93.

SEMPERE, Alfons Martinell. As relações entre políticas culturais e políticas educacionais: para uma agenda comum. In: COELHO, Teixeira (Org.). **Cultura e educação**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2011. p. 113-137.

SILVA, Liliana Sousa e. **Indicadores para políticas culturais de proximidade: o caso Prêmio Cultura Viva**. 2007. 251 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SILVA, Sandro. Considerações analíticas e operacionais sobre a abordagem territorial em políticas públicas. In: IPEA. **Brasil em desenvolvimento 2013: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2013. v. 1.

SOARES, Ismar de Oliveira. Programas de educação para a comunicação: fundamentos e procedimentos para uma avaliação. In: MARQUES DE MELO, José; CARVALHO, Mirian Rejowski (Org.). **Anuário de Inovações em Comunicações**. São Paulo: ECA-USP, 1991.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, n. 16, p. 20-45, jun./dez. 2006.

SUANO, Marlene. Raquel. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986. Coleção Primeiros Passos, n. 182.

TEIXEIRA, Lia Canola; GHIZONI, Vanilde Rohling. **Conservação preventiva de acervos**. Florianópolis: FCC Edições, 2012. 70 p. Coleção Estudos Museológicos, v. 1.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Políticas públicas para museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista CPC – USP**, São Paulo, n. 4, p. 72-86, mai./out. 2007.

TOLENTINO, Átila Bezerra. Políticas públicas para museus: o suporte legal no ordenamento jurídico brasileiro. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 9-28, jan./jun. 2008.

TOLENTINO, Átila Bezerra. O Sistema Brasileiro de Museus e outros sistemas: uma análise comparativa. **Musas – Revista Brasileira de Museus e Museologia**, Rio de Janeiro, n. 2, p. 106-115, 2006.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção, **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, mai./jun.2008.

VARINE-BOHAN, Hugues. Museus e desenvolvimento local: um balanço crítico. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira, NEVES, Kátia Regina Felipini (Org.). **Museus como agentes de mudança e desenvolvimento**: propostas e reflexões museológicas. Aracaju: UFSE, 2008. p.11-19

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Educação em Museus em um contexto global: o caso brasileiro. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Coord.). **O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro**: documentos selecionados. São Paulo: Pinacoteca do Estado: Secretaria de Estado da Cultura: Comitê Brasileiro do conselho Internacional de Museus, 2010. v. 1

VENTURA, Magda Maria. O estudo de caso como modalidade de pesquisa. **Revista da Sociedade de Cardiologia do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 383-386, set./out. 2007. Disponível em: <http://sociedades.cardiol.br/socerj/revista/2007_05/a2007_v20_n05_art10.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2016.

WEFFORT, Francisco. **A cultura e as revoluções da modernização**. Rio de Janeiro, Fundo Nacional de Cultura, 2000.

ANEXO A - Ementário e informações gerais dos módulos do Programa de Capacitação Museológica

MÓDULO	INFORMAÇÕES
<p style="text-align: center;">Gestão e Planejamento Museológico</p>	<p>Ementa: Museu: dinâmica do conceito. Diferentes tipologias de museus. O museu e suas funções. Nova Museologia. Legislação vigente para a área museal. Política Nacional e Estadual de Museus. Importância, vantagens e limites do plano museológico. Metodologia para elaboração e implantação do plano. Missão institucional: finalidades, valores, metas e funções. Identificação de público-alvo e parceiros institucionais. Avaliação do plano museológico: Legalização, legislação e documentos institucionais: ata de fundação, decreto de criação, estatuto e regimento interno.</p> <p>Carga horária: 16 horas/aula</p> <p>Locais de realização (2011): Pinhalzinho: 15 a 17 de agosto; Urussanga: 29 a 31 de agosto; Pomerode: 12 a 14 de setembro Treze Tílias: 26 a 28 de setembro; Lages: 5 a 7 de outubro; Florianópolis: 21, 22 e 23 de outubro.</p> <p>Ministrantes: Mirella Honorato (Pinhalzinho, Urussanga, Pomerode, Treze Tílias e Lages), Taís Valente (Florianópolis)</p> <p>Locais de realização (2013): São Bento do Sul: 15 e 16 de julho; Laguna: 18 e 19 de julho Piratuba: 22 e 23 de julho São Carlos: 24 e 25 de julho</p> <p>Ministrante: Caroline Martello</p>
<p style="text-align: center;">Documentação Museológica e Gestão de Acervos</p>	<p>Ementa: Museu: dinâmica da informação. Importância da documentação museológica. Preservação e gestão do acervo por meio da documentação. Metodologia para implantação e/ou aperfeiçoamento de ações de gerenciamento de acervos dos museus, por meio da documentação. Princípios éticos e legislação vigente sobre a gestão de acervos museológicos.</p> <p>Carga horária: 16 horas/aula</p> <p>Locais de realização: Florianópolis 26 e 27 de julho de 2012; Criciúma: 28 e 29 de julho de 2012; Joinville: 31 de julho 1º agosto de 2012;</p>





	<p>Blumenau: 2 e 3 de agosto de 2012; Maravilha: 28 e 29 de agosto de 2012 Campos Novos: 30 e 31 de agosto de 2012.</p> <p>Ministrante: Marco Antônio Figueiredo Ballester Junior</p>
Sustentabilidade dos Museus	<p>Ementa: Economia da cultura e desenvolvimento sustentável, gestão criativa, política cultural: do Sistema Nacional de Cultura à consolidação de Sistemas Municipais e regionais de Museus, planejamento e gestão museal, captação de recursos: o papel do poder público no fomento à cultura (os mecanismos atuais, editais de incentivo, leis e fundos), patrocínio e modelagem de projetos.</p> <p>Carga horária: 16 horas/aula</p> <p>Locais de realização: Mafra: 6 e 7 de novembro de 2012; Rio do Sul: 8 e 9 de novembro de 2012; Xanxerê: 29 e 30 de novembro de 2012; Orleans: 4 e 5 de dezembro de 2012; São José: 6 e 7 de dezembro de 2012 Lages: 18 e 19 de março de 2013.</p> <p>Ministrantes: Denise Argenta e Fernanda Ben</p>
Conservação de Acervos e Gestão de Riscos	<p>Ementa: Conceitos de preservação, conservação e restauração. Procedimentos técnicos e rotinas de acondicionamento, manuseio, embalagem e transporte. Política de conservação de acervos. Ações preventivas para roubos, furtos, incêndio e vandalismo (plano de segurança). O edifício e seu planejamento espacial visando a segurança do acervo e das pessoas. Diagnósticos e mapeamento das áreas de risco dos museus. Capacitação e sensibilização dos funcionários.</p> <p>Carga horária: 16 horas/aula</p> <p>Locais de realização: Tijucas: 1 e 2 de agosto de 2013; São Miguel do Oeste: 13 e 14 de agosto de 2013; Caçador: 14 e 15 de agosto de 2013; Sombrio: 27 e 28 de agosto de 2013; São Joaquim: 28 e 29 de agosto de 2013; Corupá: 10 e 11 de setembro de 2013; Taió: 12 e 13 de setembro de 2013.</p> <p>Ministrante: Angela Luciane Peyerl</p>
Comunicação Museológica	<p>Ementa: Conceitos de museu, Museologia, museografia e expografia. Tipologias de exposição. Arquitetura de museus: adaptação de espaços em prédios tombados e projetos de novos</p>

	<p>museus. Elementos e recursos expográficos: espaço, suportes, forma, cor, som, luz, texturas, imagens, textos e outros. Técnicas e materiais apropriados para exposição. O discurso expográfico. Exposição e conservação. As exposições e seus diferentes públicos. Processos de documentação e divulgação da exposição. Pesquisa e avaliação da exposição.</p> <p>Carga horária: 16 horas/aula</p> <p>Locais de realização: Joinville: 19 e 20 de agosto de 2014; Criciúma: 2 e 3 de setembro de 2014; Blumenau: 16 e 17 de setembro de 2014; Videira: 14 e 15 de outubro de 2014; Lages: 4 e 5 de novembro de 2014; Chapecó: 18 e 19 de novembro de 2014; Florianópolis: 9 e 10 de dezembro de 2014.</p> <p>Ministrantes: Viviane Wermelinger (Joinville), Renata Cardozo Padilha (Florianópolis), Thainá Castro Lopes (Criciúma, Blumenau, Videira, Lages e Chapecó)</p>
<p>Ação Educativa e Acessibilidade em Museus</p>	<p>Ementa: Conceitos e relação entre museu e educação. Teoria e prática da ação educativa em museus. Museus, educação e patrimônio: desafios contemporâneos. Ações educativas nos museus e correntes pedagógicas. Desenvolvimento de projetos entre museus, escolas, professores e comunidades. Museu, educação e cidadania: o compromisso social do museu. Conceito de acessibilidade universal. Diferentes formas e práticas de acessibilidade em museus.</p> <p>Carga horária: 16 horas/aula</p> <p>Locais de realização: Joinville: 21 e 22 de agosto de 2014; Criciúma: 4 e 5 de setembro de 2014; Blumenau: 18 e 19 de setembro de 2014; Videira: 16 e 17 de outubro de 2014; Lages: 6 e 7 de novembro de 2014; Chapecó: 20 e 21 de novembro de 2014; Florianópolis: 11 e 12 de dezembro de 2014.</p> <p>Ministrante: Elaine Cristina Machado</p>
<p>Museus e Turismo</p>	<p>Suspensão.</p>

ANEXO B – Matéria publicada no site da FCC sobre a contribuição das oficinas do PCM para a realidade dos museus catarinenses



FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA

Redes Sociais:    

Buscar por:

::Mais notícias::

Capacitações oferecidas pelo SEM/SC ajudam em salvaguarda de acervo danificado por enchente no Oeste de Santa Catarina⁵⁷

Segunda, 21 de Julho de 2014



As capacitações oferecidas sistematicamente pela Fundação Catarinense de Cultura (FCC) por meio do Sistema Estadual de Museus (SEM/SC) têm demonstrado resultados práticos no dia a dia dos profissionais atuantes em instituições museológicas de todo o Estado e a importância de os gestores da área incentivarem a participação nas formações.

Um bom exemplo disto foi o que ocorreu no município de Águas de Chapecó, no Extremo Oeste de Santa Catarina, quando uma enchente deixou completamente submerso o acervo da Casa da Memória da cidade, no fim de junho deste ano. Com a ajuda de uma equipe da Casa da Memória de São Carlos, município vizinho, foram feitos os "primeiros socorros" que possibilitaram a salvaguarda das peças de grande valor histórico para a comunidade aguense.

De acordo com o diretor da Casa da Memória de São Carlos, Alecssandro Dani Scalcon, as águas do Rio Chapecó inundaram todo o entorno do museu na madrugada de sábado para domingo (28 e 29 de junho), pegando os moradores da cidade desprevidos. Após a água baixar, foi possível perceber o tamanho do estrago. "A secretária de Educação de Águas de Chapecó entrou em contato comigo e pediu auxílio para o museu, pois toda a cidade havia

⁵⁷ Reportagem produzida pela Assessoria de Comunicação da FCC e disponível em <http://www.fcc.sc.gov.br/pagina/16579/capacitacoesoferecidaspelosemscajudamemsalvaguardadeacevrodanificadoporenchentenooestedesantacatarina>. Acesso em 30 de maio de 2017.

sofrido com os alagamentos", explica Scalcon. Historiador por formação, o diretor da Casa da Memória de São Carlos é frequentador assíduo dos cursos e oficinas promovidos pelo SEM/SC desde 2009 na região Oeste, e acredita que o conhecimento adquirido nas capacitações e nas bibliografias disponibilizadas por elas foram fundamentais para a tomada das primeiras decisões sobre como proceder no sentido de salvar o acervo atingido. "Toda essa gama de conhecimentos que eu reuni e continuo reunindo por meio das oficinas foi essencial neste primeiro momento", avalia.

No começo da tarde de domingo, assim que as águas baixaram, Scalcon juntou-se às também historiadoras e membros da equipe da Casa da Memória de São Carlos, Emília Royer e Andrea Zart, e rumou para Águas de Chapecó. Ao trio ainda se uniram voluntários das duas cidades para ajudar na remoção do acervo danificado e na limpeza da instituição atingida. "Nossa prioridade foram os papéis e fotos do acervo. Tudo foi levado para São Carlos onde uma equipe se dedicou até a madrugada de segunda-feira (30 de junho) a limpar e separar, cuidadosamente, os materiais", relembra. Além de Scalcon, a responsável pela gestão de acervos da Casa da Memória de São Carlos, Emília Royer, também participa do estágio supervisionado oferecido gratuitamente pelo Ateliê de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (Atecor), da FCC.

Na segunda-feira os trabalhos continuaram, desta vez com prioridade aos demais objetos do acervo, como móveis, utensílios domésticos e ferramentas agrícolas que remontam à história do povo aguense. Neste momento, foi feito contato com o Atecor que, mesmo a distância, repassou por telefone e e-mail instruções sobre o ambiente ideal onde as peças deveriam ficar com segurança e ventilação, além dos procedimentos necessários. Em 11 de julho, os técnicos Marcelo do Amaral e Marcelino Donizeth de Melo Correia, do Ateliê da FCC, deslocaram-se à cidade para conferir in loco a situação, documentar os estragos e elaborar um diagnóstico do estado de conservação do acervo. "A ação do Alecssandro foi primordial para a salvaguarda do acervo", avalia Amaral após a visita.

Para os técnicos do Atecor, por se tratar de um acervo histórico e artístico, reunido ao longo dos anos com a participação da comunidade local e armazenado em uma instituição museológica, faz-se necessário o máximo de empenho na preservação desse importante patrimônio cultural, para que sejam removidos os perigos a que está sujeita a coleção e asseguradas as condições e sua conservação.